



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

ÁDRIA OLIVEIRA DOS SANTOS

**CULTIVANDO POLÍTICA PÚBLICA, COLHENDO AUTONOMIA:
ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS DA
REGIÃO METROPOLITANA DE SANTARÉM- PA NO PROGRAMA
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA**

Santarém – Pará

2019

ÁDRIA OLIVEIRA DOS SANTOS

**CULTIVANDO POLÍTICA PÚBLICA, COLHENDO AUTONOMIA:
ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS DA
REGIÃO METROPOLITANA DE SANTARÉM- PA NO PROGRAMA
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade - Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade. Linha de pesquisa Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.
Orientador Prof. Dr.: Edilan de Sant'Ána Quaresma

Santarém – Pará

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIGI/UFOPA

S237c Santos, Ádria Oliveira dos
Cultivando política pública, colhendo autonomia: análise da participação das mulheres agricultoras da região metropolitana de Santarém – PA no Programa Aquisição de Alimentos – PAA / Ádria Oliveira dos Santos. – Santarém, 2018.

140 fts.: il.
Inclui bibliografias.

Orientador: Edilan de Sant'Ána Quaresma
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade.

1. Trabalhadores rurais – Atividades políticas – Santarém -PA. 2. Programa de Aquisição de Alimentos. 3. Autonomia econômica. 4. Gênero. I. Quaresma, Edilan de Sant'Ána, orient. II. Título.

CDD: 23 ed. 331.483098115

ÁDRIA OLIVEIRA DOS SANTOS

**CULTIVANDO POLÍTICA PÚBLICA, COLHENDO AUTONOMIA:
ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS DA
REGIÃO METROPOLITANA DE SANTARÉM- PA NO PROGRAMA
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA**

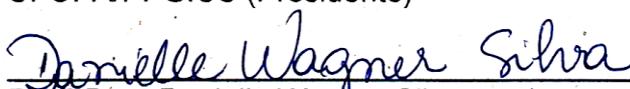
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade - Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade. Linha de pesquisa Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.
Orientador Prof. Dr.: Edilan de Sant'Ana Quaresma

Data da Aprovação. Santarém, 29 de janeiro 2019.

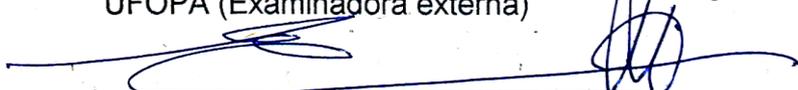
Banca Examinadora:



Prof^a Dr.: Edilan de Sant'Ana Quaresma
UFOPA/PPGICS (Presidente)



Prof^a Dra.: Danielle Wagner Silva
UFOPA (Examinadora externa)



Prof^a Dra.: Ednea do Nascimento Carvalho
UFOPA (Examinadora Interna)

Dedico este trabalho a minha família, por sua capacidade de acreditar em mim e investir em mim. Mãe, seu cuidado e dedicação foi que deram, em alguns momentos, a esperança para seguir.

AGRADECIMENTO

Os sonhos, anseios, dificuldades e superações nos possibilitam descobrir as habilidades que possuímos para contribuir com as mudanças que queremos. E sozinha não seria possível. Agora é hora de agradecer as pessoas que estiveram ao meu lado e percorreram este caminho comigo, estimulando que eu buscasse a minha vitória e conquistasse meu sonho.

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que me ouviu nos momentos difíceis e me deu forças para chegar onde estou.

Agradeço aos meus pais Francisca e Antônio, que não só neste momento, mas em toda minha vida estiveram ao meu lado, fornecendo o apoio, compreensão e estímulo em todos os momentos. Agradeço as minhas irmãs Andrea e Adriana que estão sempre ao meu lado ajudando a superar os momentos difíceis, mas também compartilhando as alegrias e vitórias conquistadas.

Aos meus amados sobrinhos Giuliana, Laura e Henrique, que quando estava triste e cansada eram eles que me enchiam de alegrias.

Agradeço ao meu orientador Prof^a Dr. Edilan Sant'Ana Quaresma, pelas orientações que contribuíram para a elaboração deste trabalho e a Prof^a Dr^a Daniele Wagner pelas importantes contribuições dadas ao trabalho, e também pelas palavras de afago nos momentos onde achei que não daria conta.

Agradeço as amigas Wandicléia Lopes, Hindrya Colares, Mikely Maluly, Irene Cebuliski, Jennifer Poliane e Ananda Sousa, que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas, amigo Tiago Matos pela companhia e aventuras nos ramais do planalto, amiga Deise Lopes por topou o desafio de me acompanhar nas entrevistas na Várzea. Com vocês, as pausas entre um parágrafo e outro de produção melhora tudo o que tenho produzido na vida. Enfim, só tenho à agradecer pelo apoio, companheirismo e incentivo.

Agradeço ao apoio do Projeto CAPES Pró-Amazônia e CNPQ/ANA/MCTC. Assim como também agradeço a Professora Dra. Enaile Ladanza e o Professor Dr. Manoel Pereira do Núcleo de Estudos Amazônicos - NEAz/ UnB pelo apoio e carinho enquanto estive participando das atividades do referido núcleo que foram de grande importância para meu aprendizado.

Agradeço as vinte e seis mulheres agricultoras, por terem de boa vontade me permitido conhecer um pouco de suas vidas e até mesmo cedido suas residências para me acolherem enquanto realizava a pesquisa de campo.

A realização dessa pesquisa foi um aprendizado de vida, pois possibilitou compreender a força da mulher agricultora, a busca por sua autonomia econômica e a importância, em todos os sentidos, para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Obrigada a todos!

“A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina, que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma grande nação”.

Nelson Mandela

RESUMO

O estudo apresentado discute a relação entre autonomia feminina e o mercado institucional aquisição de alimentos, tendo como objetivo analisar as implicações que a inserção nos mercados institucionais, especificamente no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, gera na autonomia econômica das mulheres agricultoras beneficiárias do programa. Este trabalho está alicerçado em pesquisa bibliográfica e de campo, com realização de entrevistas semiestruturadas junto à coordenação do PAA e às mulheres agricultoras residentes na Região Metropolitana de Santarém-PA. Utilizou-se da abordagem quantitativa para descrever o perfil socioeconômico das mulheres agricultoras; pesquisa qualitativa para aprofundamento e compreensão dos aspectos subjetivos concernentes ao universo do estudo. Como resultado, o PAA Municipal de Santarém se constituiu a partir da articulação de diversos atores sociais e a gestão municipal de Santarém, produzindo arranjos institucionais com foco a incentivar os agricultores. A participação das mulheres agricultoras no programa, propiciou conquista da autonomia econômica, aumento da renda e superação da condição de subordinação em relação aos cônjuges. Oportunizou acesso a ações com foco a minimizar as desigualdades de gênero que historicamente permeiam o meio rural, principalmente nos espaços produtivos. Mas, por se tratar de processo em curso que promove reorganização de papéis e mudanças nas relações do poder estabelecidas no núcleo familiar, precisa efetivar o cumprimento da cota estabelecida para as mulheres, no sentido de implementar ações para a visibilidade as mulheres rurais, contribuindo de fato e de direito para sua emancipação. Se faz necessário monitorar a execução do PAA, sua efetividade e eficácia, por meio de mais estudos em profundidade, com o objetivo de ampliar os debates sobre temática da autonomia das mulheres agricultoras, inserção no trabalho produtivo e contexto da comercialização. Assim como também socializar com os setores interessados, no intuito de subsidiar o desenvolvimento de Políticas Públicas com foco na promoção da autonomia econômica das mulheres agricultoras.

Palavras-chave: Mercado Institucional. Programa de Aquisição de Alimentos. Autonomia econômica. Gênero

ABSTRACT

The present study discusses the relationship between female autonomy and the institutional food purchasing market, with the objective of analyzing the implications that the insertion in the institutional markets, specifically in the Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), generates in the economic autonomy of women farmers who are beneficiaries of the program. This work is based on bibliographical and field research, with semi-structured interviews with the coordination of PAA and the women farmers living in the Metropolitan Region of Santarém-PA. The quantitative approach was used to describe the socioeconomic profile of women farmers; qualitative research to deepen and understand the subjective aspects concerning the universe of the study. As a result, the PAA of Santarém was constituted from the articulation of several social actors and the municipal management of Santarém, producing institutional arrangements with a focus on encouraging farmers. The participation of women farmers in the program led to the achievement of economic autonomy, increase of income and overcoming the condition of subordination in relation to the spouses. Opportunized access to actions focused on minimizing the gender inequalities that historically permeate the rural environment, especially in productive spaces. But because it is an ongoing process that promotes the reorganization of roles and changes in the power relations established in the family nucleus, it is necessary to enforce the quota established for women, in order to implement actions for the visibility of rural women, in fact contributing for their emancipation. It is necessary to monitor the implementation of the PAA, its usefulness and effectiveness, through further in-depth studies, with the aim of broadening the debates on the issue of women farmers' autonomy, insertion in productive work and marketing context. As well as socializing with the interested sectors, in order to subsidize the development of Public Policies focused on promoting the economic autonomy of women farmers.

Keywords: Institutional Market. Food Acquisition Program. Economic autonomy. Gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Localização da área de estudo	29
Figura 1 - Mapa conceitual.....	36
Foto 1 - Residência construída em material de madeira na comunidade de Piracão era de Baixo – Várzea/ Santarém	74
Figura 2 - Organograma de ações institucionais para o Desenvolvimento da Autonomia Econômica de Mulheres Rurais	46
Foto 2 - Sistema de encanação bombeado da cacimba	75
Foto 3 - Preparo da alimentação as 5 horas da manhã antes de seguir para roça/ Comunidade Boa Esperança.....	85
Foto 4 - Desenvolvimento das atividades no cultivo de hortaliças/ Município de Belterra.....	86
Foto 5 - Preparação dos produtos para comercialização/ Município de Belterra	87
Foto 6 - Criação de galinha em formato orgânico / Boa Esperança – Curuá-Una.....	95
Foto 7 - Criação de suínos em formato orgânico / Boa Esperança – Curuá-Una.....	95
Foto 8 - Maquinário adquirido por meio de financiamento do PRONAF/ Boa Esperança- Curuá-Una	97
Foto 9 - Sistema de irrigação comprado com recursos derivados da comercialização para o PAA/ São Francisco do Mojú – Mojuí dos Campos.....	102
Foto 10 - Bajara adquirida com recursos da comercialização do PAA/ comunidade Piracãoera de Baixo	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Políticas Públicas com foco nas Mulheres Rurais	47
Quadro 2 - Especificidades das linhas de crédito do PRONAF.....	51
Quadro 3 - Síntese das modalidades de execução do PAA em 2018.....	58
Quadro 4 - Média de idade das mulheres agricultoras por município	76
Quadro 5 - Anos de profissão das mulheres agricultoras.....	78
Quadro 6 - Valor médio de transferência pública de programa social, renda familiar mensal e anual.....	82
Quadro 7 - Estatísticas de renda monetária de três anos, proveniente do PAA	83
Quadro 8 - Valores de representação média do PAA na renda familiar das mulheres agricultoras.....	83
Quadro 9 - Principal motivações para adesão das mulheres agricultoras no PAA..	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos recursos por região no período de 2003 a 2016 para compra dos produtos do PAA.....	60
Gráfico 2 - Aplicação dos recursos do MDA e do MDS na aquisição de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no período de 2003 a 2016	61
Gráfico 3 - Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2016.....	62
Gráfico 4 - perfil percentual das condições de moradia por predominância de material e por município	73
Gráfico 5 - Nível de escolaridade das mulheres agricultoras por município	77
Gráfico 6 - Participação em organizações sociais.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Localização das mulheres agricultoras por município e comunidade.....	35
Tabela 2 - Cronograma de aquisição e destinação dos produtos. Ano 2017	69
Tabela 3 - Percentual de participação das mulheres no PAA	72
Tabela 4 - Acesso das mulheres agricultoras à energia elétrica, sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário	74
Tabela 5 - Escolaridade das mulheres agricultoras dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos	77
Tabela 6 - Estado civil das mulheres agricultoras por município.....	79
Tabela 7 - Número de filhos e/ ou dependentes.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF – Agricultura Familiar
APRUSAN – Associação dos Produtores Rurais de Santarém
ATD – Análise Textual Discursiva
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BEL – Belterra
BSM – Brasil Sem Miséria
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS/CAEC – Centro de Atendimento Social
CDS – Compra Direta com Doação Simultânea
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOMAPLAS - Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós
CPOorg – Comissão de Produção Orgânica do Pará
CPROF – Coordenadoria de Incentivo a Produção Familiar
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
DOU – Diário Oficial da União
DPMR – Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FAPESPA - Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa
GGPAA - Grupo Gestor Programa de Aquisição de Alimentos
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDSA - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMIRDH - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MPA – Movimento de Mulheres Agricultoras
NSE - Nova Sociologia Econômica
OCSs – Organização de Controle Social
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PFZ – Programa Fome Zero
PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção orgânica
PLANSAN – Plano Nacional de Segurança alimentar e Nutricional
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNDRSS – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNPM – Plano Nacional de Política para as Mulheres
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
POPMR – Programa de Organização Produtiva de Mulheres
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT – Partido dos Trabalhadores
Reforma Agrária
RMS – Região Metropolitana de Santarém
SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMAB – Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
SEMAP - Secretaria Municipal de Agricultura e Incentivo à Produção Familiar
SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SEMPAF – Secretaria Municipal de Produção Familiar

SEMTRAS - Secretaria Municipal de Agricultura e Incentivo à Produção Familiar

SEMTRAS - Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social

SEPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

STM – Santarém

STTR – Sindicato dos Agricultores e Agricultoras Familiares

SUEPA – Superintendência do Desenvolvimento da Região Cacaueira no estado do
Pará

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA	28
2.3 CAMINHOS DA PESQUISA.....	30
2.3.1 Considerações sobre a metodologia adotada	30
2.3.2 Os sujeitos, o universo e a amostra da pesquisa	34
3 POLÍTICAS PÚBLICAS E MULHERES RURAIS: ESTRATÉGIAS PARA A EQUIDADE DE GÊNERO	37
3.1 A QUESTÃO DE GÊNERO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	37
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O RURAL E A INCLUSÃO PRODUTIVA DAS MULHERES	42
4 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RURAIS NO CONTEXTO DO PAA	54
5 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM – PA A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES FORNECEDORAS DE ALIMENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SANTARÉM	64
5.1 CONTORNOS INSTITUCIONAIS DO PAA	64
5.2 “SOMOS MULHERES AGRICULTORAS”: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS MULHERES FORNECEDORAS DE PRODUTOS PARA O PAA SANTARÉM-PA	72
5.2.1 Localização e características domiciliares	72
5.2.2 Idade e Escolaridade	76
5.2.3 Estado Civil, filhos e/ou dependentes	78
5.2.4 Participação social e aspectos econômicos	80
5.3 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO PRODUTIVO E NA COMERCIALIZAÇÃO PARA O PAA.....	84
5.3.1 Cotidiano das mulheres agricultoras: jornadas duplas ou triplas de trabalho e a desigualdade de gênero	84
5.4 DESDOBRAMENTOS DA COMERCIALIZAÇÃO POR MEIO DO PAA NAS DIMENSÕES SOCIAL, PRODUTIVA E ECONÔMICA DAS FORNECEDORAS DE ALIMENTOS.....	98

6 “É TÃO BOM QUANDO A GENTE TEM NOSSO PRÓPRIO DINHEIRO”: O PAA COMO CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES	103
6.1 O PAA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS.....	103
6.2 MULHERES AGRICULTORAS E A RELAÇÃO ESTABELECIDADA COM O PAA.....	112
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA- COORDENAÇÃO DO PAA.....	134
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA- AGRICULTORAS	136
APENDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	139

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação está inserida na linha de pesquisa “Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento Regional” do Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). O estudo propôs reflexão sobre a relação entre autonomia feminina e Políticas Públicas, tendo como objeto de investigação analisar os desdobramentos da inserção nos mercados institucionais, especificamente no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na construção da autonomia das mulheres rurais.

O contato com o tema se inicia na vivência familiar, acompanhando a rotina de trabalho dos meus pais na agricultura, e se estende à experiência profissional, com a atuação em seguimentos de representatividade da categoria Agricultura Familiar, como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), e em órgãos governamentais como Secretaria Municipal de Produção Familiar (SEMPAF)¹ no município de Santarém, sendo estes fatores determinantes de motivação e interesse pela temática.

Minhas inquietações acadêmicas em torno da participação das mulheres rurais da Região Metropolitana de Santarém (RMS) no PAA, se dão por três razões: a) pelo importante papel da Agricultura Familiar na região; b) especificidade da Política Pública em estabelecer no mínimo 40% das vagas para mulheres, ampliando espaços e oportunidades para esse grupo social; e c) escassez de estudos sobre gênero e políticas públicas na Região Norte.

Com efeito, essas inquietações ganharam materialidade quando no ano de 2012, iniciei o percurso acadêmico no Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e paralelamente observei a participação dos meus pais na implantação do PAA no município de Santarém. Por serem agricultores familiares e envolvidos em organizações que contribuíram nas discussões e implementação do programa, a experiência familiar oportunizou-me perceber resultados significativos do PAA na melhoria da qualidade de vida dos fornecedores de produtos e o aumento da produção e renda. A partir de então aguçou a curiosidade e interesse em analisar a relação do programa e a

¹ Criada pela Lei Nº 18. 237, de 19 de dezembro de 2008, extinta no de 2012 pela Lei Nº 19.135, de 17 de dezembro de 2012, sendo incorporada Municipal de Agricultura e Incentivo a Produção Familiar – SEMAP; alterada pela Lei Nº 20. 121, de 20 de dezembro de 2016, intitulada Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca – SEMAP.

autonomia de outros agricultores, em especial as mulheres rurais, que tanto lutam na busca de autonomia.

No percurso acadêmico, especificamente na Disciplina Escalas de Análise e Planejamento, em 2014, tive a oportunidade de entender a dinâmica da operacionalização do programa, bem como o processo de participação das mulheres, por meio de uma pesquisa realizada no site Território de Cidadania e na Coordenação do PAA em Santarém. Além disso, a realização de uma pesquisa de campo junto à Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós (COOMAPLAS), com 08 mulheres cooperadas, produziu informações sobre os impactos dessa Política Pública no desenvolvimento local e principalmente na vida dessas mulheres, tendo como resultado algumas publicações em eventos científicos e periódicos.

Nessa pesquisa foi possível identificar o PAA como uma das principais políticas públicas implementadas, com grande influência na conquista da autonomia das mulheres rurais em relação aos seus cônjuges. Esse resultado instigou o aprofundamento da pesquisa no trabalho de conclusão de curso, no intuito de contribuir nos debates acadêmicos sobre a temática e identificar possíveis lacunas no programa.

Com intuito de aprofundar meu conhecimento científico sobre o tema, realizei a pesquisa para elaboração da monografia a partir da experiência de um grupo de 16 agricultoras inseridas no PAA de Santarém no período de 2011 a 2015. O estudo possibilitou a constatação de que o programa promove melhorias na vida das mulheres. No entanto, foi observado o cadastro de mulheres no programa apenas para cumprir a cota exigida, substituindo assim o nome do marido que detinha o cadastro anteriormente, reforçando a existência de desigualdades e subordinação em relação aos cônjuges. Tal situação levantou questionamentos, motivando aprofundar-me nos estudos sobre os impactos dessa Política Pública na vida das mulheres cadastradas como fornecedoras.

No contexto das Políticas Públicas, os desafios apresentados na implementação de ações para reconhecimento e fortalecimento da Agricultura Familiar são muitos, e principalmente para a afirmação da mulher rural nas relações sociais e econômicas, assim como na produção e comercialização nos mercados.

A análise da inserção das mulheres rurais nos mercados institucionais² deve considerar o contexto em que estão inseridas, as dinâmicas produtivas, assim como a responsabilidade das esferas governamentais na implementação das Políticas Públicas e a realidade local.

A Agricultura Familiar vem sendo reconhecida como categoria importante a nível nacional, regional e principalmente local pelo seu papel na garantia à segurança alimentar e nutricional dos brasileiros (FRANÇA *et al.*, 2009; GRISA e SCHNEIDER, 2008). Essa importância é confirmada com os dados do Censo Agropecuário de 2006, no qual foram identificadas cerca de 4.367.902 de unidades da agricultura familiar, representando (84,4%) das unidades brasileiras.

Quanto a relevância a nível nacional, existem algumas culturas da atividade agropecuária que possuem maior participação, na dinâmica econômica, como: 87% da produção de mandioca, 70% de feijão, 46% do milho, 34% do arroz, entre outros (IBGE, 2006). Diante essa realidade, Políticas Públicas de fomento têm sido direcionadas à esta parcela da sociedade no intuito de maximizar o potencial destes agricultores e possibilitar a permanência de grande parte das famílias no campo.

O termo Agricultura Familiar é utilizado neste trabalho como categoria social, tendo surgido esta nomenclatura como resultado da interferência do Estado com a incorporação de novas tecnologias e políticas públicas na produção para responder às demandas do mercado (VEIGA, 1991; ABRAMOVAY, 1992). No Brasil, a nomenclatura agricultor familiar responde ao anseio da junção de interesses de entidades sociais e sindicais que em sinergia com organizações de abrangência internacional consolidaram o termo como estratégia de contraposição ao mercado industrializado.

Para Neves (2007) Agricultura Familiar deve ser identificada como categoria socioprofissional, não podendo ser entendida como estado, pois, o termo é produto das diversas lutas e conquistas que consolidaram a categoria como sujeito social:

² No presente trabalho utilizaremos o termo Mercado Institucional, tendo por base o conceito dado por Maciel (2008, p. 17): "Mercado Institucional de Alimentos, em seu sentido mais amplo, é aquele mercado que envolve as três esferas governamentais—municipal, estadual e federal—em todas as suas operações de compra de alimentos, sejam as compras de caráter contínuo—como as aquisições para creches, escolas, sistema carcerário, forças armadas e hospitais—quanto as aquisições de caráter esporádico—Como aquelas que ocorrem para atender a população em casos de calamidades públicas ou referentes às políticas de estado e programas de governo, tais como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)".

A agricultura familiar, no debate político e sindical, corresponde à agregação de um amplo e diferenciado conjunto de produtores, cuja a atividade produtiva e gestão do estabelecimento tomam por base a vinculação dos membros da família (NEVES, 2007, p.233).

A autora assevera que a consolidação do termo Agricultura Familiar entre os pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, entidades governamentais, lideranças sindicais e políticas, é resultado da articulação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), subsidiada por instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com a finalidade de legitimar o esforço produtivo dos agricultores.

Nesse sentido, a partir dos anos 1990, as Políticas Públicas direcionadas à categoria Agricultura Familiar passaram por importantes mudanças, principalmente com a criação e implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), por meio do Decreto nº 1.946/1996. O programa tem a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, geração de empregos e melhoria de renda, refletindo na “consolidação da ‘agricultura familiar’ como categoria, tanto no campo dos atores sociais rurais quanto em relação ao próprio Estado, através de um reconhecimento formal e prático” (ROMANO; DELGADO, 2004, p. 98, grifo dos autores).

Na primeira década do século XXI, implementou-se o Programa Fome Zero (PFZ) que congregou o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), instituído no governo Lula no ano de 2003 pela Lei n.º 10.696, como reconhecimento da importância econômica e social que a agricultura familiar desempenha no país.

O PAA visa promover a articulação da Agricultura Familiar com outros programas sociais, garante a compra da produção e a doação às entidades participantes de programas sociais, como escolas, associações e entidades filantrópicas. Possibilita a presença de forma mais efetiva do Estado com apoio a comercialização da Agricultura Familiar de forma mais desburocratizada, considerando que as regras licitatórias na aquisição desses alimentos são dispensadas conforme exige a lei de criação do PAA (MATTEI, 2007).

Essas Políticas Públicas de fomento à Agricultura Familiar têm assegurado a inserção dessa categoria nos mercados, com o objetivo de propiciar melhorias

sociais, econômicas e de estimular a permanência do agricultor no campo com mais dignidade e qualidade de vida. Nesse sentido, diversas iniciativas e ações do governo federal para a comercialização dos produtos da Agricultura Familiar, em especial para as mulheres do campo, foram conquistadas.

Entre estas, a determinação da cota mínima de 40% para mulheres no PAA, estabelecido pela Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011, em seu Art. 5º. Essa conquista tornou-se importante estratégia para ampliar a igualdade de gênero e para superar a invisibilidade das mulheres no contexto das Políticas Públicas, em particular no Programa de Aquisição de Alimentos (BRASIL, 2011).

Entre outros interesses pela temática sobre o PAA, a obrigatoriedade do cumprimento dessa cota mínima estabelecida pelo governo federal, se apresenta como motivação principal para a realização desse estudo. O programa é uma Política Pública que pode contribuir para reconhecimento do trabalho feminino, empoderamento e valorização do seu papel na configuração econômica rural, onde muitas delas são responsáveis pelo sustento de suas famílias, assim como, promover acesso dessas mulheres à Políticas Públicas com igualdade entre homens e mulheres.

Em se tratando de importante Política Pública para o desenvolvimento socioeconômico das mulheres rurais, propiciando a ampliação de espaços e debates como mecanismo na luta por seus direitos, o PAA também chamou a atenção pela sua abrangência em atuar em duas vertentes, a primeira de promover o fortalecimento da Agricultura Familiar e a segunda por desenvolver a segurança alimentar e nutricional, tem como objetivo central “(...) garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL, 2010).

No município de Santarém, Santos, Sousa e Monte (2015) destacam que a inserção das mulheres cooperadas como fornecedoras de produtos agrícolas para o programa PAA foi um marco importante para a Agricultura Familiar na Região Metropolitana de Santarém. As mulheres conseguiram inserção no mercado de produtos agrícolas locais, seja produzindo para atender a demanda do PAA ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), seja para abastecer o mercado local ou fornecer matéria-prima a serem processadas em indústrias e

supermercados no município de Santarém (cidade polo da Região do Baixo Amazonas).

A realização deste estudo está relacionada à crescente adesão dos agricultores familiares aos mercados institucionais. Essa relação interfere diretamente nos processos e dinâmicas de reprodução social dessa categoria, estabelecendo vínculos mercantis por estes sujeitos (GAZOLLA; PELEGRINI, 2011). A relação com esses mercados propõe o tema da autonomia das mulheres rurais, como componente central na análise das estratégias de reprodução social e, em sentido mais amplo, para o estudo do desenvolvimento rural.

A pesquisa vem no sentido de complementar as discussões que envolvem as mulheres rurais participantes do PAA, assim como contribuir no debate a respeito da execução do programa, buscando compreender a relação de uma Política Pública e a autonomia dessas mulheres.

Nos últimos anos, o PAA se tornou objeto de uma série de pesquisas, que o analisam sob várias perspectivas, no entanto, concentradas em sua maioria nas regiões Sul e Sudeste, inviabilizando a compreensão mais aprofundada da dinâmica operacional do programa na região Norte. A realização de pesquisas sobre a temática na região possibilita identificar algumas lacunas existentes, devido à carência de informação.

Outra questão, trata-se do Programa de Aquisição de Alimentos não ser uma Política Pública destinada especificamente a questão de gênero, existem poucos estudos que o abordam atrelando-o a temática da participação do trabalho feminino no campo. Dessa forma, surge o questionamento: A inserção das mulheres rurais no mercado institucional, por meio do PAA, é capaz de se consolidar como estratégia de promoção da autonomia dessas mulheres?

Como desdobramento da indagação central, apresento três questões norteadoras: Quais as características do perfil socioeconômico das mulheres beneficiárias/ fornecedoras do PAA? Como se dá a participação das mulheres no referido programa? Quais os efeitos da comercialização dos seus produtos no PAA nas dimensões social, produtiva e econômica na vida das mulheres rurais?

Dessa forma, para responder a essas questões o objetivo deste estudo é analisar os desdobramentos do PAA na configuração da autonomia das mulheres rurais na Região Metropolitana de Santarém, PA. Os objetivos específicos que nortearam esse estudo foram:

1. Descrever a implementação e a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), considerando a participação de todos os sujeitos sociais envolvidos no seu funcionamento;
2. Caracterizar o perfil socioeconômico das mulheres beneficiárias/fornecedoras do PAA, selecionadas na pesquisa;
3. Avaliar a participação dessas mulheres no processo de produção e comercialização no contexto familiar;
4. Investigar os efeitos da comercialização dos seus produtos no PAA nas dimensões social, produtiva e econômica na vida das mulheres rurais.

Esta pesquisa, se justifica pela contribuição nos debates acadêmicos e ampliação de conhecimentos voltados para Políticas Públicas direcionadas a Agricultura Familiar, assim como, se faz necessário verificar a execução dessas políticas e monitorar se os objetivos estão sendo de fato vivenciados na prática.

O trabalho pretende, dentro de uma perspectiva que envolve teoria e experiências empíricas, enriquecer o debate sobre a questão de gênero nos sistemas de organização produtiva e nos espaços de comercialização, considerando os valores e contravalores impostos a homens e mulheres no contexto produtivo e econômico.

A discussão teórica se dá envolvendo as responsabilidades atribuídas as mulheres nos espaços de vivência doméstica, produtivo e público no que tange as relações comerciais dos seus produtos e participação nas Políticas Públicas, objetivando compreender os conceitos, suas trajetórias e experiências. Nesse sentido as principais categorias que auxiliam na compreensão do problema e suas implicações são: Políticas Públicas, gênero, empoderamento, autonomia, participação.

O ponto de partida para a compreensão das categorias de análise é promover a reflexão sobre aspectos da implementação de Políticas Públicas, considerando como sujeitos as mulheres rurais. Nesse sentido, a compreensão se propõe a discorrer sobre as diversas nuances na construção e implementação dessas políticas, seus avanços e retrocessos, apresentando os preceitos pautadas na construção da autonomia das mulheres.

As Políticas Públicas serão abordadas no trabalho, na perspectiva do conceito proposto por Farah (2004), entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Assim

como, serão analisadas com recorte de gênero “que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres” (p. 51).

No contexto de Políticas Públicas de gênero pretende-se verificar em que medida as ações do Estado têm contribuído para a conquista da autonomia e reconhecimento das mulheres rurais. A percepção do termo gênero se apresenta neste trabalho de acordo com defendido por Scott (1995, p.86) como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Nesse sentido, o gênero precisa ser pensado dentro das relações plurais que levam a subordinação e também como uma manifestação de relação de poder entre homens e mulheres e acesso diferenciado aos recursos materiais da sociedade.

Historicamente, as mulheres foram vítimas de uma sociedade desigual, assumindo lugares de inferioridade amparadas por um sistema social opressor e muitas vezes invisível, enraizado na vida social por uma cultura machista e patriarcal. Assim, apropria-se desta definição de gênero como uma categoria de análise no sentido de entender as relações produtivas e econômicas vivenciadas pelas mulheres rurais pesquisadas (SCOTT, 1995).

No que se refere ao empoderamento de mulheres, o diálogo se desenvolve a partir do processo da conquista de autonomia, o que resulta na liberdade das mulheres dos vínculos históricos de opressão de gênero e patriarcado. Nesse sentido, a definição de empoderamento se aproxima a noção de autonomia, referindo-se “à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas—política, econômica, cultural, psicológica, entre outras” (HOROCHOVISK; MEIRELLES, 2007, p.486). O empoderamento aqui é entendido do ponto de vista emancipatório, no sentido de possibilitar que as mulheres rurais alcancem recursos que lhes propiciem ter capacidade de ação, decisão e voz.

Para analisar a condição das mulheres rurais, no que se refere a autonomia, apropria-se do conceito defendido Garcia et al. (2013) ao conceber autonomia como “a capacidade de gerenciar o próprio destino, rompendo com a intrincada rede de relações na qual ocupa uma condição subalterna, sempre barganhando pelo reconhecimento dos direitos elementares, como de ter voz ativa nas decisões, integridade física e mobilidade de ir e vir” (p. 253).

A participação nos canais de comercialização pode implicar direta e indiretamente na promoção da autonomia como afirmam Siliprandi e Cintrão (2011), ao destacarem que políticas estatais de fortalecimento das organizações produtivas de mulheres rurais promovem a autonomia econômica das mulheres, além de incentivar “troca de informações, de conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia feminista e solidária” (p. 02).

Ao analisar a participação das mulheres rurais no PAA, é possível identificar em que medida essas mulheres estão acessando a renda obtida, no que se refere a condição feminina no contexto rural. Autores como Heredia e Cintrão (2006) e Siliprandi e Cintrão (2011) em seus estudos, destacam que a participação das mulheres rurais, sejam no ambiente doméstico ou processo produtivo, são importantes para a manutenção do sistema agrícola familiar. Dessa forma, a participação das mulheres rurais em programas desse porte é fundamental tanto para elas quanto para o desenvolvimento local (VALERIANO, 2012).

Essa dissertação, como sistematização da pesquisa e reflexão realizada, organiza-se em seis seções. A primeira seção, a introdução, aborda o problema, justificativa e os objetivos. Na segunda seção, as perspectivas metodológicas de investigação. A terceira seção intitulada, “Políticas públicas e mulheres rurais: estratégias para a equidade de gênero”, apresenta fundamentos teóricos e históricos, da concepção das Políticas Públicas de gênero e a inserção das mulheres nos mercados institucionais.

A quarta seção denominada “A participação das mulheres rurais no contexto do PAA” explicita os resultados das inquirições realizadas e pesquisas bibliográficas. Na quinta seção identificada “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Santarém – PA a partir da participação das mulheres fornecedoras de alimentos na região metropolitana de Santarém”, apresenta a caracterização do perfil socioeconômico das mulheres rurais, a partir de dados estatísticos produzidos, contextualizado a inserção e participação no PAA, assim como a relação nas dimensões social, produtiva e econômica na vida das mulheres. Na sexta seção que tem como título ““É tão bom quando a gente tem nosso próprio dinheiro”: o PAA como caminho para a construção da autonomia das mulheres” trata-se das reflexões sobre a construção da autonomia por meio do PAA na concepção, histórias e experiências das mulheres rurais. E por fim, as considerações finais do trabalho.

2 PERSPECTIVA METODOLÓGICA DE INVESTIGAÇÃO

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

No Brasil na década de 1960, os conglomerados urbanos, formados por cidades e vilarejos, e os frequentes problemas enfrentados nas regiões periféricas que adinham das cidades-polos, fizeram o governo institucionalizar as primeiras experiências de regiões metropolitanas, legalizando estas por meio da Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, Art. 157, parágrafo 10, responsabilizando os governos estaduais pela governança e disponibilização dos serviços básicos. A partir da Constituição de 1988, os estados ainda permaneceram com a incumbência de criação das referidas regiões, no entanto, repassando aos municípios a responsabilidade de ofertar os instrumentos institucionais que propiciem a gestão na nova região metropolitana (GARSON, 2009).

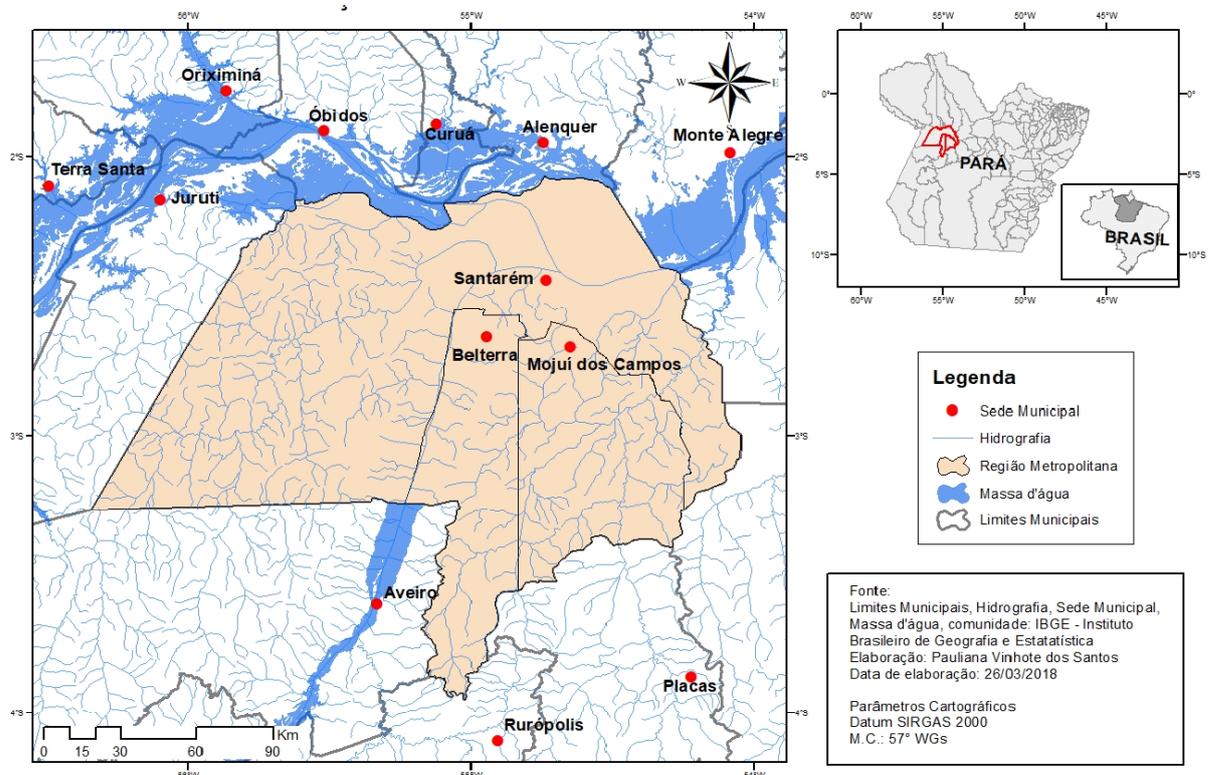
A escolha da área da pesquisa, surgiu a partir do levantamento de informações referente a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Santarém, na coordenação do referido programa. Ao dispor dos dados, utilizando como parâmetro a inscrição no programa no período de 2012 a 2016 e a localização dos fornecedores beneficiários, assim intitulados, foi possível identificar, a distribuição dos agricultores familiares, nos municípios de Belterra e Mojuí dos Campos.

Considerou-se a abrangência do PAA municipal de Santarém, envolvendo os municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, que constituem a Região Metropolitana de Santarém (RMS)³, definiu-se a área de estudo, tendo como público específico a ser pesquisado, as mulheres rurais inseridas no PAA, residentes e produtoras nos municípios citados, oferecendo assim condições favoráveis a pesquisa de campo por concentrar um número significativo de mulheres, inseridas com três anos ou mais de fornecimento ao programa, totalizando 81 mulheres.

³ Instituída pela Lei Complementar Estadual nº 079, de 17 de janeiro de 2012. Sua configuração inicia a partir da localização geográfica da cidade-polo de Santarém, assumindo a função de entreposto comercial para aproximadamente 16 municípios, além de capacidade estrutural de receber pessoas, por ser referência nas áreas da saúde, educação, comércio, entre outras. A criação da região teve como objetivo executar as obrigações públicas de forma planejada e integrada com os municípios que a constituem, além da possibilidade de captação de recursos públicos em programas federais e estaduais, para investimentos em diversas áreas (GOMES et al., 2017).

A RMS composta pelos municípios de Santarém (sede), Belterra e Mojuí dos Campos, conforme figura 1, com 329.197 mil habitantes, e área total de 27.287,426 km² (IBGE, 2017a; 2017b; 2017c). Está localizada nos limites geográficos na Mesorregião do Baixo Amazonas - PA abrangendo uma área de 317.273,50 Km², composto por 12 municípios: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa (OLIVEIRA et al., 2010). Da população total de 678.936 habitantes da Mesorregião, 39,94% vivem na área rural, destas 8,7% são agricultores familiares e 13,6% famílias assentadas (BRASIL, 2017).

Mapa 1 - Localização da área de estudo



Fonte: Adaptado de SANTOS, 2018).

A distribuição populacional da RMS está concentrada em sua maioria no município de Santarém, estimada em 294.447 habitantes em unidade territorial de 17.898,389 km² (IBGE, 2017a). Cidade considerada polo por disponibilizar aos demais municípios bens e serviços como: educação (diversas Instituições de Ensino Superior públicas e privadas), saúde, serviços bancários, comércio, produtos industrializados, entre outros (FERREIRA, VIEIRA, 2018).

No município de Belterra, reside população estimada de 17.249 habitantes, considerada a menor área do território da RMS, totalizando 4.398,418 km² (IBGE,

2017b). Construído para dar suporte a produção de borracha, explorada pelo projeto da Companhia Ford nas décadas de 1930 e 1940, ficando como herança desse período, as casas com a arquitetura tipicamente no estilo norte-americanas e os extensos seringais (GOMES *et al.*, 2017).

O Município de Mojuí dos Campos, o mais recente dos três, possui população estimada de 15.646 habitantes, área igual a 4.988.236 km² (IBGE, 2017c). Antes da emancipação, era constituído por um assentamento, com acesso a infraestrutura de forma precária, porém a forte atuação no movimento social da região, contribuiu para a emancipação do município. Mojuí dos Campos juntamente com Belterra, formam a periferia da RMS (GOMES *et al.*, 2017).

A economia da RMS, historicamente foi movida a partir do extrativismo de diversos ciclos de produtos. A riqueza da biodiversidade existente na região, por muitas décadas sustentou o modo de vida da população (indígenas, quilombolas e outros) de forma harmônica com a natureza. Esses povos estabeleceram processo de produção e reprodução de vida, por meio da utilização do manejo dos recursos naturais (extrativismo, pesca, caça, agricultura, extração madeireira para construção de residências e embarcações, etc).

No entanto, desde a elaboração do Plano Diretor de Santarém⁴, em 2006, com a definição da área de expansão urbana, compreendendo Belterra e o núcleo urbano de Mojuí dos Campos, espaço esse até então, ocupado predominantemente pela agricultura familiar, passou a ser disputado pela monocultura da soja, gerando conflitos entre essas categorias (GOMES *et al.*, 2017).

2.3 CAMINHOS DA PESQUISA

2.3.1 Considerações sobre a metodologia adotada

A trajetória metodológica definida para realizar a pesquisa, foi inicialmente compreendida a partir dos marcos teóricos já estudados na epistemologia das ciências sociais. Nesse sentido, o trabalho apresenta parte das inferências teóricas e elementos dos estudos em ciências sociais, como princípios norteadores do caminho metodológico, assegurando a cientificidade do método para a elaboração dessa dissertação.

⁴ Instituído por meio da Lei Nº 051/2006 (Santarém, 2006)

A proposta deste estudo considerou a abordagem quantitativa, utilizando-se de dados e análise estatística, como forma de interpretar determinada realidade humana e social, evidenciou tendências diagnosticadas de forma numérica. A abordagem quantitativa foi utilizada para subsidiar a abordagem qualitativa, como foco principal na perspectiva da epistemologia das Ciências Sociais.

Destaca-se como apresenta Somekh et al., (2015), que a partir da década de 1970, houve uma ampla diversificação nos métodos em ciências sociais, principalmente pela influência das teorias feministas, que contribuiriam no que concerne a termos teóricos, para o crescimento de gênero, raça e etnia. Destarte, esse trabalho assume uma perspectiva metodológica, situada na construção de Políticas Públicas de gênero e conquista da autonomia das mulheres rurais nas escolhas teóricas e caminhos da pesquisa.

Os dados coletados por meio da abordagem quantitativa, tiveram como orientação a caracterização do perfil das mulheres rurais, com o comprometimento de apresentar a realidade socioeconômica. O conjunto inicial das questões relativas a caracterização das mulheres agricultoras entrevistadas, abrange os aspectos sociais e econômicos, sejam individuais e familiares, no que concerne a: localização residencial, idade, estado civil, formação escolar, infraestrutura de moradia, participação social, renda monetária.

Os dados foram organizados no software MINITAB, e a interação entre as variáveis e a composição dos indicadores serão apresentadas a seguir. Segundo Sayão e Sales (2015, p.80), o dado de pesquisa é uma “informação criada ou coletada no curso da pesquisa científica, e que são frequentemente formatadas de maneira a torná-las adequadas à comunicação, interpretação e processamento por um computador”.

A abordagem qualitativa foi utilizada para o aprofundamento e compreensão dos aspectos subjetivos concernentes ao universo do estudo, possibilitando a exposição de opiniões e a observação de reações e posturas dos entrevistados. Pesquisas desse porte requerem do pesquisador habilidades para lidar com o volume e a diversidade de aspectos teóricos e descritivos existentes, que se dá no tempo e espaço onde os fatos e os processos sociais são produzidos (OLIVEIRA, 2008).

A coleta e tratamento dos dados ocorreram em quatro fases. Sendo a primeira, a revisão de literatura e levantamento de dados secundários, explorando

as teses, dissertações, artigos e demais publicações que pudessem subsidiar para o melhor entendimento e tratamento do tema estudado, assim como consultas nos *sites* PAA *Data*, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O segundo momento, pesquisa de campo, caracterizou-se pela realização das entrevistas. Inicialmente, pela coleta de informação na coordenação do Programa de Aquisição de Alimentos, vinculada a Divisão de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém (SEMTRAS), no período de agosto de 2016 a fevereiro de 2017. Posteriormente, com as mulheres rurais, visitando *in loco* no período de janeiro a junho de 2017.

Nessa etapa, a relação estabelecida entre pesquisadora e as mulheres participantes, considerou elementos dentro do aspecto social, econômico, participação e percepção sobre o Programa de Aquisição de Alimentos. Tendo comprometimento com a trajetória e visibilidade dessas mulheres, ressignificando suas vivências e práticas para produção de conhecimento. Optou-se por realizar entrevistas de forma aberta e semiestruturada, podendo esta ter flexibilidade de acordo com o contexto da realização da entrevista, realizou-se ainda a gravação e transcrição das falas, registro em caderno de campo e fotográfico.

Durante a pesquisa de campo, em algumas visitas, foi possível observar a rotina de trabalho em seus diversos ambientes, acompanhando-as em suas atividades rotineiras com intuito de compreender e descrever com maiores detalhes a atuação das mulheres nesses ambientes.

Na terceira fase da pesquisa, de posse dos dados primários (coletados a partir das entrevistas), utilizou-se dois programas diferentes para sistematização com o objetivo de auxiliar nas análises, o suporte do software MINITAB para agrupamento dos dados quantitativos propiciando o cruzamento de informações e o Microsoft Excel para decomposição do texto transcrito em unidades de significação, contendo a identificação das emissoras das mensagens (mulheres agricultoras), as falas significativas, temas questionados nas entrevistas e as inferências da pesquisadora. A partir dos referidos programas, foi possível organizar gráficos e tabelas para descrever e analisar os resultados da pesquisa.

A sistematização dos dados, proporcionou um espaço de diálogo e reflexão acerca das condições de vida das mulheres agricultoras. Essa sistematização "permite produzir novos conhecimentos, que provêm diretamente de experiências

vividas, as quais são sempre expressão concreta e delimitada de uma prática social e histórica mais ampla." (JARA, 2012, p. 103).

Com os dados sistematizados, foi possível a realização da quarta fase, onde os dados foram analisados a luz da Análise Textual Discursiva (ATD), que “[...] tende a assumir entendimentos que a situam entre essas duas abordagens de análise, focalizando geralmente a profundidade e complexidade dos fenômenos” (MORAES e GALIAZZI, 2016, p. 182). Essa técnica tem como principal característica desenvolver de modo integrado Análise de Conteúdo e Análise de Discurso no que se refere à descrição e interpretação na análise como processos complementares na busca de sentidos e significados, surgindo como “nova opção de análise para pesquisas de natureza qualitativa e de caráter hermenêutico” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 162).

Moraes e Galiazzi (2016) destacam que,

[...] o argumento de que a Análise Textual Discursiva pode ser compreendida como um processo auto organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem a partir de uma sequência recursiva de três componentes: a desconstrução dos textos do “corpus”, a unitarização; o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar o emergente em que a nova compreensão é comunicada e validade (p.34).

Nesse sentido a unitarização onde cada questionamento foi considerado como uma unidade de sentido serviu para identificar e isolar ideias com significado próprio; a categorização onde as unidades de sentido são reunidas em categorias, considerou as aproximações e semelhanças contribuindo de forma significativa para a organização do texto.

A última etapa do processo de análise, denominada por Moraes (2003) por metatexto, tem a finalidade de evidenciar o entendimento do resultado da união das duas fases anteriores. Os metatextos, segundo Moraes (2003, p. 202), “são constituídos de descrição e interpretação, representando o conjunto de um modo de compreensão e teorização dos fenômenos investigados”, originando produções que precisam de constantes reescritas e aperfeiçoamento. Considerado um processo auto-organizado para a compreensão dos fenômenos estudados dando veracidade para a comunidade científica do conjunto analisado.

2.3.2 Os sujeitos, o universo e a amostra da pesquisa

Alguns critérios foram pré-estabelecidos para a escolha das mulheres a serem participantes da pesquisa. Inicialmente caracterizadas como mulheres rurais beneficiadas/fornecedoras do Programa de Aquisição de Alimentos. Desse amplo universo, utilizou-se o recorte com as mulheres inseridas no programa por três anos ou mais consecutivos, entre o período de 2013 a 2016, e residentes nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, alcançando uma população de 81 (oitenta e uma) mulheres cadastradas (33 em Santarém, 23 em Mojuí e 25 em Belterra).

Para o cálculo do tamanho amostral, utilizou-se os procedimentos baseados na estimativa da proporção populacional (COCHRAN, 1977), obtidos por meio da seguinte equação:

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N - 1) \cdot E^2}$$

usou-se como parâmetro o nível de significância de 5% e um erro amostral igual a 0,21, resultando em uma amostra de 18 mulheres, divididas proporcionalmente nos três municípios que contemplam a Região Metropolitana de Santarém. Em critérios iniciais, foram entrevistadas, em Belterra 7 mulheres, em Mojuí dos Campos entrevistadas 5 mulheres e em Santarém entrevistadas 6 mulheres. Essa seleção se deu a partir da lista de beneficiárias do programa disponibilizada, e agrupamento com número expressivo destas nas localidades.

No entanto, a existência de um número significativo de mulheres beneficiárias/fornecedoras do PAA em determinadas localidades visitadas, o tempo disponibilizado para realização das visitas/entrevistas, e o quantitativo das entrevistas se estenderam ao estipulado na amostra, ultrapassando para 26 mulheres rurais entrevistadas para a pesquisa, assim divididas por município: Belterra 8, Mojuí dos Campos 7 e Santarém 11.

O mapeamento, permitiu a localização das mulheres agricultoras correlacionando os referidos municípios e comunidades conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Localização das mulheres agricultoras por município e comunidade

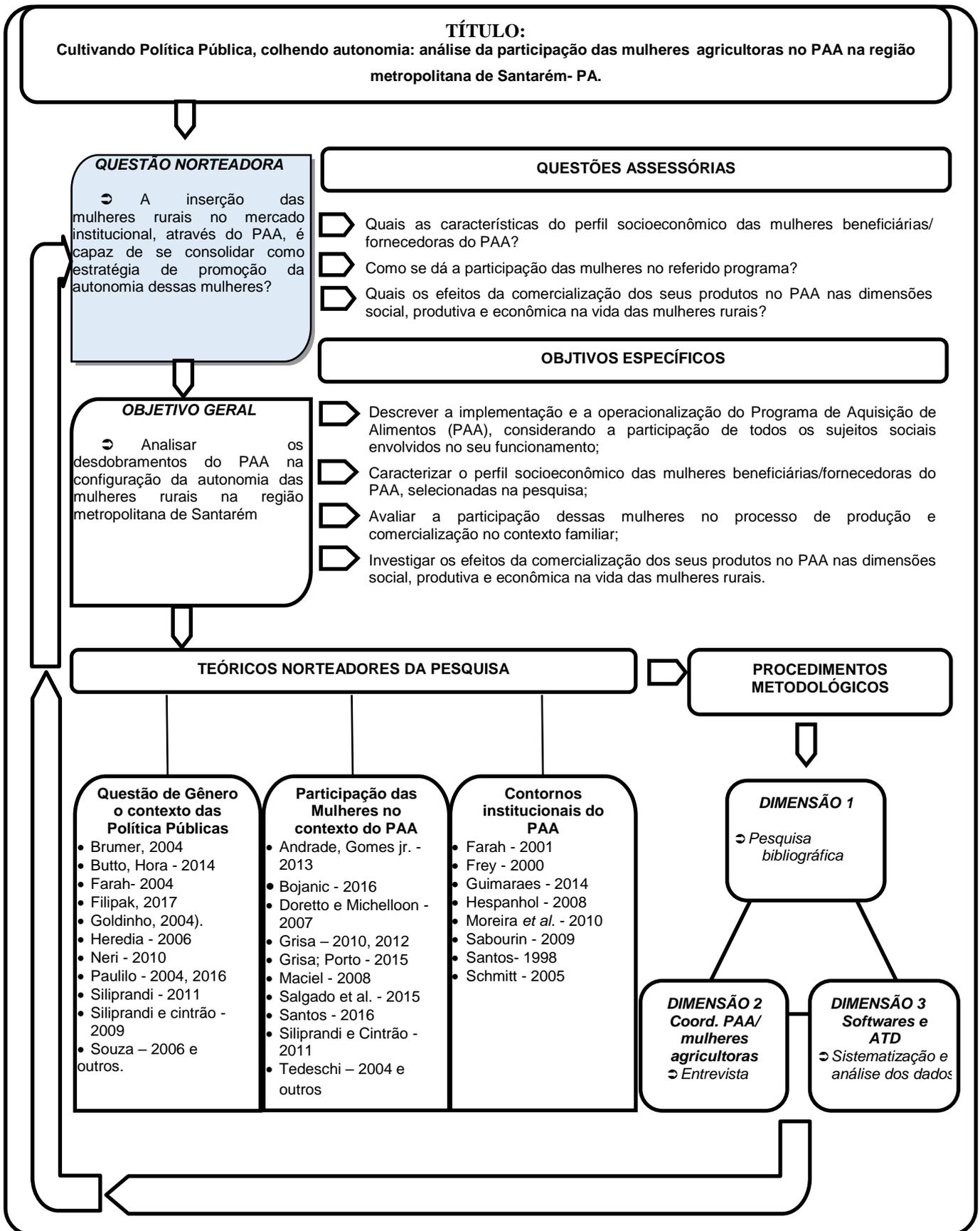
COMUNIDADE	SANTARÉM	BELTERRA	MOJÚ DOS CAMPOS	TOTAL
Boa Esperança	3	-	-	5
Boa Fé	-	-	3	2
Cipoal	2	-	-	3
Igarapé do Pimenta	1	-	-	2
Piracão Era de Baixo	4	-	-	4
São Francisco do Mojú	-	-	2	2
São José	1	-	-	1
Terra Preta	-	-	2	1
Trevo de Belterra	-	8	-	6
Total	11	8	7	26

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Para garantir a ética na pesquisa elaborou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), entregue a cada participante, como ferramenta pela qual as mulheres rurais expressaram seu consentimento para participação do estudo. O documento foi lido minuciosamente para cada uma e após isso, assinado em duas vias, declarando serem informadas de maneira clara e por escrito, da justificativa, dos objetivos e dos procedimentos metodológicos usados na pesquisa (Apêndice C).

De forma resumida, o mapa conceitual apresentado a seguir resume os principais pontos do percurso metodológico, viabilizando uma compreensão mais imediata do planejamento e desenvolvimento da pesquisa.

Figura 1 - Mapa conceitual



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E MULHERES RURAIS: ESTRATÉGIAS PARA A EQUIDADE DE GÊNERO

Historicamente, a mulher foi privada do acesso aos direitos sociais, a exemplo o direito ao voto, título da propriedade, previdenciário, assim como exercer atividade laborativa sem autorização do pai ou cônjuge, afirmando a submissão ao sistema patriarcal. Desde a década de 1970, as mulheres, por meio de lutas e movimentos coletivos, começam a contrapor essa realidade, construindo estratégias que garantam direitos sociais, trabalhistas, previdenciárias e políticos dentro da legislação brasileira.

A partir da década de 1980, foram implantadas as primeiras Políticas Públicas direcionada para a questão de gênero no Brasil, reconhecendo a diferença existente entre homem e mulher, assegurando a implementação de ações diferenciadas para as mulheres. Dessa forma, tais políticas tornam-se instrumentos que possibilitam autonomia feminina, combate à pobreza e equidade de gênero (FARAH, 2011). Essas transformações no formato da elaboração das Políticas Públicas, se apresentam como eixos importantes de debates e pesquisas no meio acadêmico e social.

3.1 A QUESTÃO DE GÊNERO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os debates sobre Políticas Públicas, implicam investigar a questão da relação entre Estado, economia e sociedade, assim como a função que as ações destes desempenham na resolução de problemas. Outro aspecto a ser compreendido é a relação da análise das questões formais e dos resultados conseguidos por programas ou planos estabelecidos, confrontando com os interesses, poder e interferência política. Nesse sentido, é interessante ressaltar que, de acordo com Souza:

(...) definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o locus onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores (SOUSA, 2006, p.25).

Os estudos sobre Políticas Públicas no Brasil, surgem a partir da década de 1980, com o fim do regime militar e início do regime democrático. Pesquisadores como Raimundo Faoro e Bresser Pereira, com seus trabalhos direcionados às características e função do Estado para o desenvolvimento da sociedade, foram importantes para a agenda de pesquisa nessa temática no referido período. Com a reforma do Estado devido a redemocratização do País surge também a preocupação de democratizar o acesso aos serviços públicos e de aumentar a participação política (HOCHMAN; ARRETVHE; MARQUES, 2007).

De acordo com Farah (2004), a relação entre a sociedade e o Estado no Brasil, motivadas pelo processo de redemocratização e crise fiscal, tiveram mudanças importantes a partir dessa década, pautadas por uma agenda de reforma estabelecida pelo Estado e norteada por princípios como: processos descentralizados entre os entes federados; democratização nos processos decisórios e resultados de políticas públicas; participação mais atuante da sociedade civil como atores influentes nas tomadas de decisão, formulação e implementação de Políticas Públicas; novos formatos na gestão das Políticas Públicas com maior eficiência e prioridade de ação. Além desses, houve a inserção de novos segmentos como beneficiários, com o objetivo de promover a justiça e cidadania (FARAH, 2004).

Ainda de acordo com Farah (2004), esses princípios norteadores, oportunizaram a inclusão de novos atores sociais nas Políticas Públicas por meio da participação e controle social, atuando nas decisões e influenciando sobre a agenda pública, tudo isso atrelado a intersectorialidade e a governança pública que foram elementos motivadores para uma sociedade recém-chegada ao regime democrático.

Com a promulgação da Constituição de 1988, diversos movimentos já organizados desde a década de 1970, apresentam-se como atores ativos, dentre eles, destaca-se a participação das mulheres de forma expressiva, apresentando a problemática de gênero e pautando suas reivindicações por Políticas Públicas de gênero⁵. Conforme afirma Farah (2004):

⁵ As políticas públicas de gênero serão definidas aqui considerando três elementos. No que concerne ao foco, aborda as políticas sociais que integram a questão de gênero, podendo estas dirigir-se exclusivamente para as mulheres, ou mais generalistas incluindo as mulheres como beneficiárias em potencial; em seu modelo de formulação, considera as mulheres somente como beneficiárias, ou como beneficiárias, formuladoras e executoras assumindo o papel de sujeito no processo de implementação das políticas públicas; e em seu propósito, sendo emancipatório ou conservador,

O movimento feminista (...) contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático. A discriminação de questões diretamente ligadas às mulheres envolveu, por sua vez, tanto uma crítica à ação do Estado quanto – à medida que a democratização avançava – a formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero (p. 51).

Nesse sentido, a partir da década de 1980 insere-se na agenda pública a luta para a conquista da igualdade de gênero, que até então apresentava-se como um problema exclusivo das mulheres e suas famílias. A mobilização dos movimentos de mulheres conquistou avanços significativos com a Constituição de 1988, articuladas com foco na bandeira *Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher*, foram construídas e posteriormente incorporadas à Constituição, propostas sob o título Carta das Mulheres Brasileiras, com temas referentes a saúde, famílias, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra (COSTA, 1998).

Contribuindo, SARTI (1988) e SOUZA-LOBO (1991), afirmam que a trajetória do movimento de mulheres, está intrinsecamente ligada a constituição destas como sujeito coletivo, ampliando sua atuação nos espaços públicos, pondo em pauta debate de temáticas que até então permeavam apenas nas esferas privadas.

Esses movimentos de mulheres conquistaram, na década de 1980, a implantação das primeiras Políticas Públicas de gênero reconhecendo a diferença entre mulheres e homens, com ações diferenciadas. Essas políticas foram reivindicadas como forma de pressionar as diversas esferas governamentais de acordo com suas competências e campo dessas políticas. Cabe ressaltar que as primeiras Políticas Públicas dirigidas às mulheres, as reduziam a condição de “mãe trabalhadora”, justificada pelo contexto histórico de invisibilidade dos direitos nas Políticas Públicas brasileiras (FARAH, 2004; NASCIMENTO, 2016).

Também como resultado desses movimentos de mulheres, algumas instituições foram criadas, como por exemplo o Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983, em São Paulo. Nessa mesma década, as Políticas Públicas de gênero eram direcionadas para o campo da saúde, sendo criado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). No intuito de atender as mulheres nos diversos estágios da vida, e para a violência contra a mulher, foi criada a

apresenta-se como uma política englobando a questão do gênero em duas vertentes: comprometida com o *empoderamento* feminino diminuindo a desigualdade entre homens e mulheres, ou, com intenções conservadoras sem comprometimento de contrapor a assimetria de poder (BESSE, 1999).

primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher em 1985 no Estado de São Paulo, e em nível nacional, um marco importante foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado ao Ministério da Justiça (SAFFIOTI, 1994; NASCIMENTO, 2016).

Na década seguinte, nos anos 90, o Estado contou com a parceria dos movimentos sociais, Organizações Não Governamentais, políticas afirmativas defendidas pelas feministas e as políticas propostas por agências multilaterais, a exemplo do Banco Mundial. Tais políticas pautavam combater a pobreza das mulheres, tendo avanços significativos nas áreas de atuação das Políticas Públicas, pois, compreendiam programas que fomentavam a geração de emprego e renda, assim como apoio as mulheres rurais. Destaca-se que nesse período, especificamente em 1996, no cenário político foi instituída cotas para candidatura das mulheres (NERI, 2010).

No decorrer das décadas de 1980 e 1990, com o processo de democratização, a participação de novos atores na formulação de Políticas Públicas e a inserção de novos temas sociais, foram fundamentais para que a pauta sobre gênero se tornasse cada vez mais presente nas Políticas Públicas (BUGNI, 2016).

Na concepção de Farah (2004, p. 53-54) a partir da década de 2000, com novos arranjos institucionais, a construção de propostas de Políticas Públicas constitui-se “espaços privilegiados na luta pela superação da desigualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira”. Essas propostas, foram fortalecidas em espaços de discussão como o Encontro sobre Gênero e Políticas Públicas em São Paulo, Encontro Nacional Mulher e Poder Local promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), ambos ocorridos no ano 2000, e o Encontro sobre Indicadores de Gênero também promovido pelo IBAM no ano de 2001.

As conquistas dessa década representam um marco importante para a participação das mulheres na elaboração das Políticas Públicas, principalmente com a criação em 2003, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM⁶) vinculada à

⁶ Incorporada no ano de 2015, com a Medida Provisória nº 696, à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); Secretaria de Direitos Humanos (SDH); e, Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), criando o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Em 2016, por meio da Medida Provisória nº 726 que extinguiu o referido ministério, houve o retorno à condição de Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM), vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania (BRASIL, 2014).

Presidência da República⁷, primando pelo princípio da igualdade de condições entre homens e mulheres, dedicou-se a elaboração de estratégias políticas com o objetivo de eliminar discriminações de gênero, propiciando a consolidação da cidadania para as mulheres e a garantia dos direitos humanos (BUTTO, DANTAS, HORA, 2014).

Outro instrumento decisivo na consolidação de Políticas Públicas para mulheres foi o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), criado em 2005, tendo como base os resultados da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres⁸, cujo tema foi “Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero”. O I PNPM representou o primeiro “conjunto de Políticas Públicas articuladas em um plano cujo objetivo primário é a efetivação dos direitos das mulheres” (BRASIL, 2006, p.11). Para esse conjunto de políticas, diversas ações foram propostas, entre elas segue as principais:

- 3.1 - Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania;
- 3.2 - Educação inclusiva e não-sexista;
- 3.3 - Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- 3.4 - Enfrentamento da violência contra as mulheres; e
- 3.5 - Gestão e monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2006, p.25).

Destaca-se ainda na consolidação do referido plano, a participação dos movimentos de mulheres rurais, buscando dialogar com o governo federal, afim de atender suas demandas, além de reivindicar políticas de igualdade e meios para realização de ações finalísticas capazes de fomentar os direitos econômicos das mulheres trabalhadoras rurais e o exercício pleno da cidadania (BRASIL, 2008).

Com a elaboração do II PNPM no ano de 2008, conquistas importantes contribuíram para a valorização do trabalho feminino e redução da desigualdade de gênero das mulheres rurais. O referido plano propiciou o fortalecendo o poder de decisão e a participação nos espaços de produção, até então ocupados exclusivamente por homens, assim como também superar a relação de dependência e subordinação (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, é possível perceber, nas últimas décadas, importantes avanços no campo de formulação das Políticas Públicas de gênero, principalmente

⁷ Criada pela Lei nº 10.683, alterada pela Lei nº 12.314, de 2010 (BRASIL, 2010).

⁸ Na Conferência uma ampla gama de movimentos de trabalhadoras rurais esteve presente, e as propostas tiradas apontam para a capacitação profissional das mulheres e a criação de oportunidades de trabalho, estímulo à formação de associações e cooperativas, incentivo à agroindústria, à pesca, ao ecoturismo e ao artesanato, a ampliação ao crédito rural e a titularidade da terra para a mulher.

nas áreas de saúde, educação, geração de emprego e renda, combate a violência, política, empoderamento, entre outros. Esses avanços só foram possíveis devido a mobilização dos movimentos feministas e de mulheres, exigindo do Estado implementação de ações para a promoção da cidadania das mulheres (NASCIMENTO, 2016).

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O RURAL E A INCLUSÃO PRODUTIVA DAS MULHERES

Os avanços ocorridos nas Políticas Públicas em relação à questão de gênero contribuíram de forma significativa para a emancipação das mulheres rurais⁹, possibilitando a autonomia financeira e a participação no planejamento familiar. No entanto, muitos desafios relacionados a esse planejamento, principalmente no que se refere a gestão de recursos, ainda estão aquém do poder de decisão dessas mulheres, conforme afirma Siliprandi (2011):

Muitas vezes as mulheres não têm poder de decisão sobre aspectos produtivos ou sobre a comercialização dos produtos da unidade familiar, embora contribuam como força de trabalho direta nas lavouras e criações, e ainda nas atividades de manutenção da família. Essa situação tem mudado lentamente, no campo, após a obtenção da aposentadoria e de outros benefícios sociais (como a Bolsa-Família), que são recebidos diretamente pelas mulheres; e também com o avanço da discussão sobre a necessidade de garantia da autonomia econômica das mulheres, proposta por certos movimentos; porém, isso não é a regra na agricultura familiar (p.7).

A participação das mulheres rurais em movimentos ocorridos nas últimas décadas, contribuiu na construção de Políticas Públicas e na diminuição das diferenças de gênero na agricultura. Salienta ainda que “as primeiras organizações específicas de mulheres rurais datam do início dos anos 80, estimuladas principalmente pela igreja católica, movimento sindical e partidos políticos” (HEREDIA, 2006, p. 6).

A década de 1980 registrou uma ampla mobilização feminina no campo e, em 1989, surgiu o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Rio Grande do Sul, já contando com uma liderança de cerca de 500 militantes, muitas delas com experiência anterior em atividades da Igreja e dos sindicatos de trabalhadores rurais de oposição. Devido à pressão dos movimentos de mulheres rurais em todo o país, a Constituição de 1988

⁹ Exercem importante função na agricultura familiar e camponesa, são responsáveis, em grande parte, pela produção destinada ao autoconsumo familiar e pelas práticas agroecológicas, garantindo qualidade de vida na família e na sociedade. Somam mais de 14 milhões de mulheres no meio rural, representando 48% da população destas áreas (BRASIL, 2015).

reconheceu a categoria 'produtoras rurais', garantindo às mulheres direitos previdenciários como aposentadoria aos 55 anos e licença-maternidade remunerada. Porém, esse fato não pôs em xeque a relação entre os cônjuges, na medida em que os homens vêem esses benefícios como recursos adicionais que saem do 'bolso' do Estado e entram no 'bolso' dos membros da família e, portanto, no do marido. Apesar da importância desses direitos, as mulheres permanecem em uma posição subordinada na estrutura familiar, tendo pouco acesso à terra, menores perspectivas profissionais que os homens e, portanto, menor motivação para permanecer no meio rural. (BRUMER e PAULILO, 2004, p. 173).

Historicamente no Brasil, especificamente na Amazônia, a atuação das mulheres se resumiu à condição de coadjuvante. Estas eram reconhecidas como um apêndice das atividades desenvolvidas pelos homens, em total situação de invisibilidade ou qualquer destaque na sociedade por vários séculos, demonstrando assim uma estrutural situação de desigualdade entre homens e mulheres (COSTA, ALVES e PINTO, 2015).

Essa situação de desigualdade, principalmente nas relações de gênero na área rural, começou a mudar, mesmo que lentamente, a partir da ascensão dos movimentos feministas e os programas públicos direcionados para as mulheres rurais, propiciando transformações sociais nas últimas décadas do Século XX. Contudo, mesmo com essas transformações ocorridas, a emancipação e a valorização da mulher rural ainda estão longe de serem consolidadas. Podemos entender melhor na descrição apresentada por Boni (2004):

A socialização da mulher rural foi muito dura; ela foi educada para aceitar o que os homens decidem ou, se não para aceitar, para não decidir. Isso sempre foi uma tarefa de seu pai ou de seu marido. Não é "tranquilo", como os dirigentes [sindicais] afirmam, buscar a igualdade na família, pois ali existem muitas diferenças [...] (p. 298).

Corroborando, Paulilo (2004) destaca que as tarefas consideradas femininas se restringiam ao espaço doméstico, sendo consideradas, em muitos casos, até hoje como ajuda. Assevera que devido a educação da mulher ter sido direcionada para o cuidado dos filhos e do lar, distanciou-a do mercado de trabalho, conforme afirmar a autora "[...] historicamente a mulher foi considerada a responsável pela educação dos filhos, ela não era aceita nos espaços públicos e nem preparada para isso. A igualdade de gênero na Constituinte só foi conseguida em 1988 no Brasil" (p. 2).

A autora assinala ainda que, por não terem sido criadas para a realização dos trabalhos e desempenho no ambiente público, fortaleceram a dependência da mulher, impossibilitando sua participação nos programas sociais. Nesse sentido, se faz necessário entender a dinâmica na vida camponesa, em especial no meio rural e

pequenas comunidades, onde as decisões expressam a lógica que rege não só a vida na família camponesa, mas especialmente as pequenas comunidades e o meio rural, em que as deliberações, principalmente na esfera públicas, são manifestadas exclusivamente pelos homens (PAULILO, 2004).

Destarte que as desigualdades de gênero na área rural se apresentam também no contexto de outras desigualdades sociais, principalmente se comparadas a população urbana ou a outras regiões do país. Nesse sentido, ao analisar as condições de vida das mulheres rurais, se faz necessário considerar as difíceis situações que essas enfrentam no acesso a Políticas Públicas, aumentando ainda mais as desigualdades de gênero (HEREDIA, CINTRÃO, 2006).

Historicamente as Políticas Públicas não consideraram as desigualdades de gênero no meio rural, e conseqüentemente, não elaboraram estratégias com objetivos a promover a inclusão das mulheres na economia. Conforme reconhece a resolução nº 80 do Condraf (2011):

- a) que ao longo da história as políticas públicas desconsideraram as desigualdades de gênero no meio rural e não desenvolveram estratégias para estimular a inclusão das mulheres na economia;
- b) a necessidade de consolidar e ampliar as políticas públicas para as mulheres sintonizada com os compromissos assumidos para a democratização no Brasil Rural a partir da promoção da igualdade de gênero;
- c) que as ações a serem desenvolvidas devem estar articuladas a uma política pública integrada para desenvolvimento rural sustentável, com enfoque nas atividades produtivas e nas políticas agrárias, com democracia de gênero;
- d) a necessidade da construção de uma estratégia de fortalecimento dos espaços coletivos democráticos, reforçando a presença e a participação das mulheres rurais (CONDRAF, 2011).

Ainda na perspectiva da discussão das desigualdades de gênero, um elemento fundamental a ser apresentado é a autonomia das mulheres. Essa temática, historicamente esteve associada a “naturalização” do trabalho das mulheres nas atividades domésticas, resultando na invisibilidade econômica do trabalho feminino e conseqüentemente na dependência ao universo masculino (BUTTO e DANTAS, 2011).

Nesse sentido, um aspecto importante a ser revelado, trata-se da construção de políticas específicas e eficientes que transformem as condições de desigualdade, ampliando a conquista de autonomia das mulheres e que requerem ações em diversas áreas. Assim, observa-se várias políticas, mesmo não sendo direcionadas exclusivamente as mulheres, colaboram para a conquista e ampliação da

autonomia, assim como a autossustentação das mulheres, rompendo os históricos círculos de dependência e subordinação (GODINHO, 2004).

Nota-se que as Políticas Públicas para as mulheres rurais, principalmente com foco no fortalecimento da autonomia, foram institucionalizadas no período de 2003 a 2015, nos governos Lula e Dilma, tornando-se agenda central das ações para promoção da autonomia.

As políticas de promoção da autonomia e da igualdade das mulheres rurais implementadas pelo Governo Federal do Brasil durante o mandato do Presidente Lula impactaram favoravelmente as condições de vida das trabalhadoras rurais, como se pode observar, por exemplo, pelos dados de evolução da renda e da diminuição do trabalho não remunerado nesse segmento (BUTO, 2011, p.33).

Nesse contexto, é importante descrever algumas Políticas Públicas para as mulheres rurais no Brasil, numa perspectiva emancipatória e feminista das ações institucionais do Estado, principalmente as criadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA¹⁰) e da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR¹¹). Sendo que estas aparecem no cenário a partir dos anos 2000, com a ascensão dos governos de esquerda, especificamente no governo Lula e Dilma.

A DPMR foi criada no intuito de nortear ações para a implementação de políticas públicas, que atendessem as demandas pautadas pelos movimentos e organizações de mulheres rurais. Nesse sentido, com base em seu escopo institucional, pode-se afirmar que:

A DPMR indicou como rota para inclusão das mulheres as ações que efetivam o acesso a: (1) cidadania; (2) terra, água, território e bens naturais; (3) inclusão produtiva. Tais ações são articuladas considerando a abordagem territorial para execução e monitoramento da política pública. Outros temas se articulam a esta agenda, tais como: participação e controle social; integração e cooperação internacional; produção de estudos e informações e comunicação (HORA et al, 2014, p. 4).

A referida diretoria, com o objetivo de promover o Desenvolvimento da Autonomia Econômica de Mulheres Rurais, organizou seu trabalho a partir de três

¹⁰ No Ministério do Desenvolvimento Agrário –MDA foi criada uma área com o objetivo de articular e promover ações específicas para as mulheres rurais, colocando a meta da igualdade entre homens e mulheres como agenda na construção de um rural com desenvolvimento sustentável e solidário (FILIPAK, 2017).

¹¹ Inicialmente, no ano de 2001, como Programa de Ação Afirmativa. Em 2003, modifica-se para o Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia – PPIGRE. Nesse mesmo ano, torna-se Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia – AEGRE (2003 – 2009), ligada aos órgãos diretivos do MDA. E finalmente por meio do Decreto 7255/2010 da Casa Civil da Presidência da República, transforma-se em Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais – DPMR (FILIPAK, 2017).

eixos: Inclusão produtiva, Acesso à terra e Cidadania e participação, conforme descrito na Figura 2.

Figura 2 - Organograma de ações institucionais para o Desenvolvimento da Autonomia Econômica de Mulheres Rurais



Fonte: DPMR/MDA, 2015.

Essas ações são instrumentos de consolidação das Políticas Públicas planejadas e executadas pela DPMR e pactuadas em Planos Nacionais realizados através de espaços de gestão participativa de tais políticas, a saber: I, II e III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM – 2004; 2008; 2012); II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 2003); Programa Brasil Sem Miséria (BSM, 2011-2014); Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN, 2010 - 2014); Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO–2014-2015); Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS–2014-2015) (HORA et al, 2014).

De forma geral, as políticas institucionalizadas pelo MDA e DPMR, buscam fomentar estratégias e reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres rurais, no intuito de promover a integração e conquista de autonomia econômica. Nesse sentido é interessante apresentar diferentes políticas que contribuem para o enfrentamento das desigualdades que as mulheres rurais vivem, e principalmente

por estas serem responsáveis por grande parte da produção destinada ao consumo familiar, “são mais de 14 milhões de mulheres no meio rural, representando 48% da população destas áreas” (DPMR/MDA, 2015, p. 2).

O Quadro 1 destaca as principais Políticas Públicas, os objetivos e as formas de acesso no contexto dessa dissertação.

Quadro 1- Políticas Públicas com foco nas Mulheres Rurais

Políticas Públicas	Objetivo	Forma de Acesso
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR	Assegura às mulheres rurais o acesso à documentação civil básica, previdenciária e trabalhista.	Para participar, é preciso se informar sobre a programação dos mutirões divulgada nos sites do MDA (www.mda.gov.br), do Incra (www.incra.gov.br), e em outros meios de comunicação do governo federal.
Participação das mulheres no desenvolvimento territorial e rural	Desenvolver ações para o fortalecimento da participação das mulheres nos territórios e na agenda de desenvolvimento rural, buscando ampliar o acesso às políticas públicas de inclusão social e econômica.	Produtoras rurais, agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, pescadoras artesanais, aqüicultoras, silvicultoras, ribeirinhas, quilombolas, extrativistas e indígenas podem participar das instâncias de gestão dos Colegiados Territoriais, especialmente dos Comitês ou Câmaras de Mulheres.
Reforma Agrária com Igualdade Acesso a Terra Titulação conjunta obrigatória	Garantia do direito das mulheres a serem beneficiárias da reforma agrária em situação de igualdade aos homens. A inscrição para Relação de Beneficiários, para Concessão Real de Uso e para Titulação dos lotes da reforma agrária constituídos por um casal em situação de casamento ou união estável devem, obrigatoriamente, ser emitidos em nome do homem e da mulher	Para lotes já titulados – a mulher deve procurar a Superintendência Regional do Incra para solicitar a inclusão de seu nome no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) e no processo administrativo do lote. Para isto, ela deve apresentar os documentos pessoais do casal (CPF, RG, Certidão de Nascimento, Título de Eleitor) e os de regularização fundiária do assentamento. Titulação em curso – a mulher deve ir à Superintendência Regional do Incra para requerer a inclusão de seu nome na titularidade do lote, no processo administrativo e no SIPRA, apresentando os documentos que comprovem a união entre ambos.
Inclusão Produtiva na Reforma Agrária	Promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir para a igualdade entre mulheres e homens no meio rural.	O valor deste crédito é desembolsado em parcela única e, para acessá-lo, as mulheres assentadas precisam da ATER para elaboração de um projeto.
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Garantir direito das mulheres ao título dos imóveis rurais. No Programa, também foi garantida a escrituração conjunta quando os mutuários e as mutuárias constituírem um casal em situação de casamento ou união estável.	Procurar a Secretaria Reordenamento Agrário do MDA ou uma Unidade Credenciadora do PNCF no Estado.

Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR)	Fortalecer as organizações produtivas das trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais de gestão e comercialização.	São realizados Chamamentos Públicos divulgados no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Há três modalidades de apoio: Redes, Grupos Produtivos de Mulheres e Feiras.
Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres (ATER Mulheres)	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) passou a contar com uma Política Setorial de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para as Mulheres no ano de 2004.	As entidades devem se candidatar aos Chamamentos Públicos lançados e divulgados no site do MDA. As mulheres rurais podem ser informar junto às Delegacias Federais do MDA e à Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do MDA sobre a existência de projetos de ATER em sua comunidade ou Território Rural.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Mulher	Reconhecer e estimular o trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária. Com esse crédito, as trabalhadoras rurais têm mais oportunidades para desenvolver atividades agrícolas e não agrícolas.	As interessadas precisam obter apoio da ATER para elaborar um projeto técnico e apresentá-lo a uma instituição financeira.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Fortalecer e garantir a comercialização de produtos da agricultura familiar, estabelecendo regras diferenciadas para a sua participação nas compras públicas.	Devem ser elaboradas propostas técnicas de acordo com a modalidade pretendida. Este serviço pode ser ofertado pela ATER. O projeto deve ser apresentado à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) do Estado para análise e contratação.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da DPMR/MDA (2015).

Essas políticas foram estabelecidas por meio das relações construídas entre sociedade civil e Estado, com a intervenção do governo, estruturadas em diversos eixos de ações e executadas por órgãos responsáveis de implementar ações públicas de gênero. A exemplo dessas ações, a organização produtiva se destaca como elemento central, mostrando que essas ações são desenvolvidas com as mulheres rurais, com o objetivo de promover a autonomia econômica. Nos estudos feministas essa discussão se afirma como “ligação inevitável entre a construção da igualdade de gênero, a participação da mulher e o mundo do trabalho” (FILIPAK, 2017, p. 200).

As Políticas Públicas de gênero dialogam com as desigualdades e opressões vividos no campo em diferentes frentes. Uma das marcas dessas desigualdades vividas pelas mulheres rurais refere-se ao trabalho não reconhecido desenvolvido por elas nas unidades de produção familiar. A literatura sobre o tema aponta que as mulheres não participam dos processos de decisão relacionados ao ciclo produtivo, assim como seu trabalho não é reconhecido em termos econômicos e não é remunerado (ESMERALDO, 2013; PAULILO, 2004; BRUMER, 2004).

Paralelo a esse contexto histórico, nos últimos anos, a capacidade organizativa, produtiva e política das mulheres, vem sendo reconhecida. Muitas lideranças tiveram seus nomes próprios reconhecidos, deixando de ser meras “esposas de”, assumiram os controles de empreendimentos, assumiram lideranças de cooperativas rurais, associações e grupos de produtoras, além de estarem integradas em feiras e comercializarem seus produtos nos programas sociais e merenda escolar (SILIPRANDI, 2013).

Na descrição de Butto e Dantas (2011):

Organizar as mulheres rurais para fazer a produção, a gestão e a comercialização de maneira autônoma é um desafio permanente daquelas e daqueles que pretendem reduzir as desigualdades de gênero. O Governo Federal, em particular o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir das suas atribuições, persegue este desafio com a instituição de políticas públicas para as mulheres, sempre em diálogo estreito com as protagonistas desta mudança, as trabalhadoras rurais (BUTTO; DANTAS, 2011, p. 7).

Nesse sentido, as autoras com a contribuição de Siliprandi (2009), destacam que para superar (ou minimizar) esses desafios, apresentam-se como estratégias, os programas sociais que viabilizam a inserção das mulheres na economia a partir de relações igualitárias, e a promoção de acesso as políticas de comercialização da agricultura familiar e da reforma agrária, a exemplo os mercados institucionais, especificamente o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Ao apresentar o contexto histórico das Políticas Públicas de gênero, é fundamental que também apresentemos alguns aspectos das mobilizações como parte do contexto de criação do Pronaf, principalmente no que concerne ao crédito para as mulheres.

Conforme destaca Fernandes (2008), o Pronaf tem suas discussões originadas desde a década de 1980 nas mobilizações sociais. Inicialmente no Sul do País com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), hoje Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). E posteriormente com a colaboração ativa da sociedade civil, esses movimentos foram se expandindo a nível nacional, destacando “a campanha pelo fim da fome promovida pelo sociólogo Herbert de Souza (o Betinho) na década de 1990, a proliferação das ONGs etc” (p. 12). O autor ainda destaca, que em relação as discussões políticas dos aspectos conjunturais do

Pronaf, alguns elementos oriundos desses movimentos precisam ser considerados, a exemplo:

A redemocratização do país; a promulgação da nova Constituição em 1988; a implantação das políticas neoliberais; a permissão jurídica, em 1994, para uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para custeio de políticas públicas que se destinassem aos Programas de Geração de Emprego e Renda (Proger); a estabilização monetária, com a criação do Real; o aumento do desemprego e a discussão e a flexibilização das leis trabalhistas. Tem-se ainda, a conquista, pelas mulheres agricultoras, do salário-maternidade, do auxílio-doença, do reconhecimento da profissão de produtoras rurais e da demanda de políticas de crédito (p. 12).

Colaborando Butto (2003), destaca alguns movimentos como a IV Conferência da Mulher, realizada em Beijing (Pequim) (1995), e a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban (na África do Sul) (2001), sendo estes movimentos externos de suma importância nesse contexto, além dos movimentos do campo que com a colaboração da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), contribuíram na pressão para que o governo federal brasileiro assumisse compromissos no âmbito das políticas rurais e demandassem políticas diferenciadas aos agricultores.

Nesse sentido, em meio a discussões e movimentos, surge a proposta do Pronaf a partir da década de 1990, como forma de acesso a crédito para os Agricultores Familiares, seja de maneira coletiva, individual ou grupal. O Pronaf pode ser acessado em três modalidades: custeio, investimento e infraestrutura, destinadas a atividades agropecuárias e não agropecuárias, benfeitorias da propriedade e apoio a logística para melhorias de infraestrutura como estradas e outros. O Pronaf ao longo de sua existência, passou por diversas modificações em diferentes gestões federais, onde possibilitou avanços, onde foram incorporadas as demandas sociais, mas também sofreu mudanças que dificultaram o acesso aos créditos pelos agricultores familiares (FERNANDES, 2008).

Schneider et al. (2004), destaca que a criação do Pronaf no ano de 1996, configura o reconhecimento e legitimação da categoria social “Agricultura Familiar”, devido ao seu objetivo de promover o crédito agrícola e a possibilidade de apoio aos pequenos produtores que historicamente foram excluídos das Políticas Públicas.

No que concerne a operacionalidade do Pronaf, o Quadro 2, indica algumas linhas de crédito e o enquadramento do público-alvo.

Quadro 2 - Especificidades das linhas de crédito do PRONAF

Grupos/ Linhas	Público-Alvo	Finalidade	Limite de Crédito	Juros	Prazo e Carência
Pronaf Grupo A	Agricultores (as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).	Investimento de atividades agropecuárias e não-agropecuárias.	Até R\$ 25.000,00 por agricultor. Esse valor poderá ser elevado para R\$ 26.500,00 quando contemplar verba para Assistência Técnica.	0,5% ao ano	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.
Pronaf Grupo B	Agricultores (as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00. Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupo A, AC e B do Pronaf.	Investimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias.	R\$4.000,00 por operação elaborado pelo Agroamigo (metodologia PNMPPO) R\$2.500,00, quando elaborado sem a metodologia Agroamigo.	0,5% ao ano.	Prazo: até 2 anos, incluído até 1 ano de carência
Pronaf Mulher	Mulheres agricultoras, independente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no Grupo V (Renda Variável). Obs.: as mulheres integrantes dos demais grupos serão atendidas no Pronaf Grupo B.	Investimento de infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural, de interesse da mulher agricultora	Individual: Até R\$ 165.000,00 Coletivo: até R\$ 800.000,00. Quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura, o limite será de R\$ 330.000,00	2,5% ao ano	Quando destinado a práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais; formação e recuperação de pastagens, conservação de forragem, silagem e feno; implantação, ampliação e reforma de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água, inclusive infraestrutura elétrica e equipamentos para a irrigação; cultivo protegido.
					Para as demais finalidades e empreendimentos
				5,5% ao ano	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.

Fonte: Elaborado com base nos dados do Banco central do Brasil, 2018.

Vale ressaltar que o Pronaf pode ser considerado um instrumento importante para o desenvolvimento rural brasileiro, principalmente para os Agricultores Familiares. Mas, cabe destacar a tímida participação das mulheres, com acesso limitado desde sua criação até os dias atuais. Esse é um problema que se configura devido a limitação da autonomia econômica das mulheres e a privação da gestão dos recursos que muitas vezes são fruto do seu trabalho, além da restrição aos espaços de gestão e comercialização da produção (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Nesse contexto, de privação de acesso a crédito e no intuito de ampliar o acesso das mulheres às políticas de créditos, diversos movimentos de reivindicações como a Marcha das Margaridas e tantos outros já citados acima, tiveram efeitos positivos e contribuíram para a inclusão da questão de gênero na agenda pública (FARAH, 2004).

Salienta-se que como fruto desses movimentos e reivindicações, as propostas de políticas de créditos rural para as mulheres foram ampliadas no Plano Safra 2004/2005, com a Campanha de Crédito para a Igualdade das Trabalhadoras Rurais, se institucionalizando então, a linha específica de crédito Pronaf-Mulher, tendo como objetivos a) construir estratégias de acesso das mulheres e jovens trabalhadoras ao Pronaf-crédito; b) desburocratizar e garantir o acesso das mulheres e jovens ao Pronaf e aos fundos constitucionais, para atender atividades agrícolas e não agrícolas, assegurando carência e prazos de pagamento diferenciados para as mulheres trabalhadoras rurais (BRASIL/MDA, 2005; BRUMER; WEISHEIMER, 2006).

Em seu arcabouço normativo, o Pronaf-Mulher se constitui como uma linha específica de investimento, disponível exclusivamente para as mulheres que se enquadravam nos grupos C, D, e E do Pronaf, se apresenta como uma linha específica facilitando o acesso independente de outro crédito já acessado pelo grupo familiar (HERNADEZ, 2009).

Alguns estudos evidenciam as limitações do Pronaf-Mulher, entre eles destaca-se os de Melo (2003), ao discutir que a ausência de políticas com direcionamento para gênero, restringe a participação das mulheres no Pronaf, por meio da sua condição de agricultora. Estudos de Romano e Buarque (2001) no Nordeste, destacam que as principais restrições do Pronaf, se dá devido a inexistência das ações afirmativas, direcionadas para diminuir as desigualdades de gênero no contexto rural, e que se estendam às novas práticas de apoio familiar,

assim como também dificuldades burocráticas e operacional dificultam o acesso a linha de crédito.

No entanto, apresenta-se também algumas potencialidades do Pronaf-Mulher, como destaca Alves (2007), que a inserção das mulheres nas linhas de financiamentos e projetos produtivos, propicia autorreconhecimento como sujeitos que são capazes de atuar em diversos espaços coletivos, sejam públicos ou privados, possibilitando diminuir a histórica hierarquia social e de gênero.

Assim como, se por um lado ao acessarem o crédito propicia mudanças positivas significativas na vida das mulheres, por outro lado, aumentam a responsabilidade por elas assumidas se apresentando como ônus dessas mudanças ocorridas, pois “abordar o crédito na perspectiva do processo de autodeterminação das mulheres significa pensar num processo de sensibilização das entidades ligadas ao crédito e no fortalecimento do processo organizativo das mulheres” (ALVES, 2007 p.18).

4 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RURAIS NO CONTEXTO DO PAA

A pressão dos movimentos sociais, cuja pautas incluem igualdade de gênero e valorização do trabalho das mulheres favoreceu mudanças na estrutura estatal e na institucionalização de Políticas Públicas. Nesse cenário, a implementação do PAA, de modo a cumprir seus objetivos, cria oportunidades para ampliar a igualdade de gênero, fortalecer as organizações produtivas, a segurança alimentar e nutricional e a inclusão produtiva das mulheres.

Os mercados institucionais têm conquistado espaços na agenda política do Brasil de forma crescente, espaços estes onde ocorrem trocas e tem como principal agente o Estado ou outra instituição pública, assumindo papel central por meio das compras públicas. Em sentido mais abrangente.

[...] é aquele mercado que envolve as três esferas governamentais - municipal, estadual e federal - em todas as suas operações de compra de alimentos, sejam as compras de caráter contínuo - como as aquisições para creches, escolas, sistema carcerário, forças armadas e hospitais - quanto as aquisições de caráter esporádico - como aquelas que ocorrem para atender a população em casos de calamidade pública ou as referentes às políticas de Estado e programas de governo, tais como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e outros (MACIEL, 2008, p.17).

Nesses referidos mercados podem ser realizadas compras por meio de licitações, chamadas públicas e dispensa de licitação destinando os alimentos adquiridos aos programas e políticas sociais, utilizando recursos exclusivamente governamentais para as compras. Segundo Grisa (2010), o mercado institucional se configura dentro de uma estrutura particular de redes de trocas, pré-determinadas por marcos legais e práticas sociais pactuadas por um conjunto de atores e organizações, tendo o Estado com a atribuição principal de realizar as compras públicas.

A autora analisa que os mercados institucionais constituem-se como um tipo específico de relação de troca em que o Estado é o responsável por intermediar e financiar a compra de produtos dos agricultores familiares e distribuir a consumidores que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, a exemplo do que ocorre no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que se apresenta como canal de comercialização, tendo como intermediário o Estado, complementando diferentes estratégias comerciais realizadas pelos agricultores (GRISA, 2010).

Salgado et al. (2015), destaca que os mercados institucionais foram implantados com intuito de responder as formas de mercados que causavam o estrangulamento dos pequenos agricultores.

[...] um dos grandes estrangulamentos por que passa a produção familiar hoje no país é a falta de mercado para seus produtos, especialmente os alimentos, dada a forte restrição do poder de compra dos salários, em especial do salário mínimo. Para atenuar essa restrição, o Projeto Fome Zero propõe que as prefeituras e os governos estaduais e federal usem, sempre que possível, seu poder de compra derivado da demanda institucional (para a merenda escolar, creches, hospitais, quartéis, restaurantes populares etc.) em favor dos agricultores familiares da região. É necessário ressaltar que a Lei 8.666/93, ou a Lei de Licitações, tem um forte poder restritivo à autonomia dos órgãos municipais em realizar compras diretas de produtores e pequenas agroindústrias. Pelo seu rigor, as compras efetuadas favorecem e perpetuam os grandes fornecedores (não vinculados, geralmente, à produção local e regional). É necessário modificar a Lei para favorecer a compra local de alimentos advindos da produção familiar e de pequenas agroindústrias, de organizações de agricultores, ou de projetos comunitários associados a objetivos sociais, o que não se contrapõe à necessidade de compras a baixo custo (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p.97 Apud SCHMITT, 2005, p.78).

Nesse sentido, se apresenta a necessidade de analisar o formato em que os agricultores estão inseridos nesses mercados, como possibilidade de verificar em que estratégias de comercialização estão associados, sejam elas em proximidade com particularidades empresarial, tendo esta, maior poder e controle nas vendas e agricultores ou em mecanismos que geram autonomia aos agricultores (SALGADO et al. 2015).

A construção dos mercados institucionais ganha maior notoriedade e espaço na agenda das Políticas Públicas, a partir da criação do PAA no ano de 2003. A contribuição na execução do programa de organizações não governamentais e movimentos sociais rurais, trazendo como pauta a necessidade de ampliação e aprimoramento nos seus mecanismos, assim como a construção de novas estratégias, foram fundamentais nesse processo de construção (GRISA; PORTO, 2015).

O PAA, política direcionada à segurança alimentar e nutricional e inclusão produtiva dos agricultores familiares criada em 2003, ilustra esse cenário de mudanças. O objetivo desse programa é promover a articulação da agricultura familiar com programas sociais, operacionalização da compra diversificada de produtos da agricultura familiar e garantir a doação às entidades participantes de programas sociais, como escolas, associações e entidades filantrópicas (BRASIL, 2003). Durante sua execução, expressivos resultados foram observados requerendo

mudanças no programa, as suas finalidades definidas de acordo com estabelecido na Lei nº. 12.512, de 14 de outubro de 2011, quais sejam:

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (BRASIL, 2011).

Sua origem está circunscrita no Programa Fome Zero (PFZ), numa estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Esse Programa tem como pressuposto de que todas as pessoas devem ter acesso diário, e de forma digna, a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades nutricionais básicas e à manutenção da saúde, implicando que o Estado deve garantir o acesso à quantidade e qualidade dos alimentos consumidos pela população, através de uma política permanente de segurança alimentar e nutricional (SANTOS, 2016).

A autora destaca que o programa fortalece a agricultura familiar e promove acesso à alimentação de qualidade, estimulando a articulação entre a produção da agricultura familiar e as demandas locais, ajudando no desenvolvimento da economia da região. Além disso, o programa valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos (pagando mais por esse tipo de produção), incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo (SANTOS, 2016)

Para vender sua produção ao PAA, os agricultores familiares precisam da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)¹². Podem ser beneficiários fornecedores, os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que

¹² A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é uma espécie de identidade do agricultor familiar que habilita a família para políticas públicas como o crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de Ater e Fomento.

atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006)

Para sua operacionalização as normas legais são estabelecidas por um Grupo Gestor (GGPAA), órgão colegiado de caráter deliberativo e formado por representantes dos seguintes ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda e Ministério da Educação. Esse grupo gestor tem como finalidade principal orientar e acompanhar a execução do PAA, normatizando-o por meio de suas resoluções, sendo este constituído por uma rede capaz de fazer o acompanhamento e exercer o controle social. Além dessas instituições o programa conta com a participação da sociedade civil, e como instância de controle na implementação e operacionalização do programa os conselhos de segurança alimentar e nutricional nas esferas nacional, estadual e municipal (BRASIL/MDS, 2018).

A execução do PAA pode realizar-se por meio de diferentes modalidades: Compra Direta da agricultura familiar, Compra com Doação Simultânea, Formação de Estoque pela agricultura familiar, Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite e Aquisição. No Quadro 3 constam os tipos de modalidades e o que representa cada uma.

Quadro 3 - Síntese das modalidades de execução do PAA em 2018

Modalidade	Características	Operacionalização/Limite de recurso por DAP
Compra com Doação Simultânea	Compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de Alimentos), e condições especiais rede pública e filantrópica de ensino.	Conab, governos estaduais e municipais, com recursos do MDS. Limite de aquisição por DAP é de R\$ 6,5 mil/ano quando individual e R\$ 8 mil/ano aquisição coletiva, até R\$ 2 milhões/ano por organização coletiva.
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	Compra de leite que, após processamento, é doado aos beneficiários consumidores com o objetivo de atender às demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Esta modalidade é executada somente nos estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais;	Executado pelo governo Estadual, contratam laticínios para recepcionar, coletar, pasteurizar, embalar e transportar o leite para pontos de distribuição predefinidos, organizados pelas prefeituras, as famílias cadastradas, recebendo para isso 60% do valor pago pelo governo, recurso do MDS. Produção máxima por agricultor de 140litros/dia, valor limite de aquisição R\$ 4mil/semestre.
Compra Direta	Compra de produtos definidos pelo GGPA, com o objetivo de sustentar preços, atender demandas de programas de acesso à alimentação, necessidades das redes socioassistenciais e constituir estoques públicos;	Executado exclusivamente pela CONAB, recursos MDS e MDA. Limite para aquisição de R\$ 8mil/ano por unidade familiar e R\$ 500 mil/ano para organizações.
Apoio à Formação de Estoques	Apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao poder público ou destinação aos estoques públicos;	Executado exclusivamente com recursos do MDA. Limite por família de R\$ 8 mil/ano, e R\$ 1,5 milhão/ ano para organizações, respeitando o limite por unidade familiar.
Compra Institucional	Aquisição voltada para o atendimento às demandas de consumo de alimentos por parte da união, estados, distrito federal e municípios. Por esta modalidade poderão ser abastecidos hospitais públicos, quartéis, presídios e restaurantes universitários, dentre outros.	Executado com recursos próprios, beneficiando-se das regras especiais de aquisição (chamadas públicas com dispensa de licitação). Limite por unidade Familiar de R\$ 20/mil/ano e R\$ 6 mil/ano para organização da agricultura familiar.
Aquisição de sementes	Compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores.	Executado exclusivamente pela CONAB com recursos do MDS. Limite por unidade familiar de R\$ 16 mil/ano e R\$ 6 mil/ano para organização.

Fonte: elaborado pela autora a partir da legislação consolidada, 2018.

Segundo Bojanic (2016), existem diferentes formas na execução das modalidades, tendo estas, diretrizes e regramentos desenvolvidos no intuito de aprimorar os procedimentos deixando-os mais transparentes e simplificados e a operação mais eficiente, e que tem em sua fundamentação um marco comum de pactuação, formalização e controle. A exemplo desse formato mais eficiente e transparente, está a modalidade Compra com Doação Simultânea, onde as parcerias do governo federal com as esferas estaduais e municipais, inicialmente

constituídas por meio de convênios, foram substituídos gradativamente por um Termo de Adesão com validade de cinco anos, o qual estabelece critérios mínimos e compromissos de cada participante. O autor destaca que em conformidade com o referido termo:

O pagamento é feito pelo governo federal, por meio de cartão bancário, diretamente na conta dos agricultores fornecedores, em uma instituição financeira oficial, após o ateste das notas fiscais pelo órgão executor. Assim as responsabilidades de execução são divididas e compartilhadas, o que contribui para a articulação do programa com ações locais de abastecimento (p.126).

No que concerne às modalidades, algumas exigem a participação de forma organizacional, sejam em cooperativas ou associações. A política das referidas modalidades, propõe promover a organização política, social e econômica dos agricultores, diminuir os custos produtivos e de comercialização. Assim como fortalecer as organizações dos produtores já formadas, no sentido de propiciar capitalização e profissionalização oferecendo condições favoráveis de concorrência em outros mercados (GRISA, 2012).

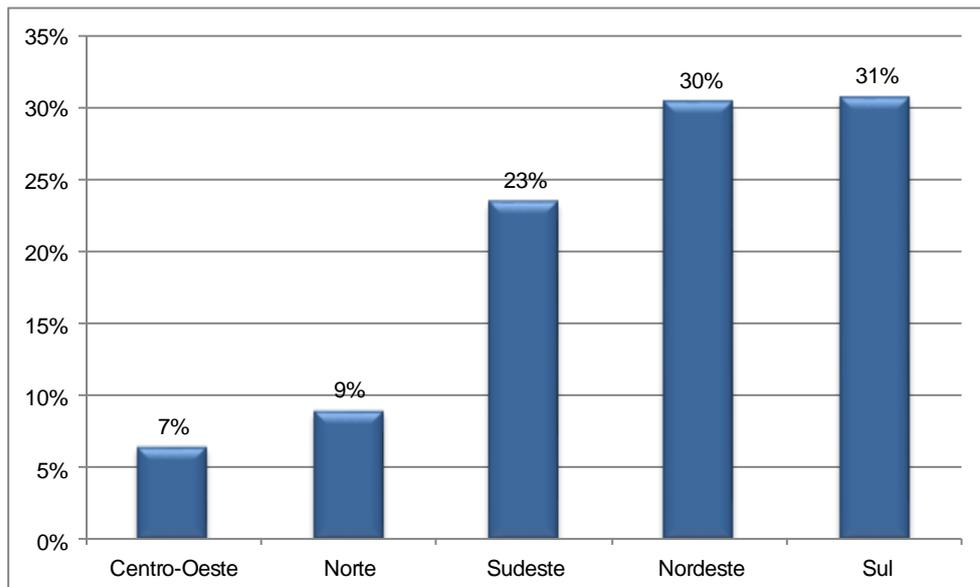
Destaca-se que o maior desempenho do PAA ficou concentrado na modalidade “Compra com Doação Simultânea” que opera com recursos do MDS. O êxito desta modalidade em relação as demais se dá pelo fato desta “[...] incentivar a diversificação de produtos, na medida em que conecta a oferta da produção familiar a uma demanda diversificada [...]” (Grisa et.al., 2011, p.36), como as hortaliças, frutas, doces, biscoitos caseiros, dentre outros, obtidos direto do agricultor para serem entregues às entidades beneficiárias do programa.

Como destaca Siliprandi e Cintrão (2011, p. 21), “a modalidade de Compra com Doação Simultânea tem um grande potencial de ser “apropriada” pelas mulheres rurais, seja individualmente ou através de grupos produtivos”. Nesse sentido que destacamos a importância da participação da mulher nas políticas públicas voltadas para agricultura familiar.

Ao analisar a trajetória do programa, as autoras apresentam alguns desafios para seu aperfeiçoamento, entre eles a incorporação dos assentados da reforma agrária, quilombolas, pescadores artesanais, entre outros, principalmente se comparados a outros seguimentos sociais. Outro desafio que se apresenta refere-se a distribuição dos recursos, com destaque para a maior concentração no sul e nordeste do Brasil até o ano de 2009. Conforme observado no documento

governamental, “a região Nordeste recebeu o maior percentual 51% dos recursos totais do Programa no período entre 2003 e 2009, seguida pelo Sul com 22%, Sudeste 20%, Norte 5% e Centro Oeste 2%” (GRISA, 2012, p. 238). No entanto, como pode ser observado no Gráfico 1, a seguir não ocorreu mudança significativa nesse cenário, passados sete anos da publicação dos dados.

Gráfico 1 - Distribuição dos recursos por região no período de 2003 a 2016 para compra dos produtos do PAA

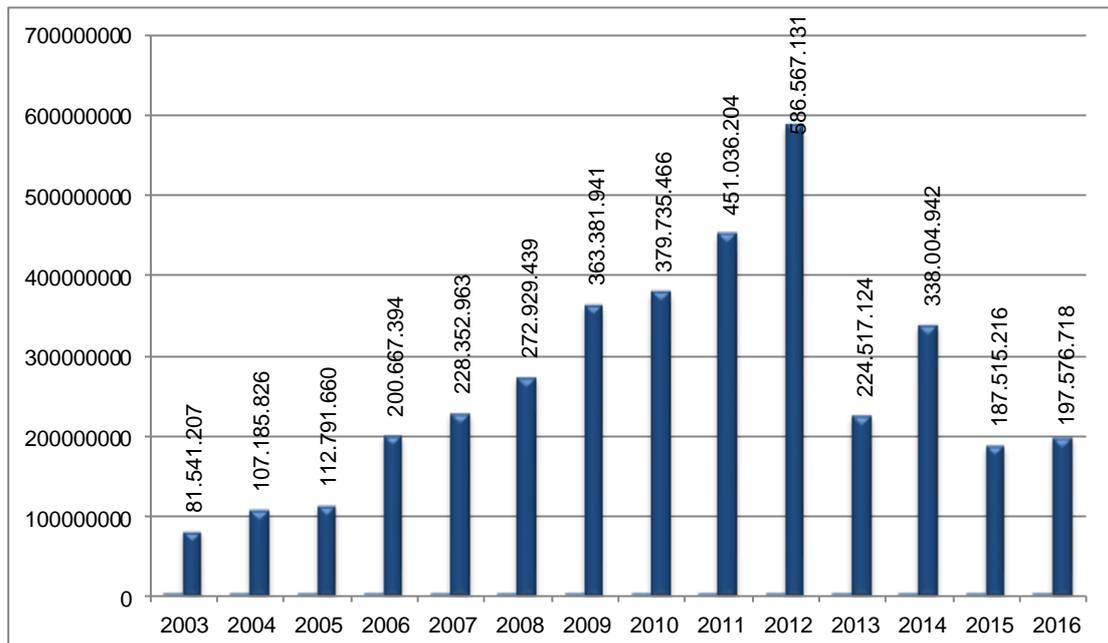


Fonte: Compêndio de Estudos Conab (2017).

Outros desafios necessitam ser superados pelo programa, como a incorporação da agroecologia ou da produção orgânica no PAA, pois muitos produtos agroecológicos são comercializados no programa sem o acréscimo de 30% nos preços de referência. Isso se deve a ineficiência ou falta de assistência técnica, inviabilidade de articulação com outras Políticas Públicas, carência de serviços de inspeção sanitária limitando a comercialização de produtos de origem animal, além de deficiências de estruturas de transporte, armazenamento e conservação dos alimentos até o momento do consumo (GRISA, 2012).

Mesmo com esses desafios, o PAA tem se destacado como uma importante Política Pública para a agricultura familiar. Desde sua criação em 2003, ocorreu evolução significativa dos recursos aplicados pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) na aquisição dos produtos, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 - Aplicação dos recursos do MDA e do MDS na aquisição de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no período de 2003 a 2016



Fonte: Compêndio de Estudos Conab (2017).

Vale ressaltar que a evolução do Programa, principalmente no que concerne aos recursos, é uma pauta de reivindicação recorrente de diferentes fóruns de elaboração de ideias, como por exemplo, pelo Grito da Terra Brasil de 2011, pelas organizações sindicais filiadas à CONTAG, ao solicitarem aumento no orçamento do PAA para R\$ 2 bilhões, duplicando o recurso investido no programa. (CONTAG, 2011 apud GRISA, 2012).

Um diferencial dessa Política Pública é a criação da cota mínima (40%) para o gênero feminino, estabelecido pela Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011, sendo importante estratégia para ampliar a igualdade de gênero e para superar a invisibilidade das mulheres no contexto das Políticas Públicas, em particular no Programa de Aquisição de Alimentos. O Art. 5º determina a obrigatoriedade de participação de no mínimo 40% de mulheres no total de fornecedores/beneficiários, para que a associação ou cooperativa possa participar das operações feitas nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar e Compra Direta com Doação Simultânea, devendo também ser respeitados os demais critérios para a participação no PAA (BRASIL, 2011).

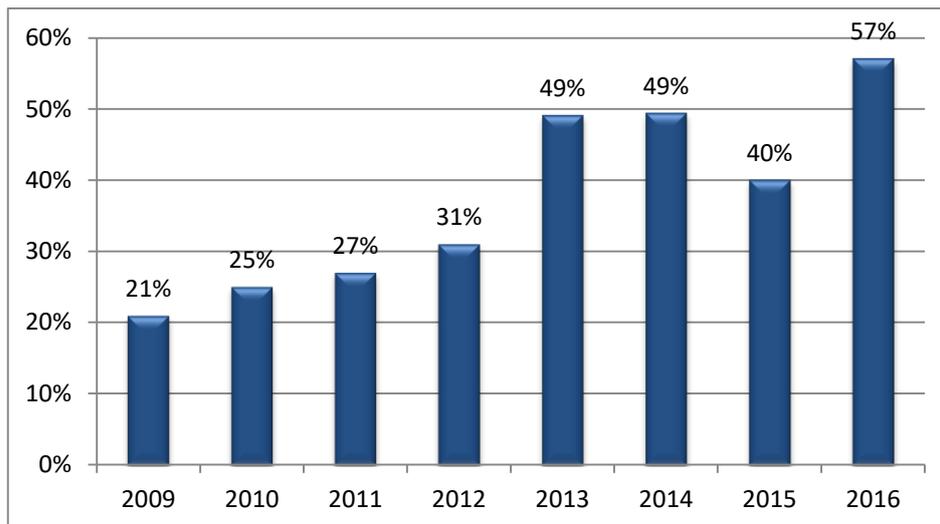
As mulheres assumem papel de destaque nos mercados institucionais, como o PAA, de tal forma que, a consolidação do trabalho e renda das mulheres no campo tem grande contribuição no fortalecimento da segurança alimentar de suas

famílias, uma vez que “são elas as principais responsáveis pela manutenção da unidade familiar, assumindo o controle pelos hábitos alimentares da família” (ANDRADE, GOMES Jr, 2013, p. 398).

A geração de renda para as mulheres é um indicativo de melhoria da sua condição socioeconômica, autonomia econômica e da ampliação e potencialização da sua organização produtiva. Nesse sentido, as políticas governamentais assumem um importante papel de desenvolver ações que visem minimizar as desigualdades vivenciadas pelas mulheres e suas organizações produtivas, por meio da valorização e fortalecimento da integração e acesso ao PAA (RODRIGUEZ, 2010).

A participação das mulheres no PAA alcançou 57 % em 2016 (ver Gráfico 3), consolidando a valorização de sua mão de obra, o aumento da renda e a garantia de sua inserção socioeconômica.

Gráfico 3 - Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2016



Fonte: Compêndio de Estudos Conab (2017).

A evolução da participação das mulheres no PAA, propicia mudanças significativas na questão econômica. Ao destacar as mudanças positivas, Doretto e Michelloon (2007) assinalam que a facilidade de comercialização promovida pelo programa melhora a renda das mesmas, possibilitando-lhes autonomia econômica. Além dessa mudança, Siliprandi e Cintrão (2011) comentam outras que influenciam nos demais aspectos da vida social das mulheres.

Ao nível da família, ocorrem também mudanças, não apenas das rotinas de trabalho, mas também com relação ao seu papel social. Essas mudanças não são necessariamente bem assimiladas no núcleo familiar, em função da perda do monopólio dos homens no gerenciamento da renda obtida, de

alterações na divisão sexual do trabalho e de uma maior presença das mulheres na vida política (2011, p. 14).

As autoras entendem que o acesso e/ou aumento da renda por meio da comercialização dos seus produtos ao PAA, possibilita mudanças na condição de vida, entre elas, a promoção da autonomia econômica e a elevação da autoestima, devido ao reconhecimento e valorização do trabalho monetariamente (SILIPRANDI E CINTRÃO, 2011).

As possíveis mudanças decorrentes das Políticas Públicas para Agricultura Familiar, especificamente para as mulheres agricultoras que atuam e transitam nos diferentes meios do cotidiano, podem ocorrer nos aspectos produtivos, porém não no doméstico, assim como podem ser confirmadas no contexto comunitário por meio do envolvimento político, porém podem não se apresentar nas dinâmicas domésticas e produtivas. Nesse sentido, se concebe a complexidade da posição da mulher e de seu papel no mundo rural (TEDESCHI, 2004).

5 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM – PA A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES FORNECEDORAS DE ALIMENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SANTARÉM

Nessa seção descreve-se o processo de implementação e operacionalização do PAA no município de Santarém, destacando a articulação que envolveu diferentes atores nesse processo e as tentativas de implementação até sua consolidação no ano de 2011. Apresenta-se a participação e a percepção das mulheres agricultoras sobre o programa. Os dados foram coletados em entrevistas com o coordenador do PAA, conversas informais com servidores da Divisão de Segurança Alimentar e Nutricional, e nas entrevistas com as mulheres agricultoras.

5.1 CONTORNOS INSTITUCIONAIS DO PAA

O PAA se constitui com importante Política Pública criada a partir da relação do Estado com a sociedade civil organizada, relação esta construída no processo de redemocratização, tendo o Estado uma postura mais descentralizadora. Nesse sentido a responsabilidade é dividida com os Estados e Municípios, que passam a atuar de forma efetiva na implementação dessas políticas, dando resposta as demandas da sociedade civil que luta por Políticas Públicas mais descentralizadas desde a década de 1980. Além disso, possibilitando a participação dos atores locais de forma efetiva na formulação dessas políticas (FARAH, 2011).

No município de Santarém, a proposta de implementação do PAA teve sua primeira tentativa, no ano de 2008. No entanto, devido ter em sua composição o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), quando a exigência para a implementação, era a constituição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) não instituído no município até então, tornou-se motivo de inconsistência, não sendo referendado pelo governo federal, e conseqüentemente não consolidando sua implementação no referido ano.

Posteriormente, por meio da articulação de diversos atores sociais e o governo municipal, inicia-se uma nova tentativa de implementação do programa. Entre esses atores envolvidos destaca-se o Sindicato dos Trabalhadores

Agricultores e Agricultoras Rurais de Santarém – STTR/STM¹³, com participação ativa, buscando a valorização da categoria dos agricultores familiares e o enfrentamento a expansão do agronegócio na região.

Como destaca Guimaraes (2014):

[...] os debates propostos pelo Sindicato passaram a focar na busca por políticas públicas que contemplassem o segmento da agricultura familiar no município, pressionando tanto os governos local, estadual e federal para a resolução dos problemas intensificados com o apoio em demasia aos projetos agropecuários que favoreceriam à agricultura empresarial em detrimento da familiar (p. 60-61).

Corroborando, Santos (1998) destaca que a partir de 1996, com a expansão da fronteira agrícola (soja) em direção a Amazônia, mais precisamente na região do Baixo Amazonas, chegam os primeiros sojicultores em Santarém. Desse período em diante, o movimento da soja foi se intensificando como resultado na instalação do porto graneleiro da multinacional Cargil S.A em 2003, assim como na consolidação dos municípios de Santarém e Belterra como importantes polos para produção de grãos.

Nesse contexto de expansão da soja, muitos foram os impactos territoriais, sociais e ambientais, alterando as relações e a dinâmica de produção na Agricultura Familiar no município de Santarém. Tais impactos, provocaram forte atuação do STTR- Santarém, no sentido de ameniza-los e propiciar a permanência dos agricultores familiares em seus espaços produtivos, buscando mecanismos como a implementação de Políticas Públicas direcionada a categoria.

Dessa forma, a construção do PAA como importante Política Pública de fortalecimento da Agricultura Familiar em Santarém, além da significativa contribuição do STTR-Santarém, contou com a participação de diversos órgãos e entidades, a saber: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-Santarém), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), COOMAPLAS e as secretarias municipais: SEMPAF, a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAB), a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS), Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e a Coordenadoria de Incentivo à Produção Familiar (CPROF). Os gestores e técnicos governamentais contribuíram

¹³ No ano de implementação do Programa, denominava-se Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém.

efetivamente auxiliando e delineando o programa, principalmente nos mecanismos operacionais do programa.

A gestão municipal, tendo como prefeita Maria do Carmo Martins Lima (2004-2012) do Partido dos Trabalhadores - PT, assumiu papel importante na implementação do programa. Como forma de incentivar os agricultores a demandarem produção ao programa, no ano de 2008, criou a Secretaria Municipal de Produção Familiar (SEMPAF), com o objetivo de contribuir na organização da produção e também dos produtores.

Com o apoio da secretaria e objetivando a inserção nos canais de comercialização, os agricultores começaram a se organizar em cooperativas e fortalecer as já existentes, como o caso da Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós (COOMAPLAS)¹⁴. A cooperativa na sua fundação contava com a participação de agricultores dos municípios de Belterra, Santarém e Mojui dos Campos, sendo pioneira no fornecimento de produtos ao programa.

Conforme explicita Moreira *et al.* (2010, p.211) “o PAA induz os agricultores familiares a aprofundarem seus laços de cooperação” e, alguns casos, tem contribuído para o fortalecimento ou estruturação das cooperativas/associações e estimulado a ampliação de associados ou de agricultores familiares atendidos por elas.

Com apoio dos órgãos e instituições citados acima, foi realizado o levantamento e pré-cadastro dos agricultores como exigência do programa, ocorrendo posteriormente, uma gama de reuniões com objetivo de formar arranjos institucionais com foco na implementação do PAA. Esses arranjos institucionais são resultados de inúmeras negociações entre os envolvidos, como destaca Frey (2000):

São o resultado de negociações entre os atores políticos (portanto, denominadas de arranjos institucionais.), em que se fundamenta a sua qualidade peculiar. No entanto, isso não significa que é imprescindível a transformação de tais procedimentos e mecanismos de negociação em leis ou regulamentos administrativos, mas pelo menos esses mecanismos têm que ser reconhecidos, ainda que seja somente de forma tácita (p. 240-241).

O processo de implementação do PAA no município de Santarém, não foge ao formato de construção do programa a nível federal. Como destaca Grisa (2012),

¹⁴ A cooperativa teve sua criação em 2006 estimulada pelo Programa Fome Zero. Trabalha com produtos hortifrutigranjeiro produzidos pelos cooperados com a produção anual de 250 toneladas comercializadas em feiras, mercados, programas de compras governamentais e supermercados do Município de Santarém. Disponível: <https://coomaplas.webnode.com.br/sobre-nos/>

a participação dos gestores e técnicos propiciaram a criação do programa contribuindo de forma significativa com suas experiências na operacionalização, assim como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), se apresenta como um espaço determinante de encontro dos diversos atores sociais envolvidos no processo, “o qual, além de ser o lugar onde emergiu a ideia do PAA, também tem atuando no monitoramento e na proposição de aperfeiçoamentos ao Programa” (GRISA, 2012, p. 220).

No município de Santarém, após ser incluído na composição documental enviada ao governo federal, a composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), sendo este criado com propósito principal de cumprir o requisito de sua existência para implantação do programa, o PAA é oficialmente implementado (no ano de 2011), com a modalidade Compra Direta com Doação Simultânea – CDS¹⁵, funcionando até os dias atuais.

O PAA em sua consolidação se apresenta como referencial de Política Pública direcionado para a Agricultura Familiar, mas também orientado para a política de segurança alimentar e nutricional. Conforme apresenta Schmitt (2005):

Um dos aspectos inovadores desse instrumento de política pública consiste no esforço por integrar, não apenas em sua concepção, mas também nos aspectos práticos de sua operacionalização, dimensões relacionadas tanto à política agrícola como à política de segurança alimentar e nutricional (p.78).

O PAA se institui como um programa de compras locais, seu Manual Operativo da modalidade Compra com Doação Simultânea (2014), estabelece que as unidades executoras devam adquirir produtos dos beneficiários fornecedores residentes em seu próprio município de execução, seguindo as seguintes prioridades: a) Adquirir os alimentos de produtores do próprio município que aderiu ao PAA; b) Priorizar os agricultores pertencentes aos públicos prioritários (mulheres, povos e comunidades tradicionais, assentados, quilombolas e indígenas).

No entanto, podem ocorrer excepcionalidades na abrangência de execução do programa, como em situações onde o município não possui produção de

¹⁵ Essa modalidade visa promover a articulação entre a produção de agricultores familiares enquadrados nos grupos “A” ao “D” do PRONAF e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de creches, abrigos, albergues, asilos, escolas, hospitais públicos e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar, na melhoria alimentar e nutricional das pessoas beneficiárias com as doações de alimentos e na geração de trabalho e renda no campo.

alimentos demandados pelo programa, é possível a aquisição de produtos de agricultores residentes em outros municípios. Nesse sentido, se faz necessário priorizar os agricultores dos municípios vizinhos, território, região, estado e, excepcionalmente, produtores de outros estados, devendo nestes casos, ser encaminhado ofício ao MDS com as devidas justificativas, para apreciação da Instância de Controle Social do ente federativo, podendo esta ser aceita ou não, conforme estabelecido no Manual Operativo.

Nesse contexto de excepcionalidade, e após as devidas justificativas, na implementação do PAA em Santarém foram incorporados os agricultores do município de Belterra, com a justificativa de que a participação dos agricultores no abastecimento do mercado de Santarém era significativa e também por fazer parte do Programa Território da Cidadania, pólo Baixo Amazonas¹⁶. Durante o processo de implementação, os agricultores do município de Mojui dos Campos, pertenciam a Santarém, devido ao município ser distrito, se emancipando no ano de 2012, ano em que a coordenação do PAA também precisou justificar a permanência do município no programa, alegando que a perda de produtos no fornecimento, caso os agricultores se retirassem do programa, causando prejuízos aos mesmos.

Sendo assim, o PAA no município de Santarém constitui-se com a participação dos beneficiários/fornecedores dos três municípios que formam a região metropolitana de Santarém, com atuação de forma articulada de instituições intersetoriais, COMSEA¹⁷ e do envolvimento das organizações da sociedade civil, dentro de um arranjo institucional com a colaboração efetiva do governo municipal, estruturando e mobilizando recursos para a operacionalização do PAA. Como destaca Hespanhol (2008), ao fazer uma reflexão, o PAA “constitui-se num exemplo de Política Pública que estruturada de forma interministerial contribui tanto para a segurança alimentar de parcela da população carente como no fortalecimento da produção familiar rural no âmbito municipal” (p. 10).

¹⁶ Implementado em 2008, pelo Governo Federal, tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, mobilizando estratégias que contemplem a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014).

¹⁷ O COMSEA, tem como função fiscalizar o desenvolvimento do PAA, caso sejam detectadas irregularidades, estas devem ser informadas imediatamente ao MDS.

Mesmo tendo sua implementação consolidada em 2011, por meio do convênio¹⁸ nº 72.634, a execução dos recursos e entrega dos produtos pelos agricultores, foi realizada somente em dezembro de 2012. Nesse mesmo ano, por exigência do Decreto nº 7.775/2012-art. 29, que estabelece que a execução do PAA, passaria a ser realizada mediante termo de adesão, foi dispensada a celebração de convenio e substituído pelo termo de adesão¹⁹ nº 367/2012. Isto possibilitou ao município executar as ações de maneira mais simples e ágil, com a indicação de metas a serem cumpridas por meio de um plano operacional. As mudanças facilitaram o acompanhamento e monitoramento do governo federal, por meio de um sistema informatizado, alimentado pelos gestores locais do programa.

Desde então, o PAA vem sendo executado com dinâmica operacional pré-estabelecida, onde são definidos os dias de aquisição dos produtos, conforme agenda definida com os agricultores, e no dia seguinte a entrega para doação simultânea dos alimentos às entidades beneficiadas. Essa dinâmica ocorre conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Cronograma de aquisição e destinação dos produtos

Dia de entrega/doação	Local de recebimento dos produtos	Atividades
Terça – Feira	APRUSAN	Aquisição dos produtos agrícolas fornecidos pelos agricultores
Quarta – feira	Entidades Beneficiadas	Doação simultânea dos produtos as entidades beneficiadas
Quinta – feira	APRUSAN	Aquisição dos produtos agrícolas fornecidos pelos agricultoras
Sexta-feira	Entidades Beneficiadas	Doação simultânea dos produtos às entidades beneficiadas

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

¹⁸ Apoio financeiro para implementar o Programa de Aquisição de Alimento – Compra para Doação Simultânea por meio da aquisição de produtos agropecuários por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e que se destinem ao atendimento das demandas de suplementação alimentar e nutricionais dos programas sociais. Disponível em <<http://api.convenios.gov.br/siconv/id/convenio/72634>>. Acesso em: 20 jan 2016.

¹⁹ Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, Art. 20. Sem prejuízo das modalidades já instituídas, o PAA poderá ser executado mediante a celebração de Termo de Adesão firmado por órgãos ou entidades da administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal direta ou indireta, e consórcios públicos, dispensada a celebração de convênio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011/2011/Lei/L12512>. Acesso em: 20 jan 2016.

Atualmente a operacionalidade do PAA fica sob a coordenação da Divisão de Segurança Alimentar²⁰ vinculada à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS), tendo uma equipe composta por técnicos e estagiários distribuídos para atendimento na sala da coordenação do PAA no Centro de Atendimento Social (CAS/CAEC) e em uma sala de agendamento que funciona no Mercado 2000. Conta com o Centro de Distribuição de Alimentos localizado na Feira da Associação de Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN) e a Unidade de Apoio da agricultura familiar localizada no bairro Uruará.

Vale ressaltar que até o ano de 2017, no Estado Pará, 14 municípios executavam o Programa de Aquisição de Alimentos. No entanto, no ano de 2018 somente o município de Santarém conseguiu aprovar proposta de execução, por meio da Portaria nº 104, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) em 17 de novembro de 2017.

O PAA se apresenta como uma perspectiva de comercialização com fatores determinantes, entre eles, garantia de venda e o valor pago aos produtos. O programa, para valorar (preços de referência) os produtos a serem adquiridos, faz cotação de preços, utilizando valores de 03 unidades produtivas que trabalham com venda no varejo, ponderando média, formando assim os valores dos produtos conforme lista apresentada. O processo para cotação de preços segue a regra definida pela Resolução Nº 59, de 10 de julho de 2012, ao estabelecer:

Art. 7º - O preço de referência de aquisição dos alimentos será definido pela média de 3 (três) pesquisas de preços praticados no mercado atacadista local ou regional, apurados nos últimos 12 (doze) meses, devidamente documentadas e arquivadas na Unidade Executora por pelo menos 5 (cinco) anos.

§ 1º - No caso de produtos sem referência no mercado atacadista local ou regional, pode-se utilizar os preços pagos aos produtores no mercado local.

§ 2º - Na impossibilidade de realização de pesquisa no mercado atacadista local ou regional, conforme estabelecido no *caput*, para compra de produtos agroecológicos ou orgânicos, admitem-se preços de aquisição com acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, consoante disposto no art. 17, parágrafo único, da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

§ 3º - Os preços do mercado local ou regional divulgados na rede mundial de computadores pela CONAB para o PAA poderão ser utilizados pelas demais unidades executoras.

§ 4º - Os preços de referência de que trata este artigo terão validade por um intervalo de 12 (doze) meses, sendo que, durante este período, caso algum produto apresente significativa alteração de preço no mercado, os

²⁰ Criada como proposta do governo federal aos municípios que executavam o PAA, tendo como eixo os programas que trabalham com segurança alimentar, a exemplo Cozinha Comunitária, Cozinha Quilombola e Restaurante Popular, entre estes sendo o carro chefe o PAA.

fornecedores poderão solicitar à Unidade Executora alterações nos valores em vigor, com as devidas justificativas (BRASIL, 2013).

Salienta-se que o valor pago pelo PAA é um atrativo aos agricultores, devido aos preços dos produtos nos mercados locais se situarem em nível inferior. Para Sabourin (2009), “[...] o Programa de Aquisição de Alimentos dos agricultores familiares constitui uma ferramenta estimulante para a produção, assegurando um preço garantido e, em geral, levemente superior ao do mercado de troca” (p. 64).

O PAA se constitui importante Política Pública de fortalecimento da agricultura familiar, tendo como diferencial, a exigência da cota mínima de 40% para participação de mulheres na adesão ao Programa, estabelecida pela Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011.

Em seu primeiro ano de execução (2012) na modalidade “Compra com Doação Simultânea” (CDS), verifica-se que a participação das mulheres no programa não ultrapassou 15%, ficando longe de atingir a cota mínima, mesmo sendo realizada uma busca por agricultores familiares aptos a fornecerem produtos ao PAA. Guimarães (2014), ao analisar as mulheres agricultoras do Trevo de Belterra, conclui que:

“a iniciativa de participar do PAA não partiu das mulheres agricultoras, mas, sim, de um esforço dos técnicos do PAA para alcançar o número de agricultores familiares para implementar o Programa na nova modalidade indicada pelo MDS” [...] Segundo relatos dos técnicos e das próprias agricultoras entrevistadas, inferi que a dúvida em relação ao funcionamento do PAA, a falta de esclarecimentos por parte do STTR-BEL e a não busca de informações pelos próprios agricultores do Trevo de Belterra incorreram nos principais entraves para que elas buscassem participar do PAA (p. 98).

No ano de 2013, com esforço dos técnicos do programa e, principalmente das organizações e entidades que representam a categoria dos agricultores familiares, ao divulgarem as informações e mobilizarem as agricultoras para que pudessem se inserir no programa, houve um aumento significativo para 34% na participação das mulheres, no entanto não atingiu a cota mínima exigida. No ano seguinte (2014) o percentual de mulheres participantes tem um decréscimo para 27% e consequentemente a cota mínima exigida não é atingida.

Grisa et al. (2009) assevera que a carência e/ou ausência de divulgação pelos gestores do PAA, acompanhada da incipiência dos objetivos e da operacionalização do Programa pelos agricultores, apresentam-se como limitações do PAA, em

especial, quando a participação nas organizações coletivas (cooperativas e associações) não ocorre de forma efetiva pelos agricultores.

A Tabela 3 apresenta o percentual de participação no PAA no município de Santarém.

Tabela 3 - Percentual de participação das mulheres no PAA

Sexo/Ano	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	TOTAL	%
Mulheres	18	13	122	34	113	27	228	43	87	43	568	34
Homens	122	87	242	66	312	73	308	57	115	57	1099	66
TOTAL	140	100	364	100	425	100	536	100	202	100	1667	100

Fonte: PAA Data, elaborada pela pesquisadora, 2018.

Nos anos seguintes, com esforço das instituições envolvidas, a participação das mulheres tem um salto, não só atingindo a cota mínima exigida, mas ultrapassando esse percentual chegando a 43% e permanecendo assim no ano seguinte (2016).

Destaca-se que a cota de acesso para a mulheres ao Programa, torna-se um instrumento de reconhecimento ao trabalho das mulheres e contribui na economia rural como estratégia de promoção da igualdade entre mulheres e homens (BRASIL, 2011). No entanto, vale ressaltar que a participação das mulheres rurais no PAA precisa ser considerada não apenas sob aspecto formal, mas também para assegurar a sua autonomia e garantir a reprodução familiar.

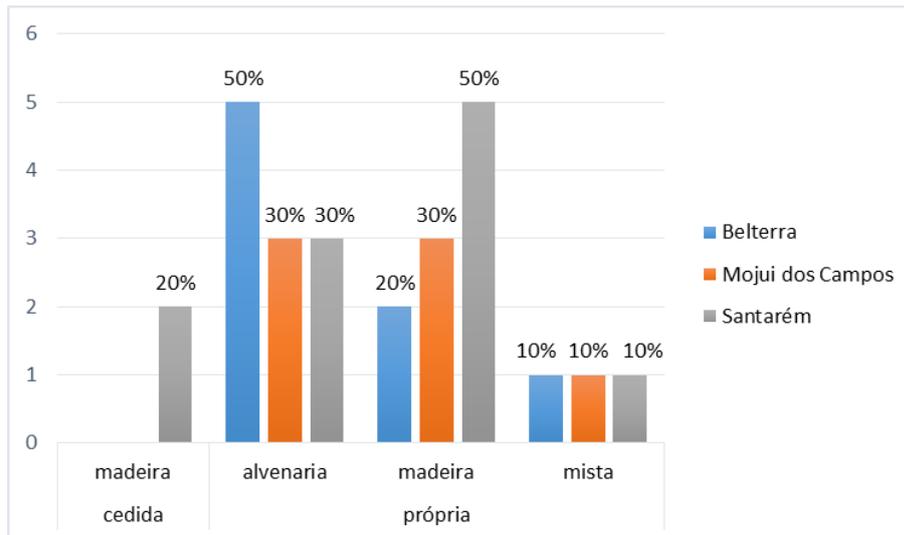
5.2 “SOMOS MULHERES AGRICULTORAS”: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS MULHERES FORNECEDORAS DE PRODUTOS PARA O PAA SANTARÉM-PA

5.2.1 Localização e características domiciliares

No município de Santarém, considerando que o mesmo, tem 26,75% da população concentrada em áreas rurais, residindo em 472 comunidades de planalto e regiões de rios, as mulheres entrevistadas, 64% estão localizadas na região de planalto, mais precisamente no entorno do eixo da PA 370 (Santarém-Curuá-Una) e no eixo da BR 163 (Santarém-Cuiabá), e as demais 36% residem na região de Várzea formada por 212 comunidades. Devido as diferenças nos aspectos geográficos, as dinâmicas de produção e infraestrutura, também se diferenciam.

Com relação as condições de moradia, foram identificados três tipos de construção nas residências, sendo: alvenaria (tijolo com revestimento/ tijolo sem revestimento), madeira e mista (madeira/tijolo). No Gráfico 4, é possível observar, a predominância de residências próprias somando 92,30% das mulheres entrevistadas.

Gráfico 4 - perfil percentual das condições de moradia por predominância de material e por município



Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Em termos gerais, não há diferença significativas entre as construções de madeira e alvenaria nos municípios, sendo observado percentual menor em relação as construções mistas, com similaridades no quantitativo dos três municípios.

Ao analisarmos as construções por municípios, observamos percentual maior de 62,5% nas construções de alvenaria no município de Belterra. Enquanto no município de Santarém 50% são construções de madeira, fato esse que pode ser explicado pela presença das mulheres da região de Várzea, somente no referido município. As residências destas, são construídas predominantemente de madeira, devido ao pulso de inundação²¹, que causa transformações periódicas de ambientes terrestres e aquáticos, influenciando também na altura dos assoalhos das casas.

²¹ O conceito de pulsos de inundação é baseado nas características hidrológicas do rio, sua bacia de drenagem e sua planície de inundação (Junk, 1997). A dinâmica sazonal do Rio Amazonas, onde residem as mulheres da Várzea, é motivo de preocupação no período da cheia.

Foto 1 - Residência em madeira na comunidade de Piracão era de Baixo – Várzea/Santarém



Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Em relação a disponibilidade e acesso das mulheres entrevistadas à infraestrutura básica (energia elétrica e abastecimento de água e esgotamento sanitário), a Tabela 4 mostra que 100% das entrevistadas utilizam a fossa séptica como esgotamento sanitário.

Quanto ao consumo de energia elétrica, 84,6% acessam a rede de distribuição da concessionária de energia Rede Celpa, 11,5% placa solar e 3,9% utilizam motor de Luz. Destaca-se que o uso de energia não disponibilizada pela concessionária, é utilizada pelas mulheres da Várzea no município de Santarém, devido estas não possuírem acesso a rede de distribuição de energia.

Tabela 4 - Acesso das mulheres agricultoras à energia elétrica, sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Município		Belterra	Mojuí dos Campos	Santarém	Total Geral	%
Acesso						
Esgotamento Sanitário	Fossa séptica	8	7	11	26	100%
Energia Elétrica	Rede Celpa	8	7	7	22	84,6%
	Motor de luz			1	1	3,9%
	Placa solar			3	3	11,5%
Abastecimento de água	Bombeada do igarapé		1		1	3,9%
	Bombeamento da cacimba		1		1	3,9%
	Bombeamento do rio			4	4	15,2%
	Micro sistema	6	4	4	14	54%
	Poço comum	2	1	3	6	23%
Total Geral		8	7	11	26	-

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

No que concerne ao abastecimento de água, a predominância ocorre pelo microsistema de água comunitário somando 54%, seguido de 23% no uso de poço comum (Outras formas alternativas como o bombeamento de água de igarapés, de rios e cacimbas somando 23%, são utilizados, principalmente nos municípios de Santarém e Mojui dos Campos. Esse processo de encanação de água, contribui na execução das atividades domésticas, assim como possibilitam sistema de irrigação na produção. Segundo dados do IGBE (2010), no Brasil, 18,9% das mulheres rurais residem em domicílios com “outras formas” de abastecimento de água (água de chuva armazenada, carros-pipa, rios, açudes, lagos, igarapés etc.).

Foto 2 - Sistema de encanação bombeado da cacimba



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

De acordo com Heredia e Cintrão (2006), a privação de serviços de saneamento, energia e esgotamento sanitário, prejudicam de forma significativa as populações rurais, e principalmente as mulheres rurais, devido estas geralmente, serem responsáveis pelas tarefas domésticas. O acesso a esses serviços é indispensável, por propiciarem agilidade e eficiência nessas tarefas, e refletirem no trabalho produtivo.

Em relação as áreas produtivas, há predominâncias nas consideradas próprias. A localização destas, 65% situam-se no mesmo lote (estabelecimento agrícola) da residência, propiciando mais facilidade na divisão do trabalho entre o processo produtivo e os afazeres domésticos, considerando que a mão de obra é predominantemente familiar. Essas áreas têm tamanho médio de 9,2ha, considerada

pequena propriedade. As demais áreas, 23% são arrendadas ou em parceria somando; 7,6 cedidas e 4% de uso coletivo familiar.

5.2.2 Idade e Escolaridade

Em relação à idade das mulheres agricultoras, ocorre variação entre 27 e 66 anos, demonstrando diversificação significativa. Em termos gerais a idade média das mulheres é de 44,2 anos, ao observamos por municípios, Santarém apresenta a média mais alta equivalendo a 50,8 anos, seguido de Belterra com 41,5 anos e por fim, Mojuí dos Campos tendo as mulheres 40,3 anos em média, conforme Quadro 4.

Quadro 4 - Média de idade das mulheres agricultoras por município

Município	Média de idade	Mín. de idade	Máx. de idade	DesvPad
Belterra	41,50	28	58	11,14
Mojui dos Campos	40,29	27	60	10,29
Santarém	50,82	39	66	8,53

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Dentre as entrevistadas, 3 recebem aposentaria como seguradas especiais²², o que não se apresenta como motivação para diminuir ou cessar suas atividades na roça. Essas mulheres mostram-se ativas tanto quanto as que se encontram em idade economicamente ativa, tendo disposição e vontade de trabalhar enquanto tiverem condições físicas.

Outro aspecto abordado está relacionado aos níveis de escolaridade das mulheres agricultoras. A Tabela 7, mostra que a maioria 50% das mulheres possuem até o Ensino Fundamental Incompleto, enquanto 34,6% têm até o Ensino Médio Completo e 15,4% tendo cursado até o Ensino Médio, mas não concluído. Destaca-se que entre as mulheres entrevistadas, não encontramos nenhuma analfabeta. Segundo dados do IBGE na pesquisa “Estatística de Gênero”, o analfabetismo entre as mulheres recuou 28,8% entre 2000 e 2010 (IBGE 2010).

²² INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 77, DE 21 DE JANEIRO DE 2015 - Art. 39. São considerados segurados especiais o produtor rural e o pescador artesanal ou a este assemelhado, desde que exerçam a atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/38/inss-pres/2015/77.htm>>. Acesso em 25 Mai. 2017.

Tabela 5 - Escolaridade das mulheres agricultoras dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos

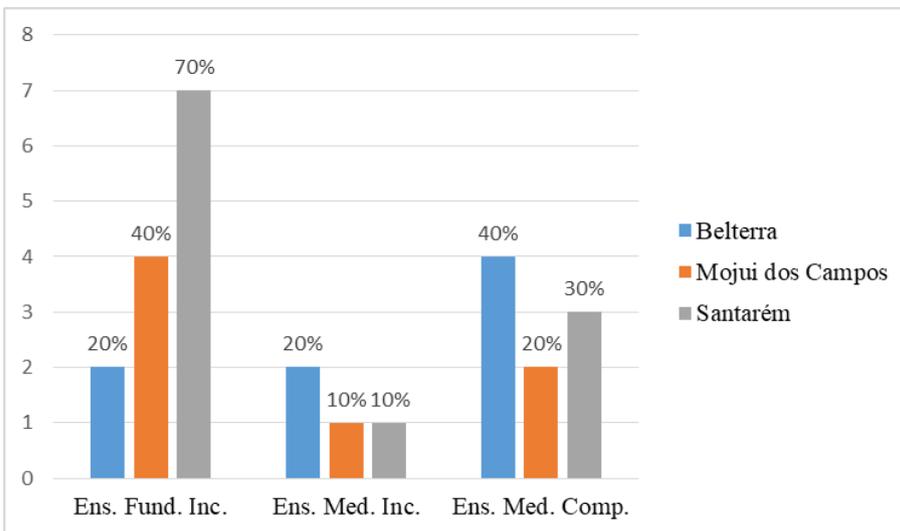
Municípios	E.F. Incompleto	E.M. Incompleto	E.M. Completo
Belterra	2	2	4
Mojuí dos Campos	4	1	2
Santarém	7	1	3
Total	13 (50%)	4 (15,4%)	9 (34,6%)

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Conforme visualizado na Tabela 5, é nula a quantidade de mulheres agricultoras com nível superior. No entanto, mesmo não tendo tido possibilidade de cursar uma faculdade, observamos preocupação das mulheres, no que se refere aos estudos dos filhos. Ao serem indagadas sobre os planos futuros com os recursos do PAA, a agricultora demonstra realizar planejamento para garantir que seus filhos acessem a faculdade, "*guardar pro futuro dos filhos, pra eles fazer uma faculdade*" (AF8, 2018).

O Gráfico 5, apresenta o percentual dos níveis de escolaridade das mulheres agricultoras entrevistadas por município.

Gráfico 5 - Nível de escolaridade das mulheres agricultoras por município



Fonte: dados da pesquisa, 2018.

As mulheres agricultoras residentes no município de Belterra, se apresentam com maior nível de escolaridade (Ensino Médio Completo) representando 40%, em relação as mulheres com menor nível de escolaridade (Ensino Fundamental Incompleto), 70% encontram-se no município de Santarém, tendo estas também a maior média de idade 50,8 anos, e variação entre 39 a 66 anos. Para essas mulheres, quando em idade escolar, o acesso era difícil em comparação a situação

atual com mais facilidade de frequentar a escola, e muitas eram criadas para cuidar do lar, o que impossibilitou que aumentassem seus níveis de escolaridade.

Heredia e Cintrão (2006) argumentam que a partir da década de 1980, as mulheres no meio rural, passaram a ter mais acesso a escolarização, o que beneficiou mulheres das gerações mais recentes, assim como também a elevação dos níveis de escolaridade em relação aos homens, mesmo que sutilmente.

As mulheres agricultoras residentes no município de Mojuí dos Campos, 40% possuem nível de escolaridade concentrado no Ensino Fundamental incompleto, não apresentando diferenças significativas entre aos demais níveis apresentados.

Ao compararmos os níveis escolares com os anos de profissão das mulheres agricultoras, 28,6% possuem Ensino Fundamental Incompleto, destacando-se com maior média de anos de profissão (agricultora). Observa-se que quanto menor a escolaridade, maior o tempo de profissão (médias e medianas, maior e menor tempo) conforme apresenta o Quadro 5. A baixa escolaridade pode ser um fator que influencia na ocupação socioprofissional das mulheres.

Quadro 5 - Anos de profissão das mulheres agricultoras

Município	Média de anos de profissão	Mín. de Anos de profissão	Máx. de Anos de profissão	DesvPad de Anos de profissão
Belterra	20,00	12	32	6,39
Mojuí dos Campos	24,86	10	40	10,24
Santarém	30,00	11	40	8,63

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A amostra coletada apontou a média de 25,5 anos de profissão (agricultora), para algumas mulheres as tarefas desenvolvidas na agricultura não se qualificam apenas como busca de renda para a manutenção da família, mas também um momento de “felicidade”, por verem sua produção crescendo como resultado do seu trabalho. Nesse sentido, Ribas (2003), afirma que a ocupação socioeconômica na agricultura não se define unicamente pelo valor econômico, como também como valor cultural e de autoestima para o agricultor.

5.2.3 Estado Civil, filhos e/ou dependentes

A Tabela 6, mostra que 50% das mulheres vivem em condição de união estável, seguido de 34,6% na condição de casada, não havendo diferença significativa no estado civil, entre serem solteiras, separadas ou viúvas somando 15,4%. Destaca-se que apenas no município de Belterra ocorreu a existência da

condição de solteira representando 3,8%, tendo a agricultura na composição no núcleo familiar com pais e irmãos.

Tabela 6 - Estado civil das mulheres agricultoras por município

Estado Civil	Belterra	Mojuí dos Campos	Santarém	Total
Casada	37,5	28,57	36,36	34,62
Separada	-	14,29	-	3,85
Solteira	12,5	-	-	3,85
União Estável	37,5	57,14	54,55	50,00
Viúva	12,5	-	9,09	7,69
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Com base nas entrevistas, verifica-se a situação civil e a situação do número de filhos e/ou dependentes, onde detectou-se que 11,5% das mulheres agricultoras são as principais (se não as únicas) responsáveis pelo sustento da família. Destas, as que se encontram estado civil viúva, principalmente em situação recente, afirmam a dificuldade de manter os filhos se tornando estas as únicas responsáveis de sustento da família.

Em relação as mulheres, que por motivos adversos (mães solteiras, viúvas, ou por seus cônjuges serem acometidos de doenças ou outras impossibilidades), tornam-se principais provedora da família, estas passam a assumir o papel de tomar todas as decisões, sejam na produção ou gestão dos recursos, assumindo sozinhas a responsabilidade do sustento da família, consideradas arrimo de suas famílias.

Os dados IBGE/PNAD (2010), mostram que as mulheres rurais têm cada vez mais assumido responsabilidade no grupo familiar. De acordo com essa pesquisa, a chefia familiar feminina na área rural aumentou de 14,6% para 17,7% entre os anos de 2006 e 2010 (IBGE/PNAD, 2010). No entanto, ao mesmo tempo em que esse aumento propicia a conquista da autonomia, também acarreta mais sobrecarga de trabalho para as mulheres.

Essa sobrecarga se evidencia ao ser observada a rotina das mulheres agricultoras, na maioria das vezes ocorre sobreposição de atividades. Os horários que poderiam ser considerados como livres, em muitos casos, são preenchidos com outras atividades como cuidar de animais domésticos, confeccionar tapetes para complemento da renda, ou até mesmo realizar atividades com os filhos.

Nesse sentido, a elaboração das Políticas Públicas com o objetivo de promover autonomia das mulheres, precisam considerar que a sobrecarga que estas possuem, tendo responsabilidades no trabalho produtivo, nas tarefas domésticas ou no cuidado com os filhos, resultam em desigualdades entre homens e mulheres. O que sugere a necessidade na implementação dessas políticas de “pensar que alternativas podem ser postas em prática que garantam a autonomia econômica nessas condições, mas que ao mesmo tempo, apontem para a superação da divisão sexual do trabalho” (BRASIL/ MMIRDH, 2016, p.14)

Ao analisar a tabela 7, observamos que o maior número de mulheres com filhos e/ou dependentes se concentra entre as casadas ou com união estável. Destaca-se que maioria destas possuem dois filhos, o que não diferencia em termos gerais do tamanho da Família Brasileira. Segundo os dados IBGE (2016), o número de filhos por domicílios particulares é de 1,5.

Tabela 7 - Número de filhos e/ ou dependentes

Estado Civil	Número de dependentes						Geral
	Um	Dois	Três	Quatro	Seis	*	
Casada	2	1	3	1	-	2	7
Separada	-	-	-	-	-	1	1
Solteira	-	-	-	-	-	1	1
União Estável	4	7	-	-	1	1	12
Viúva	-	1	1	-	-	-	2
Geral	6 (28,6%)	9 (42,9%)	4 (19,1%)	1 (4,8%)	1 (4,8%)	5 -	26 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

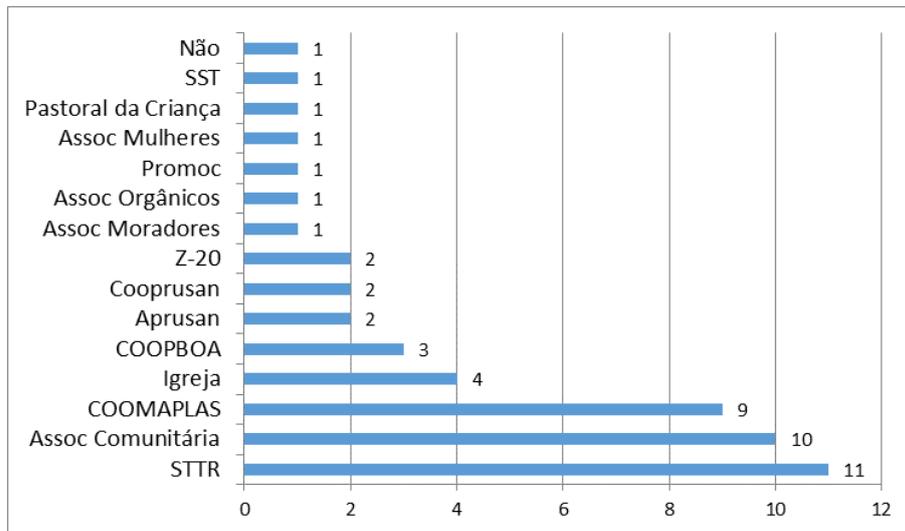
Os dados da pesquisa na Tabela 7, mostram um número significativo de mulheres que não possuem filhos e/ou dependentes, podendo ser explicado pelo fato de muitas por algum motivo não poderem ter filhos, algumas os filhos possuem seus próprios núcleos familiares e outras que por opção decidiram ainda não terem filhos.

5.2.4 Participação social e aspectos econômicos

Os dados demonstram participação ativa das mulheres em espaços coletivos de organização social, considerando a não obrigatoriedade do vínculo a qualquer organização para inserção no PAA, esses espaços são importantes para acesso e troca de informações sobre o programa. Nesse sentido o programa também assume papel fundamental em estimular o cooperativismo e o associativismo; promover hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional.

Os resultados alcançados por meio da pesquisa de campo e demonstrado no Gráfico 6, permitiram identificar a participação de 42% das mulheres na instituição representante da categoria dos Agricultores Familiares, o Sindicato dos Agricultores e Agricultoras Rurais de Santarém. A participação em cooperativas se apresenta de forma significativa e como elemento fundamental de possibilidades para as mulheres agricultoras buscarem alternativas de acesso aos mercados institucionais (PAA e PNAE²³).

Gráfico 6 - Participação em organizações sociais



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O envolvimento das mulheres agricultoras em Sindicatos/Cooperativas e Associações, tem contribuído para o seu próprio fortalecimento, além de ser um mecanismo importante para o empoderamento feminino, muitas delas participam como lideranças/dirigentes, tendo reconhecimento de sua participação nessas organizações, e por esse motivo vem assumindo responsabilidades crescentes. A participação nas organizações também se estabelece como um canal de informações, capacitação e socialização de conhecimento.

A participação em cooperativas, mostra-se como canal importante para melhorar e gerar renda, as mulheres conseguem comercializar parte da sua produção para o PNAE. Para mulheres agricultoras a geração de renda é um

²³ O PNAE é um programa do Ministério da Educação, também conhecido como Merenda Escolar. Seu objetivo é complementar a alimentação dos alunos, contribuindo para que permaneçam na escola, tenham bom desempenho escolar e bons hábitos alimentares. Disponível em: ftp://ftp.fn.de.gov.br/web/alimentacao_escolar/encontros_nacionais/cartilha_conselheiros_pnae_2007.pdf. Acesso em 25 mai 2016.

indicativo de melhoria da sua condição socioeconômica, autonomia, ampliação e potencialização da sua organização produtiva (BUTTO, et al., 2014).

Nesse sentido, as políticas governamentais assumem importante papel de desenvolver ações que visem minimizar as desigualdades vivenciadas pelas mulheres e suas organizações produtivas, por meio da valorização e fortalecimento da integração e acesso as Políticas Públicas como o PNAE e PAA (RODRIGUEZ, 2010).

Quanto aos aspectos econômicos, a renda monetária média é R\$ 1.240,00, sendo que para 54% das mulheres, a renda familiar é complementada com transferências públicas de programas sociais e recebimento de benefícios previdenciários com valor médio de R\$ 498,00 reais, conforme apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 - Valor médio de transferência pública de programa social, renda familiar mensal e anual

Estatísticas	Valor do Benefício	Renda Familiar Mensal	Renda Familiar Anual
Informantes	14	26	26
Média	498,00	1.240,00	14.881,00
Mediana	261,00	1.200,00	14.400,00
Desvio Padrão	520,00	515,00	1.213,00
Menor valor	74,00	400,00	4.800,00
Maior valor	1.908,00	2.862,00	34.344,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Os dados do IBGE (2016), apresentam um decréscimo na renda das famílias brasileiras, passando de R\$1.368,00 em 2014 para 1.270,00 em 2015, isso ocorreu devido o declínio econômico no país. A queda na renda dessas famílias só não foi maior devido a participação em políticas sociais implementadas. Para essas mulheres a participação nessas políticas sociais, contribuíram significativamente para geração ou ampliação de seus rendimentos familiares.

A renda monetária auferida pelas mulheres agricultoras, é proveniente predominantemente, da comercialização dos produtos no trabalho agrícola, seja nas feiras, comércios locais, mercados locais e principalmente nos mercados institucionais como o PAA. Nesse sentido, o PAA tem como um dos objetivos principais, garantir renda e trabalho para as mulheres rurais (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011).

O Quadro 7, mostra que os valores provenientes da comercialização dos produtos ao PAA durante três anos, não sofreram variação significativas. Os valores

médios apresentados nos três anos, comprovam que a cota anual por agricultor estabelecida pelo programa, não foi atingida, como explicitado pelas mulheres.

Quadro 7 - Estatísticas de renda monetária de três anos, proveniente do PAA

Estatísticas	Ano 1 PAA	Ano 2 PAA	Ano 3 PAA
Informantes	26	26	26
Média	4.468,00	5.722,00	5.407,00
Mediana	4.499,00	5.499,00	5.499,00
Desvio Padrão	559,00	1.467,00	1.794,00
Menor Valor	3.180,00	3.393,00	1.000,00
Maior Valor	5.500,00	9.999,00	11.000,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

No entanto, mesmo não sendo cumprida a cota estabelecida, os valores recebidos nos anos de referência, apresentam-se com impactos de forma decisiva no aumento da renda das mulheres, se tornando para muitas delas a maior fonte de renda. Essa renda obtida no programa, representa a presença das mulheres como titulares nas Políticas Públicas, possibilitando melhoria na sua condição socioeconômica e organização produtiva devido a ampliação dos espaços para comercialização da sua produção.

A renda obtida pelas mulheres, lhes possibilitam a aquisição de diversos produtos de desejo pessoal, no entanto, esta é utilizada pelas mulheres basicamente na aquisição de utensílios de uso comum e que geralmente propicie o bem estar da família.

A renda monetária proveniente do PAA, representa parcela significativa na renda familiar. O Quadro 8, mostra a representação média do PAA na renda familiar das mulheres agricultoras. Para as residentes no município de Belterra, 29,11% da renda familiar mensal é composta pelos rendimentos monetários do PAA, para as mulheres residentes em Mojuí dos Campos constitui a parcela de 35,58%, e no município de Santarém, revelando o maior valor na constituição da renda familiar das mulheres, representa 51,33%.

Quadro 8 - Valores de representação média do PAA na renda familiar das mulheres agricultoras

Município	Recurso Recebido (Média)	Representação média do PAA na renda
Belterra	4.556,00	29,11
Mojuí dos Campos	4.923,00	35,58
Santarém	5.548,00	51,33

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Os rendimentos monetários do PAA, proporcionados a partir das práticas realizadas no âmbito do sistema socioprodutivo, se apresentam como possibilidades

produtivas e ampliação da renda familiar. As mulheres agricultoras, com a participação no programa, tendem a diminuir sua vulnerabilidade pelas mudanças nos mercados locais, podendo barganhar os valores para comercialização de seus produtos em outros canais de comercialização.

5.3 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO PRODUTIVO E NA COMERCIALIZAÇÃO PARA O PAA

5.3.1 Cotidiano das mulheres agricultoras: jornadas duplas ou triplas de trabalho e a desigualdade de gênero

As mulheres agricultoras, em sua maioria, começaram a trabalhar na roça ainda com os pais, e seguem trabalhando até os dias atuais. São responsáveis por lavar, cozinhar, organizar a casa e realizar ou ajudar seus maridos nas atividades agrícolas. Essa é uma rotina comum na vida das mulheres agricultoras, mas que ao longo da história, teve pouco reconhecimento, perante a sociedade.

A rotina das mulheres agricultoras possui dinâmicas similares. Para a maioria as atividades iniciam-se entre 5 e 6 horas da manhã, podendo variar nos finais de semana. Ao levantarem se dedicam de forma rápida aos cuidados pessoais e logo em seguida iniciam os afazeres domésticos, no preparo do café, cuidado com os animais domésticos e adiantamento do almoço quando não têm ajuda de filhos que possam realizar essa tarefa, e para as que possuem filhos com seus cuidados e envio a escola. Algumas tem sob sua responsabilidade o cuidado de idosos, que no período da manhã lhe acarretam a permanência na residência.

Foto 3 - Preparo da alimentação as 5 horas da manhã antes de seguir para roça/ Comunidade Boa Esperança.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

As mulheres retornam da roça no período da manhã, em média às 10h, quando o calor do sol, já se torna insuportável para elas. Nesse retorno, providenciam o almoço, buscam as crianças na escola quando necessário e concluem os afazeres domésticos. O período da manhã, se destaca como o período de maior carga de trabalho para as mulheres.

Os relatos a seguir apresentam a rotina no período da manhã das mulheres agricultoras:

"vou pra roça logo cedo e volto umas dez horas p fazer o almoço e cuidar da casa, no final do dia volto pra roça" (AF2, 2018).

"divido a manhã na roça e nos serviços de casa, porque tenho que cuidar do almoço e levar o filho na escola" (AF3, 2018).

"pela manhã eu cuido da casa e dos idosos, a tarde eu cuido de organizar a produção até umas sete horas da noite pra levar pra feira e entregar pro PAA" (AF5, 2018).

"já vou cedo pra roça quando os meninos vão pra escola e umas nove e dez horas eu volto pra fazer almoço, agora que meu marido morreu ficou mais difícil ele me ajudava muito" (AF26, 2018).

No horário do almoço, no intervalo de entre 12h e 15h, para as que retornam para casa, pois algumas devido a distância do espaço produtivo, levam seu alimento e retornam no final do dia, preocupam-se com as tarefas da casa e alimentação da família. Às 15h, quando o calor do sol já amenizou, algumas mulheres retornam para a roça, enquanto outras, como atividade secundária, para complementar a renda produzem tapetes, e comercializam outros produtos.

"eu trabalho na roça pela manhã, minha filha fica em casa fazendo as coisas e o almoço, quando eu volto almoço e a tarde eu faço meus tapetes pra aumentar a renda" (AF9, 2018).

"quando é o tempo de plantar eu vou cedo ajudar meu pai e volto pra casa pra ajudar minha mãe a lavar roupa e fazer as coisas de casa, as vezes saio pra vender lingerie pra aumentar minha renda" (AF24, 2018).

Ao participarem de organizações como dirigentes, dividem geralmente o período da tarde para resolver problemas nas organizações e os finais de semana para reuniões.

"logo cedo faço o café e preparo os filhos pra ir pra escola e depois vou pra roça e umas dez horas volto pra terminar o almoço a tarde depois das três horas vou pra roça de novo e as vezes vou pra cooperativa resolver as coisas de lá" (AF16, 2018).

Na produção de hortaliças, devido a necessidade maior de cuidados, passam mais tempo nos espaços de produção, se próximo as residências, dividem o tempo entre o cultivo e as atividades domésticas durante todo o dia, devido a necessidade de estarem na plantação em horários distintos do dia.

"vou logo cedo pra horta porque tem que agoar e fico até umas dez horas ai volto pra casa pra cuidar da comida e fazer alguma coisa dentro de casa porque sou só eu de mulher e a tarde volto pra horta já mais à tardinha, porque tem que agoar duas vezes por dia e no final de semana lavou roupa" (AF17, 2018).

Foto 4 - Desenvolvimento das atividades no cultivo de hortaliças/ Município de Belterra



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Foto 5 - Preparação dos produtos para comercialização/ Município de Belterra



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A rotina das mulheres da região de várzea, no período de produção, não se diferencia das demais mulheres, no entanto ao retornarem da roça no final do dia, geralmente vão para o lago pescar com seus maridos, mesmo depois de um dia cansativo de trabalho na roça.

"acordo as cinco horas da manhã pra fazer os trabalhos de casa e logo as seis horas já vou pra roça pra aproveitar antes do sol esquentar muito, no finalzinho vou ajudar na pesca" (AF7, 2018).

Os dias que antecedem as vendas nas feiras, a rotina se torna quase exaustiva, culminando com poucas horas de sono. Pois a noite anterior para organizar a produção, em média vai até as 23h, e logo cedo por volta das 3 da manhã, as mulheres já estão de pé para pegar o transporte e ir comercializar seus produtos nas feiras. Essa rotina pode ocorrer uma vez por semana ou repetir-se duas vezes. Nos finais de semana que poderia ser o momento de descanso, muitas delas vão realizar as atividades domésticas que não conseguiram durante a semana, como lavar roupa.

"acordo cedo e cuido dos bichos, alimentação e depois vou pra roça, volto pro almoço e a tarde volto p roça. Dia de quarta e quinta saio de madrugada p ir pra feira, e nos dias antes da feira fico até umas onze horas arrumando tudo pra sair as três da manhã" (AF6, 2018).

O serviço doméstico, por não gerar renda, não é percebido pelas mulheres como trabalho, algumas relatam que após iniciarem os serviços domésticos de suas residências é que começam a trabalhar, muitas vezes esse serviço é considerado apenas uma extensão do trabalho na roça, tornando-se invisível e não contabilizado

nas horas de jornada de trabalho. A invisibilidade do trabalho doméstico pode ser explicada por este ser considerado “trabalho improdutivo” o que na concepção marxista não geraria mais-valia, diferente do trabalho na roça, considerado nesse caso como “trabalho produtivo” que por meio dele ocorre a geração ou aumento da renda (PAULILO, 2009).

Observa-se que o trabalho doméstico se apresenta como uma atividade obrigatória e exclusiva das mulheres, sendo imprescindível sua realização por produzir alimentos, roupa lavada, e outras atividades que suprem as necessidades da família. Para Duran (1983), a responsabilidade das atividades domésticas não é uma opção das mulheres. “A menina de hoje será dona-de-casa amanhã e o treinamento para divisão do trabalho começa antes de qualquer outro. Antes do menino saber se vai ser bombeiro, executivo, agricultor, a menina já aprendeu que terá uma casa e que se ocupará dela” (p.29-30).

Desta forma as mulheres exercem jornadas duplas e/ou triplas que estão diretamente ligadas a estrutura da Agricultura Familiar, dividem seu tempo entre as atividades da roça, serviços domésticos e os cuidados com filhos e ainda rotineiramente precisam conviver com as desigualdades de gênero, enraizada nas estruturas “harmônicas” das famílias. Ao longo da história, a estrutura familiar no contexto rural, foi considerada como um conjunto harmônico justificado pelo modo de utilizar a mão-de-obra familiar de forma melhor, mas que por vezes esconde no contexto familiar dito harmônico, desigualdades de gênero similares ao contexto urbano, mas com suas peculiaridades (BETTO, 2016).

As atividades das mulheres agricultoras, circunscritas nos trabalhos domésticos e nas atividades da lavoura, acarretam dedicação integral as atividades produtivas e reprodutivas, no entanto, sendo contabilizado pelas mulheres somente atividades destinadas ao trabalho produtivo dedicado a agricultura, conforme informado, destinam-se em média 9h/dia da jornada de trabalho. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD em 2014, as mulheres rurais que exercem atividades agrícolas juntamente com os afazeres domésticos, possuem jornadas de trabalho produtivo e reprodutivo que totalizam 52 horas semanais, sendo 29 em trabalho reprodutivo e 23 horas em trabalho produtivo (ONU MULHERES, 2016).

A dedicação a essas horas de trabalho produtivo materializa-se das mais diversas formas, tendo com maior frequência o desenvolvimento nas tarefas de plantio e colheita.

"eu trabalho mais na plantação e na colheita de laranja" (AF9, 2018).

"eu trabalho na época do plantio e na colheita" (AF10, 2018).

"eu trabalho no plantio, na colheita e na produção da farinha" (AF12, 2018).

No entanto, a dedicação em todas as tarefas do processo produtivo, também pode ser observada nos relatos apresentados.

"participo de todas tarefas" (AF1, 2018).

"eu faço todas as tarefas da roça" (AF5, 2018).

"eu trabalho em todas as atividades, na capina, no plantio, na colheita e vou pra feira vender" (AF9, 2018).

"eu faço todas as etapas da produção" (AF14, 2018).

"eu trabalho tudo, na roça, faço farinha, cuidado da horta"(AF16, 2018).

"eu faço todas as tarefas, planto, na colheita e vou feira vender todo sábado" (AF20, 2018).

Observa-se nos relatos das mulheres que dois contextos se destacam. Inicialmente a condição atribuída pelas mulheres à sua própria participação no processo produtivo, considerado por elas como "ajuda". Embora desempenhem funções fundamentais na produção ou até mesmo desenvolvendo todas as atividades no processo produtivo, como é caso de 46% das entrevistadas.

O trabalho feminino é visto apenas como "ajuda" no processo de produção, considerado de responsabilidade e obrigação do homem e ao mesmo tempo as atividades domésticas são praticadas predominantemente pelas mulheres, sejam mães ou filhas, sendo consideradas de inteira responsabilidade delas. Nesse caso, as mulheres não têm seu trabalho agrícola reconhecido, ficando evidente a divisão sexual do trabalho e conseqüentemente em muitos casos dificultando a participação dessas mulheres nas atividades econômicas.

Woortmann (1997) e Brumer, Paulilo (2004), destacam que a divisão sexual do trabalho na agricultura, propicia a posição das mulheres em condição de subordinação, mesmo se estas exercerem as mesmas funções ou tarefas executadas pelos homens, seu trabalho geralmente aparece como "ajuda". Nesse

sentido, se faz necessário ampliar o conhecimento sobre as relações de gênero na Agricultura Familiar, visto que:

A realidade das mulheres dentro da agricultura familiar é de muito trabalho e pouco reconhecimento. As agricultoras brasileiras, ainda hoje, sofrem de invisibilidade social como trabalhadoras e como cidadãs. Seu trabalho é considerado uma “ajuda” dentro da família, enquanto o homem é considerado o verdadeiro “produtor rural”; conhecimentos e experiências das mulheres, principalmente no que se refere a produção de alimentos, são menosprezados; a representação pública da família é outorgada ao homem, esperando-se que as mulheres permaneçam restritas ao mundo doméstico. (BRASIL, 2012, p. 21).

Em algumas unidades produtivas, algumas tarefas não são executadas pelas agricultoras por serem consideradas *trabalho pesados*, tais como a abertura de áreas, a capina, a roçagem e a aplicação de agrotóxico. Essas tarefas são responsabilidade dos maridos e/ou de diaristas contratados esporadicamente.

"eu fico mais no plantio e na colheita, não capino porque é pesado" (AF26, 2018).

"eu ajudo no plantio por causa que as outras coisas são mais pesadas" (AF2, 2018).

"eu ajudo mais na colheita porque a gente quase não capina a gente paga alguém pra borrar o veneno pra matar o mato" (AF24, 2018).

Outro contexto, refere-se ao uso de agrotóxicos na execução das tarefas produtivas, as mulheres relatam não executarem pelo motivo dos equipamentos serem pesados, além do cheiro forte que causam mal-estar e muitas vezes dores fortes na cabeça. O uso de agrotóxicos, ocorre predominantemente na região de Várzea, é feito principalmente para o controle das plantas não desejadas por meio da aplicação de herbicidas, substituindo a capina. As mulheres relatam que o uso de agrotóxicos aumentou a partir do incentivo de uma empresa de comércio de Insumos Agrícolas e Pastagens em Santarém.

A empresa disponibiliza seus técnicos para visita nas propriedades, como forma de comercializar seus produtos aos agricultores e facilitar a aquisição dos mesmos, para muitos produtores, os insumos são vendidos para serem pagos somente após a colheita.

O uso desses insumos químicos desperta certa preocupação, considerado que não há preparação de forma eficiente para a manuseio e por vezes equipamentos adequados no momento de sua aplicação. A região tem dinâmica

estabelecida pelo pulso de inundação, podendo acarretar complicações com consumo da água no período da cheia.

Em relação à intensidade do trabalho produtivo, 59% das entrevistadas consideram pesado e as demais 42% consideram moderado, não sendo identificado nenhuma tarefa como serviço leve. Identificados pelas mulheres agricultoras como trabalho pesado, o processo de capina e limpeza da área a ser plantada, por requerer maior esforço físico e destinação de longo tempo exposto ao calor do sol, mesmo que se opte por realizar as tarefas em horários de menor incidência de calor como início e final do dia.

Os trabalhos “pesado” e “leve” assim denominados, conforme abordado por Paulilo (2016), possui diferenciação imprecisa, considerado seus significados conforme a perspectiva social analisada. A concepção das mulheres sobre o trabalho pesado, assemelha-se ao identificado na pesquisa realizada por Paulilo (2016), sobre o Sertão Paraibano, considerando que o trabalho com enxada para capina, é considerado trabalho pesado. A autora confirma, que o conceito de pesado “têm a ver com o instrumento de trabalho utilizado e com o esforço despendido durante a atividade” [...] varia de região para região, dependendo da maior ou menor necessidade que tenham as mulheres trabalhadoras no campo (PAULILO, 2016, p.84).

Nesse sentido, as mulheres consideram suas atividades realizadas como de menor esforço, a exemplo o plantio, colheita e comercialização, deixando as demais atividades a cargo dos maridos ou de mão de obra contratada temporariamente.

Ao analisar a rotina e participação das mulheres no processo de produção, observa-se que seu trabalho não se restringe a esfera doméstica, se expandindo as atividades agrícolas, principalmente na plantação e colheita, seleção e embalagem dos produtos; cuidado de animais e trabalhos da horta, entre outros. Observado também a presença de relações de gênero de forma hierarquizada, mas também o empoderamento feminino na realização das atividades.

As decisões que são tomadas exclusivamente pelos cônjuges, se justificam pelo fato destes possuírem conhecimento superior aos delas sobre o processo de produção, conforme apresentado nos relatos:

"a parte de plantação ele entende mais do que eu" (AF26, 2018).

"porque ele entende mais sobre a produção" (AF11, 2018).

"porque ele conhece melhor a produção e sempre tomou a frente da produção e do que é plantado" (AF20, 2018).

"porque as terras são dele eu só ajudo na plantação" (AF24, 2018).

As assertivas acima revelam que as mulheres agricultoras, ainda têm dificuldades para participarem da gestão dos processos produtivos. Esse contexto pode ser explicado, porque ainda existem influências significativas do patriarcado histórico no contexto rural, que contribuem para a invisibilidade dessas mulheres na gestão do processo produtivo. A invisibilidade da participação das mulheres nas decisões produtivas, também fica evidenciado, nos relatos anteriores, que é percebido pela valorização social de atuação como "ajuda", fortalecendo assim o patriarcado.

O planejamento familiar em relação aos aspectos produtivos é abordado por Siliprandi ao afirmar que:

Muitas vezes as mulheres não têm poder de decisão sobre aspectos produtivos ou sobre a comercialização dos produtos da unidade familiar, embora contribuam como força de trabalho direta nas lavouras e criações, e ainda nas atividades de manutenção da família. Essa situação tem mudado lentamente, no campo, após a obtenção da aposentadoria e de outros benefícios sociais (como a Bolsa-Família), que são recebidos diretamente pelas mulheres; e também com o avanço da discussão sobre a necessidade de garantia da autonomia econômica das mulheres, proposta por certos movimentos; porém, isso não é a regra na agricultura familiar. (SILIPRANDI, 2011, p.7).

O papel da mulher no meio rural, sempre esteve presente no cotidiano, seja em atividades realizadas no plantio, colheita, entre outras ligadas ao processo produtivo, no entanto, não tendo seu verdadeiro potencial, no que concerne ao trabalho produtivo, devidamente reconhecido ficando a margem das decisões tomadas por seus cônjuges. Nesse sentido, Giuliani (1997), corrobora ao destacar que, "no campo, a autoridade do chefe de família - do pai ou do marido - extrapola o espaço doméstico e muitas vezes impõe-se negando a participação das mulheres nas decisões nas cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos" (p. 646).

Ainda no contexto do trabalho produtivo, a tomada de decisão no planejamento da produção, também é vislumbrado em forma de parceria entre as mulheres e seus cônjuges. Sendo percebido pelas mulheres como forma de fortalecer as relações familiares, fazendo parte da vida conjugal a tomada de decisão de forma conjunta.

"os dois juntos pensam melhor onde deve ser investido o dinheiro pro bem da família" (AF1, 2018).

"porque sempre que vou fazer qualquer negócio eu chamo ele pra decidir junto comigo" (AF25, 2018).

" nós vamos vendo onde tem necessidade de gastar e investir" (AF3, 2018).

" a gente define conforme as necessidades da família" (AF5, 2018).

"porque nós trabalhamos juntos, então tem que decidir juntos também" (AF6, 2018).

A participação das mulheres nos processos de decisão, mesmo que em parceria com seus cônjuges, demonstram a possibilidade de autonomia, não direcionada para a questão econômica, mas no que concerne a ter voz e poder de decisão. Representa também, credibilidade ao seu trabalho executado, pois a sua participação nas decisões dos espaços produtivos interfere de maneira efetiva na garantia da produção. O envolvimento nas decisões de produção, comprovam que o trabalho das mulheres extrapola aos trabalhos da esfera doméstica.

Ao longo de décadas as mulheres rurais vêm lutando pela implementação de Políticas Públicas que contribuem para a conquista de igualdade de direitos, tendo estas papel fundamental no processo produtivo e na sustentabilidade. Nesse sentido, entre as mulheres entrevistadas, destacam-se as que são responsáveis pela tomada de decisão quanto à produção, sendo consideradas também arrimo de famílias, assumindo a responsabilidade do sustento da família, seja por serem mães solteiras, viúvas ou por questões de doença do cônjuge.

"eu decido sozinha" (AF8, 2018).

"eu decido tudo o que vai ser plantado" (AF10, 2018).

"eu que cuido de tudo, meu marido e sustento a minha família, meu marido só me ajuda" (AF9, 2018).

"porque meu marido é meio por fora e não entende muito" (AF11, 2018).

Ao tomarem a frente no processo produtivo, as mulheres assumem papel importante, principalmente, no sustento da sua família. Em síntese, demonstram a conquista da autonomia, mesmo que esta tenha vindo por motivo de necessidade de assumir a responsabilidade produtiva. Ao se apresentarem como principais ou únicas tomadoras de decisão, comprovam a condição de emancipação individual se tornando protagonistas de suas próprias histórias.

Vale ressaltar, que a condição de principal responsável pela toma de decisão, possibilita a essas mulheres o seu próprio reconhecimento quanto a serem conhecedoras e manipuladoras no processo produtivo, reconhecendo-se como sujeitos em nível de igualdade enquanto ser humano, além de possibilitar a conquista de sua autonomia.

A participação das mulheres agricultoras nos espaços de produção e no poder de decisão é uma importante conquista no espaço até então ocupado exclusivamente por homens. De acordo com o II Plano Nacional de políticas públicas para as mulheres, deve ser assegurado o poder de decisão, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país, e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, exploração e subordinação que constroem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social (BRASIL, 2008).

Em relação as práticas produtivas, 81% das mulheres agricultoras desenvolvem a agricultura convencional, destacando alguns casos no processo de transição para produção orgânica por incentivo do PAA.

O programa com o intuito de buscar a ampliação da participação de beneficiários fornecedores de produtos orgânicos e agroecológicos, incentiva as agricultoras a desenvolverem a produção em base agroecológicas ou orgânicas. Nesse sentido, a produção de 19% das mulheres entrevistadas já se enquadra nos critérios estabelecidos pela Lei Nº 10.831/2003, que em seu Art. 1º considera o:

Sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003)

Com efeito, o programa paga um preço 30% superior para os produtos cultivados em sistemas produtivos ecologicamente manejados. Para que esse percentual seja pago às agricultoras, é necessário cumprir a exigência da participação de pelo menos 5% de produtores orgânicos ou agroecológicos do total

de fornecedores beneficiários em conformidade com Lei nº 10.831, de 23.12.2003 e o Decreto nº 6.323 de 27.12.2007 que regulamentam os produtos orgânicos.

No município de Santarém, o programa desde sua implementação, vem buscando alternativas junto aos órgãos responsáveis pelo acompanhamento dessas agricultoras e entidades de assistência técnica, no intuito de alcançar esse percentual. No entanto, devido as dificuldades encontradas no processo produção e certificação, ainda não foi possível atingir a cota mínima exigida pelas normativas do programa.

Foto 6 - Criação de galinha em formato orgânico / Boa Esperança – Curuá-Una



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Foto 7 - Criação de suínos em formato orgânico / Boa Esperança – Curuá-Una



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Vale ressaltar que essas mulheres que desenvolvem sua produção em base agroecológicas ou orgânicas, possuem o Cadastro Nacional de Produtores

Orgânicos por meio do Controle Social na Venda Direta²⁴ e participam das Organizações de Controle Social (OCSs)²⁵: ORGPLAN; CURUÁ-UNA e LAVRAS POVOADO cadastradas no Ministério de Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA). Recebem orientações de organizações que integram a Comissão da Produção Orgânica do Pará - CPOrg-PA como COOMAPLAS, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-PA), Superintendência do Desenvolvimento da Região Cacaueira no Estado do Pará (SUEPA/CEPLAC) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Amazônia Oriental (EMBRAPA/Amazônia Oriental).

Sobre a atividade agrícola, Cordeiro (2007) ressalta a influência do PAA sobre os investimentos dos agricultores familiares nos modelos agrícolas de bases agroecológicas e orgânicas, uma vez que o programa incentiva esses modelos de produção, atribuindo preços superiores aos dos produtos cultivados no modelo agrícola convencional. Além do mais, Grisa et al. (2009) pontuam que o PAA estimula a produção e o consumo de alimentos regionais, o que “significa o resgate e a preservação de muitos costumes, hábitos e culturas regionais que vinham sendo esquecidos” (GRISA et al., 2009, p. 8 - 9).

Contribuindo Ploeg e Long (1995), acrescentam que a agroecologia propiciou reivindicações no que concerne a processos de geração de “autonomia” e empoderamento dos agricultores familiares. Contribuiu para que a importância do papel dos agricultores, em especial das mulheres agricultoras, principalmente para que os espaços produtivos e reprodutivos fizessem parte de debates e discussões.

Muitos são os desafios enfrentados pelas mulheres agricultoras na realização das atividades produtivas, sejam em formatos convencionais, mas principalmente na produção orgânica. Entre os quais, destaca-se a manifestação de pragas nas plantações, principalmente dos espaços produtivos que estão localizados as proximidades dos campos de monoculturas (soja e milho). O uso de agrotóxicos nesses campos, afugentam as pragas que se redirecionam para as produções das mulheres agricultoras, causando em muitos casos, sérios prejuízos, principalmente

²⁴ Para que possam comercializar diretamente ao consumidor, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma organização com controle social cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado. (BRASIL, 2007)

²⁵ A OCS é uma forma de organização entre agricultores familiares que permite a venda direta de produtos orgânicos ao consumidor, na qual o próprio grupo é responsável por assegurar que um produto, processo ou serviço atenda aos regulamentos ou normas específicas a que foi submetido (BRASI, 2018).

nas produções que exercem as práticas orgânicas. O modo como é realizado a produção orgânica, com uso de defensivos naturais, tem maior possibilidade de pragas do que as plantações com uso de defensivo industrial com maior agressividade, ocasionando perdas significativas na produção.

Outro fator relevante no que concerne ao fortalecimento produtivo se refere ao acesso a linhas de créditos. As mulheres fornecedoras do PAA estão distribuídas por enquadramento no PRONAF conforme os grupos seguir: 42,3% Pronaf B, 50% PRONAF V (Variável), e 7,7% PRONAF A.

O acesso ao crédito agrícola, se deu de forma diversificada, com destaque para o Amazônia Florescer, Crédito Cidadão e Pronaf. Destaca-se que apenas uma mulher acessou o PRONAF-Mulher, o que demonstra a necessidade de apoderamento desse instrumento por se tratar de uma medida de correção da distorção histórica que exclui as mulheres do acesso aos recursos. O Pronaf – Mulher, criado em 2004, como uma linha de crédito de investimento com a finalidade no atendimento de propostas de crédito de mulher agricultora, conforme projeto técnico ou proposta simplificada (BRASIL, 2004).

Por meio do acesso aos programas de crédito, foi possível investir em equipamentos, insumos, entre outros produtos, que possibilitaram aumento na produção e também melhores condições de trabalho.

Foto 8 - Maquinário adquirido por meio de financiamento do PRONAF/ Boa Esperança- Curuá-Una



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

As políticas rurais recentes, propiciam às mulheres rurais acesso a financiamentos disponibilizados por meio de políticas de crédito rural, com o intuito

de efetivar ações para que estas possam participar efetivamente das decisões e tarefas desenvolvidas nos espaços produtivos.

Essas políticas, por vezes complementadas por outras políticas a exemplo a confecção de documentos pessoais, propiciam a exequibilidade no acesso a esses financiamentos disponíveis nas linhas de crédito. “Este fato, por sua vez gera um processo mais igualitário na administração e planejamento das propriedades rurais familiares, de certo modo colocando em prática a conquista das mulheres por meio de suas lutas no sentido de ter voz e decisão em diferentes espaços sociais” (PASTORIO e ROESLER, 2014, p.7).

Nesse sentido, colaborando Freire (2010), destaca que o PRONAF propiciou a ampliação da autonomia econômica feminina viabilizando:

[...] “aumento expressivo do número de contratos de crédito para as mulheres, tanto pelo Pronaf, como por suas modalidades gerais, colocando desta forma a mulher no setor decisivo de aplicação e resultados econômicos na agricultura, contribuindo para o seu efetivo reconhecimento como trabalhador rural, e detentora de saber e competência para tal” (p. 22).

O Pronaf-Mulher tem ganhado significativo espaço na perspectiva de fortalecimento da Agricultura Familiar. No entanto, cabe destacar que em relação as desigualdades de gênero no contexto rural, o incentivo de acesso as linhas de créditos da categoria ao longo dos anos, tem se mostrando tímido em termos de propiciar melhorias nas condições de vida das mulheres rurais (ALVES, 2006).

5.4 DESDOBRAMENTOS DA COMERCIALIZAÇÃO POR MEIO DO PAA NAS DIMENSÕES SOCIAL, PRODUTIVA E ECONÔMICA DAS FORNECEDORAS DE ALIMENTOS

As entrevistadas consideram o PAA a melhor opção para venda da produção, devido oferecer preço acima do valor do mercado local. Nesse sentido, com a inserção das mulheres no programa os produtos começaram a ser produzidos tendo como destino prioritário o PAA. Nesse sentido, Gomes e Bastos (2007), ao destacarem a implementação do programa em outros municípios brasileiros, asseveram que o programa não tem propiciado a criação de novos canais de comercialização, se tornando o programa por vezes o único destino da produção estimulado por essa política.

Quanto às tarefas voltadas para a comercialização da produção, as mulheres possuem participação ativa, sejam em atividades bancárias, definição e seleção dos produtos a serem comercializados, busca de financiamento para melhorar a produção, entre outras, que eram desenvolvidas predominantemente por homens.

A inserção das mulheres agricultoras no PAA tem impactos socioeconômicos significativos. Por meio do programa, buscaram sua autonomia econômica, conquistaram novos espaços de produção e inseriram novas técnicas agrícolas. O envolvimento em organizações sociais e de produção foi um instrumento fundamental para a participação nessa Política Pública. Assim, contribuiu com o desenvolvimento das atividades, com a conquista de novos mercados e a realização do planejamento produtivo e econômico familiar, possibilitou aumento da renda. Além de contribuir para o crescimento da atividade feminina e com a organização de movimentos autônomos de mulheres.

Um aspecto importante detectado na pesquisa refere-se ao acesso aos canais de comercialização. A comercialização da produção ocorre em feiras, mercados, comunidades e para atender as demandas dos mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PAA é percebido como a melhor opção de mercado para as mulheres agricultoras, o que acaba sendo um desafio para o programa, pois o mesmo foi criado com intuito de comprar o excedente da produção, mas, na prática está servindo como principal canal de comercialização da produção.

A produção comercializada anualmente pelas agricultoras ao programa é de 700 kg em média, o que gera rendimentos médio de R\$ 5.200,00 mil, representando aproximadamente 30% da renda familiar anual. Para 50% das mulheres esse valor é considerado parte complementar a sua renda, 46% relatam ser parte significativa e 3,8% maior parte da renda. Com o acesso a esse canal de comercialização, foi possível aumentar e diversificar a produção, tendo como garantia o mercado fixo e valorização da produção.

O acesso a canais de comercialização além do PAA, precisa ser fortalecido para que as mulheres agricultoras não tenham dependência da comercialização ao PAA como mercado principal de sua produção. Principalmente pelo fato do programa se constituir como canal de comercialização que possui limites anuais de

valor para aquisição dos produtos, além de incerteza quanto a disponibilidade de recursos para execução.

O PAA por se conceber como política de governo, tendo seus moldes com ações localizadas, como no caso específico no município de Santarém, pode ocorrer a descontinuidade. Fato este confirmado com as mulheres agricultoras residentes nos municípios de Belterra e Mojuí dos Campos, quando houve o corte no PAA do município de Santarém a partir de 2017.

As mulheres fornecedoras residentes nos municípios de Belterra e Mojuí dos Campos não foram recadastradas em 2017, sem a participação no programa não conseguiram comercializar a produção que fora estruturada para atender a demanda construída nos últimos anos até as alterações derivadas do corte de recursos. Frente a esse cenário, é importante destacar que o PAA, mesmo sendo importante canal de comercialização que agrega valor aos produtos das mulheres agricultoras, possui limitações estruturais, técnicas ou orçamentário, podendo afetar a inclusão produtiva da agricultura familiar.

Dentre as temáticas abordadas, uma questão trazida pelo estudo trata da participação das mulheres na gestão dos recursos recebidos pela comercialização dos produtos ao PAA, considerando que formalmente o nome delas (o seu CPF) consta nos contratos do PAA e que, conseqüentemente, recebem o pagamento no seu nome e/ou na sua conta corrente. Observou-se a existência de diferentes formas no processo de decisão e gestão no uso desses recursos dentro das unidades familiares.

A pesquisa aponta que 15% das mulheres entrevistadas não possuem participação na gestão dos recursos, ficando sob a responsabilidade exclusiva do seu cônjuge. Embora sejam detentoras do cadastro e também executoras das atividades agrícolas, não têm o poder de decisão dos gastos e conseqüentemente, não têm acesso à renda gerada por seu trabalho, demonstrando que o programa, propicia renda a essas mulheres, mas não o poder de decisão desses recursos.

Nesse sentido, Siliprandi e Cintrão (2011), destacam que de modo geral, o PAA beneficia toda família, no entanto, existem fortes indícios da privação da mulher na tomada de decisão e no usufruto do recurso, destacando que para as mulheres, ter seu dinheiro fruto do seu trabalho, separado dos homens é significativo para sua autonomia. “Ter seu próprio dinheiro, não precisar “pedir ao marido” ou “prestar contas” dos gastos é bastante valorizado por muitas mulheres” (p. 23).

Identificou-se que 65% das decisões são tomadas conjuntamente com o cônjuge, para essas mulheres ter acesso aos recursos em seu nome, é uma forma de propiciar, no momento de definir os gastos prioritários no domicílio, um processo de negociação com seu cônjuge.

Ainda no que concerne a gestão dos recursos, 20% das mulheres entrevistadas, possuem o poder de decisão sobre os gastos, tendo total autonomia para uso do recurso conforme suas necessidades e desejos. “A conquista de uma maior independência financeira para as mulheres rurais, assim como já alcançado em grande parte pelas mulheres urbanas, é uma das questões importantes que vem sendo colocada” (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011, p. 13).

"é decidido pelo meu marido" (AF2, 2018).

"os dois juntos e vê onde e com que gastar o dinheiro" (AF1, 2018).

"é decidido pelos dois nós vamos vendo onde tem necessidade de gastar e investir" (AF3, 2018).

"decidimos juntos onde vamos investir na produção e na casa que estamos construindo" (AF7, 2018).

"nós conversamos porque aqui tem vê direitinho as coisa onde vai gastar até porque pra levar os produtos a gente paga por demais caro uma bajara" (AF15, 2018).

"eu gerencio a minha parte, porque é só eu e minha filha e eu que sustento a casa" (AF9, 2018).

"porque os dois trabalham juntos" (AF12, 2018).

"lá em casa eu que recebo meu dinheiro e vou vendo onde precisa na alimentação nas coisas pro meu filho" (AF19, 2018).

"no meu caso eu decido sozinha onde vou gastar porque por enquanto eu só tenho um encostado aqui em casa porque eu sou viúva" (AF26, 2018).

Os recursos recebidos do PAA, trouxeram possibilidades as agricultoras que até então não era possível. A aquisição de automóveis (terrestres e aquáticos), melhoria de infraestrutura doméstica como construção e reformas de suas residências que possibilitaram melhor qualidade de vida. Na produção agrícola, transformações ocorreram como o acesso ao sistema de irrigação, aquisição de insumo que possibilitaram o aumento e melhorar a produção.

Foto 9 - Sistema de irrigação comprado com recursos derivados da comercialização para o PAA/ São Francisco do Mojú – Mojuí dos Campos



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A participação no PAA, propicia às mulheres agricultoras, estabelecer novas relações sociais, possibilitando participação ativa nos processos de decisões, o que contribui para o seu empoderamento e conquista da autonomia. O PAA como Política Pública, também assume a estratégia de dar visibilidade às mulheres rurais, assim como, por meio de estatísticas sobre gênero, apontar perspectivas e tendências para atuação do programa.

6 “É TÃO BOM QUANDO A GENTE TEM NOSSO PRÓPRIO DINHEIRO”: O PAA COMO CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES

6.1 O PAA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS

Para apresentar a participação das mulheres agricultoras no PAA, nesta subseção abordaremos os seguintes elementos: de que forma se deu o conhecimento sobre o programa, a motivação para sua inserção e o acesso. Assim como versar sobre os aspectos positivos e negativos na execução do mesmo, e quais mudanças e/ou oportunidades foram proporcionadas após a inserção no PAA.

A participação das mulheres agricultoras no processo de implementação do programa, se deu de forma tímida representando 26%, a maioria se inseriu quando o programa já estava em execução. Destaca-se que as mulheres que participaram no processo de implementação pertenciam a alguma organização coletiva (como sócias/cooperadas ou dirigentes), tornando um aspecto importante de correlação entre atuar e/ou pertencer a organizações e acessar o PAA. As demais mulheres que se inseriram após a implementação, tiveram conhecimento sobre o programa de variadas formas: por meio reuniões em associações e cooperativas as quais estavam vinculadas; por vizinhos que já participam do programa; reuniões em feiras e/ou participação em grupos de produção orgânica.

Ao relatarem sobre a inserção no PAA, os motivos que as levaram a adesão ao programa foram diversos, entre os quais, destacamos os mais relatados no Quadro 9.

Quadro 9 - Principais motivações para adesão das mulheres agricultoras no PAA

Motivação	Contagem	%
Aumento da renda	11	42,31
Garantia de mercado	8	30,77
Garantia de preço	5	19,23
Direitos para as mulheres	1	3,85
Investimentos na produção	1	3,85
Total Geral	26	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O aumento da renda por meio da comercialização no PAA a garantia de mercado são os principais motivos citados pelas mulheres para aderirem ao programa.

Para Siliprandi e Cintrão (2011), o aumento e/ou acesso a renda, proporciona mudanças significativas, as quais podem promover a autonomia econômica e elevar a autoestima dessas mulheres. Corroborando, Rodriguez (2010), assinala que o aumento da renda se apresenta como elemento essencial de melhoria socioeconômica e potencialização da sua organização produtiva.

Nos relatos, diversas motivações surgiram para adesão ao programa, entre eles destacamos alguns:

“Todos diziam que o preço era muito bom” (AF3, 2018).

“decidi participar porque meu marido não podia e pra mulher era mais fácil entrar por causa de uma cota que tinha que cumprir” (AF3, 2018).

“porque era uma novidade e queria ajudar as outras mulheres da comunidade porque era presidente da associação” (AF5, 2018).

“fui convencida pelo vizinho que também era cooperado, porque eu não acreditava que fosse bom o PAA como ele dizia” (AF7, 2018).

“porque era uma renda extra e também mais direito pras mulheres” (AF8, 2018).

“me cadastrei porque lá nossos produtos são mais valorizados, na feira não valorizam e ainda tem um monte de atravessador que quer comprar quase dado” (AF10, 2018).

O PAA é concebido pelas mulheres agricultoras como um espaço de geração e/ou aumento de renda (mesmo que essa renda seja relativamente pequena), com oportunidade de melhoria de vida e incentivo para produzir e comercializar seus produtos. No entanto, ainda existem muitos desafios a serem superados, no sentido de contribuir efetivamente na construção de maior autonomia das mulheres. Cabe ressaltar que estar formalmente incluída no programa, não significa ter poder de decisão na gestão dos recursos monetários advindos do programa.

Para algumas mulheres, a inserção no programa se deu exclusivamente pela impossibilidade de participação do seu cônjuge, se tornando esta mera fornecedora dos seus dados para realização do cadastro e obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), colaborando para a (in)visibilidade da função social das mulheres no meio rural e inviabilizando a conquista da autonomia financeira dessa mulher em relação ao seu conjugue. Nesse sentido, Siliprandi (2011) destaca que as mulheres agricultoras ainda são invisibilizadas como trabalhadoras e como cidadãs, pois o homem é considerado como produtor rural e as mulheres apenas como ajudantes, permanecendo estas, restritas ao mundo doméstico.

Porém, em contexto de desigualdade de gênero, a titularidade na DAP, também se constitui como reconhecimento, as mulheres passaram a ter seus nomes como titulares em diferentes cadastros e não mais como cônjuges. Como destaca Hora e Butto (2014, p. 28), “a dupla titularidade da terra e da DAP garantiu o direito das mulheres em serem protagonistas e beneficiárias diretas em diferentes programas e políticas, dentre eles, os de inclusão produtiva (Crédito, Ater, Programa de Aquisição de Alimentos e outros)”.

Nesse sentido, os novos arranjos institucionais juntamente com arcabouço normativo, possibilitaram a qualificação das mulheres como sujeitos de direito e garantiram sua participação nas Políticas Públicas. Destaca-se o caso de 35% das mulheres entrevistadas, que acessaram inicialmente a DAP para fins exclusivos de inserção no PAA.

"eu fui na EMATER tirar a DAP pra participar porque meu marido não quis ir e me cadastrei porque é uma coisa muito boa ajuda na renda" (AF26, 2018).

"eu decidi porque ela disse que era muito bom e resolvi tirar a DAP pra vender também e não me arrependi" (AF13, 2018).

"eu fui na SEMTRAS porque já possuía a DAP no meu nome porque meu marido era doente, resolvi participar era uma grande ajuda pra nós, tinha produto que extravaga e depois do PAA quase não se estraga mais, é um dinheiro certo" (AF17, 2018).

Este estudo também buscou verificar quais aspectos positivos e negativos do PAA, na percepção das agricultoras. Com referência as vantagens proporcionadas, os interesses são múltiplos e alguns deles são identificados na questão socioeconômica. A renda se destaca nos relatos, tratando o PAA como uma canal de comercialização seguro e pagamento de preço justo aos produtos. Nesse sentido, Siliprandi e Cintrão (2011), destacam que o PAA, em suas diversas modalidades, incontestavelmente:

[...] valoriza o trabalho feminino, ao criar canais de comercialização para seus produtos, a um preço justo e com formas de operação que atendem às suas necessidades (entregas parceladas, constantes, em pequenas quantidades). No entanto, ainda existem fortes desafios para que possa contribuir de maneira efetiva para a construção de uma maior autonomia econômica das mulheres (p. 28).

Nesse sentido, o PAA se apresenta às agricultoras como oportunidade de inclusão socioeconômica, propiciando segurança no pagamento pela comercialização de seus alimentos. Outros aspectos relacionados as vantagens do PAA percebidos pelas mulheres, dizem respeito a melhorias na qualidade de vida,

da autoestima, tornando-se estímulo para sua permanência no campo, e com destaque especial no seu papel para a redução dos índices de insegurança alimentar no município com a distribuição dos produtos para população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A percepção das agricultoras demonstra um nível satisfatório em relação as vantagens do programa. Pesquisas em regiões diversas do país demonstram, assim como as mulheres agricultoras da Região Metropolitana de Santarém, que outros agricultores concordam ser justo o valor pago aos produtos, percebem o PAA como um mercado garantido que oportuniza fonte de renda segura, que até então não era possível aos agricultores (AGAPTO et al., 2012; CAMARGO et al., 2013; HOLANDA et al., 2013).

Destaca-se que alguns objetivos do programa vêm sendo alcançados, principalmente no que concerne a melhoria de renda e da economia familiar. O PAA representa aumento anual médio de 43% na renda familiar das mulheres agricultoras. Propiciou investimentos com insumos e equipamentos, culminando com aumento médio de 28% na produção. No entanto, muitos desafios ainda precisam ser superados, e alguns entraves e/ou dificuldades são apresentados nas narrativas das mulheres agricultoras, sem dúvida são questões importantes.

O PAA possui cota anual de recursos por agricultor familiar, correspondente a R\$ 6.500,00. No entanto, no município de Santarém, como forma de atender a todos os agricultores cadastrados no programa, foi realizado rateio do recurso repassado ao município, diminuindo assim o valor da cota individual dos beneficiários.

Para as mulheres agricultoras, sendo que a cota individual se apresenta com valor baixo, a diminuição do valor tornou-se desvantagem do programa, como aludido por algumas entrevistadas "*O valor da cota é baixo devido ao rateamento pra beneficiar todos os produtores*" (AF7, 2018); "*a cota é pequena e deveria aumentar todo ano e faz é diminuir*" (AF19, 2018, 2018). Ainda assim, as agricultoras mostram-se exultantes com sua participação no PAA, considerando apenas que esses pontos necessitam de aprimoramento.

Outro fator que se apresenta como aspecto negativo no PAA para algumas entrevistadas, refere-se a demora no pagamento²⁶, "*demora pra sair o pagamento e*

²⁶ O pagamento aos fornecedores é executado por meio de um cartão magnético pela instituição financeira oficial. Após o atendimento de todas as normas referentes ao programa, os valores são

também no cronograma que nem sempre bate com a produção" (AF26, 2018); *"demora no pagamento"* (AF18, 2018). Essa é uma questão apresentada em estudos de outras regiões, mas que para Currelero e Santana (2007); Soares (2007); e Müller et al. (2007), é uma temática que ainda não foi contornada.

Ademais, o PAA na concepção das mulheres agricultoras, não se constitui somente com impactos positivos para os agricultores, da mesma forma, cumpre função de utilidade pública ao propiciar a doação de alimentos saudáveis à entidades sociais e às famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional conforme relata a agricultora *"preço justo, distribuição dos produtos para a população necessitada"* (AF7, 2018).

Além dos elementos já citados, outro fator limitante relatado pelas agriculturas é a ineficiência e/ou ausência de assistência técnica, *"Não tem assistência técnica e também falta capacitação pra gestão da produção e financeira"* (AF23, 2018), *"Falta de assistência técnica"* (AF4, 2018). A presença da assistência técnica nas propriedades diminuiria alguns impactos negativos, como a perda de plantio e a limitação para agricultura mais diversificada.

A assistência técnica se apresenta de forma ineficiente ou inexistente no acompanhamento produtivo. Para as mulheres, a presença desta seria fator decisivo no fortalecimento da agricultura, possibilitando produtos com melhor qualidade. No entanto, poucas mulheres agricultoras receberam assistência técnica e de forma esporádica, com intervalos grandes de visitas, ou apenas uma visita. A maioria tem interesse em receber assistência técnica, mas demonstra certa desconfiança, pelos fatos relatados por outros agricultores que foram abandonados no meio do processo por técnicos ligados as instituições públicas de assistência.

Grisa (2012, p.240), com a colaboração de outros autores (Grisa *et al*, 2010; Doretto e Michellon, 2007; Carvalho, 2007; Cordeiro, 2007; Matei, 2007), destaca que além dos fatores já mencionados:

[...] outros fatores limitam e interferem na implementação do referencial de política pública do PAA, como, por exemplo, a falta de assistência técnica e de articulação com outras políticas públicas que poderiam dinamizar e potencializar o Programa; a carência de serviços de inspeção sanitária que limitam a comercialização principalmente de produtos de origem animal; a inoperância das instâncias de controle social em muitos municípios; as dificuldades operacionais do Programa (elevada burocracia, atraso nos

depositados para cada agricultor que poderá fazer o saque nos terminais financeiros quando julgar necessário (MATTEI, 2007).

pagamentos, acesso à internet etc.); e as deficiências de estruturas de transporte, armazenamento e conservação dos alimentos até o momento do consumo [...]. Estes também são desafios para o aperfeiçoamento do PAA, visando efetivar o seu referencial de política pública (p.240).

Nesse sentido, a inexistência da assistência técnica torna-se um fator limitante, devido as mulheres agricultoras sentirem dificuldade de organizar e planejar o processo produtivo. Além de que a presença da assistência técnica possibilitaria produtos de melhor qualidade e o atendimento as exigências do programa no que se refere aos padrões dos produtos. (Doretto e Michellon, 2007; Mattei, 2007; Botelho et al., 2007). Corroborando Rocha et al. (2007), destaca a necessidade de se realizar articulação que envolvam as políticas de apoio à produção e as políticas de apoio à comercialização.

Nesse contexto, Grisal et al. (2011), faz ponderação importante ao destacar que:

[..] as instituições de assistência técnica nos Estados vêm sofrendo processos de desestruturação, o que interfere na quantidade e qualidade dos seus recursos materiais e humanos e, por conseguinte, na capacidade de cumprirem com seus papéis nos arranjos institucionais do PAA (p.19).

A falta de assistência técnica representa um fator que contribui para algumas limitações das mulheres nas atividades agrícolas. Tendo a assistência técnica integrada as ações do PAA, as agricultoras teriam melhores condições de organizar e planejar a produção para assim atender aos requisitos estabelecidos pelo programa (Grisa et al., 2012 e Mattei, 2007).

Até meados da década de 1990, as Políticas Públicas direcionadas a Agricultura Familiar, não possuíam foco específico que visassem a discussão sobre desigualdade de gênero no meio rural. A partir desse contexto, com intuito de ampliar a participação das mulheres rurais de forma efetiva nos processos de produção e comercialização, importantes ações de reconhecimento do trabalho feminino e equidade no acesso as Políticas Públicas foram implantados, tais como: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2004); Crédito Especial para Mulheres –Pronaf Mulher (2003/2004); Assistência Técnica Setorial para Mulheres (2005); Programa de Organização Produtiva para as Mulheres Rurais (2008); Criação da Modalidade Adicional de Crédito para Mulher na Reforma Agrária – Apoio Mulher (2008) (BUTTO e HORA, 2014).

No entanto, as mulheres entrevistadas aos serem questionadas sobre o acesso a algumas dessas políticas, informaram ausência de conhecimento sobre as

mesmas e/ou relatos de dificuldade de acesso as políticas já conhecidas pelas agricultoras. Fazendo-se necessário que as ações de governo, complementares ao Programa de Aquisição de Alimentos, possam ser estruturadas e adequadas as realidades das mulheres rurais, propiciando o usufruto de programas de assistência técnica, possibilitando práticas gerenciais e organização econômica de suas atividades.

Para as mulheres agricultoras dos municípios de Belterra e Mojuí dos Campos (participaram do programa entre 2012 e 2017), o corte das referidas agricultoras no programa a partir do ano de 2018, apresenta-se de forma unânime como ponto negativo “*nós ficamos fora porque só ficou quem é de Santarém*” (AF25, 2018). Devido a impossibilidade de vender seus produtos ao programa, torna-se difícil vender a produção em outro canal de comercialização e com o mesmo valor pago pelo PAA. Nesse sentido, o programa é concebido como um importante canal de comercialização com possibilidades de agregar valor, mas, possui limitações estruturais, técnicas e orçamentarias, que afetam diretamente a inclusão produtiva e/ou permanência das agricultoras no programa.

Nesse contexto, Müller et al. (2007) reforça que a descontinuidade da participação em programas, diminui as possibilidades de planejamento da produção. Para Mattei (2007), os efeitos da interrupção do programa, é maior para os fornecedores, cuja a participação tenha sido fundamental para a inserção nos mercados locais. O autor acrescenta que para os fornecedores que possuem outros meios de comercializar seus produtos (feiras, supermercados, outros programas institucionais, etc.), a finalização do fornecimento ao programa, revela-se somente como um processo de readequação a outros lugares de comercialização.

De forma geral, o PAA na concepção das mulheres agricultoras, se apresenta como um meio importante de comercialização dos seus produtos por um preço justo e garantia de pagamento. O programa também contribui para o desenvolvimento da agricultura familiar, possibilitando mudanças e oportunidades, sejam na produção ou em relação ao bem estar familiar.

As mulheres ao longo da história fizeram grandes transformações em sua vida familiar e na sociedade, tornando-se também importantes promotoras de segurança alimentar. Nesse sentido, a percepção das mulheres agricultoras ao relatarem as mudanças e oportunidades possibilitadas pela participação no PAA,

está envolta ao convívio familiar, direcionado principalmente ao bem estar da familiar em seus diferentes aspectos, conforme alguns relatos.

"trouxe mudanças na casa e no bem estar da família" (AF3, 2018).

"poder produzir mais e ter uma renda maior e dar uma vida melhor pros meus filhos" (AF17, 2018).

"ajudar na educação dos meus filhos" (AF18, 2018).

"eu passei usar menos agrotóxico pra ter um produto melhor pra saúde do meu filho também" (AF13, 2018).

"a construção da minha casa com mais segurança e conforto e novas oportunidades de aumentar a cota que atualmente não é atingida pelo programa para entrega" (AF7, 2018).

Como destacado por Herrera (2015), as mulheres assumem função primordial, por serem responsáveis pelos modos de manutenção e reprodução da agricultura familiar, ainda que, as circunstâncias vivenciadas, se apresentam nas desigualdades em relação aos homens. "As atividades realizadas pelas agricultoras em seus cotidianos são essenciais para a subsistência biológica e socioeconômica das famílias, para o bem estar, para a segurança alimentar e preservação do meio ambiente" (p. 4).

Para as mulheres agricultoras o PAA propicia recursos que viabilizam a aquisição de equipamentos contribuindo na melhoria da produção, compras de eletrodomésticos que atendam às necessidades da família, além de meios de locomoção que propiciem momentos de lazer a família e transporte da produção.

Alguns relatos exemplificam essa questão.

"aquisição de equipamentos que ajudam na produção" (AF5, 2018).

"nós conseguimos comprar um transporte que facilitou mais a nossa vida e também a venda dos produtos com um preço melhor" (AF15, 2018).

"eu consegui comprar algumas coisas pra casa que não tinha antes como uma televisão melhorzinha e uma geladeira" (AF21, 2018).

"nós compramos um freezer que agora guarda a polpa que antes estragava e aí tem produto pra vender por mais tempo" (AF23, 2018).

"a instalação do sistema de irrigação ajudou a aumentar a produção e vender mais" (AF6, 2018).

"na vida, antes não podia comprar nada, agora já posso, já tenho minha bajara, antes não tinha energia agora já tenho um motor que não fico mais no escuro a noite" (AF16, 2018).

Foto 10 - Bajara adquirida com recursos da comercialização do PAA/ comunidade Piracãoera de Baixo



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O transporte fluvial para as mulheres agricultoras da Várzea, se apresenta como principal meio de transporte para a locomoção entre a comunidade/cidade e comunidade/comunidade, assim como para transportar a produção agrícola, seja para entrega ao PAA ou para outros mercados locais. Nesse sentido, sua aquisição é considerada um fator determinante na contribuição do desenvolvimento e fortalecimento das atividades econômicas nas regiões de Várzea.

Os investimentos em equipamentos, transportes, entre outros, são essenciais para gerar e ampliar renda, assim como aumentar a produção na agricultura familiar. Estudos apresentados por Deere e Léon (2002) mostram que elementos como a posse de terras e aquisição de bens de forma geral pelas mulheres, tornam-se componentes importantes que contribuem na construção do empoderamento e autonomia econômica. Nesse sentido, as autoras asseveram que “a posse de bens, mesmo por parte de uma mulher pobre, expande o leque de atividades geradoras de renda em que ela pode se envolver o que aumentaria as suas opções de estratégias disponíveis” (p. 40).

Outro fato percebido pelas mulheres agricultoras como mudanças significativas proporcionadas pelo PAA, refere-se ao reconhecimento da categoria e principalmente das mulheres agricultoras. Conforme relatos “*é o reconhecimento do agricultor que tanto sofre*” (AF9, 2018); “*o PAA veio pra reconhecer a agricultura familiar, e principalmente as mulheres*” (AF4, 2018). Corroborando com as afirmativas das agricultoras, Siliprandi e Cintrão (2011), destacam a importância da participação da mulher nas Políticas Públicas voltadas para agricultura familiar

afirmando que “a modalidade de Compra com Doação Simultânea tem um grande potencial de ser “apropriada” pelas mulheres rurais, seja individualmente ou através de grupos produtivos” (p. 21).

Nesse sentido o PAA se concebe como ação governamental, que contribui para a melhoria das condições dos agricultores familiares, contribuindo com ininterruptão do foco no trabalho agrícola, apresentando novas perspectivas para a permanência no campo, e principalmente possibilitando oportunidades econômicas as mulheres agricultoras.

6.2 MULHERES AGRICULTORAS E A RELAÇÃO ESTABELECIDADA COM O PAA

Nesta subseção, buscamos apresentar recuperando algumas leituras das entrevistadas, sobre a relação estabelecida da mulher agricultora com o PAA. A maior proximidade dessa relação com o programa se dá como espaço favorável para conquista da autonomia.

"possibilita autonomia econômica, chance de melhorar a situação, mercado para comercializar de forma melhor o seu produto" (AF7, 2018).

"eu acho que representa um avanço pra as agricultoras e é uma autonomia" (AF13, 2018).

"ter vez e voz e se colocar diante do poder, falar o que acha e o que quer, ter autonomia e não precisar pedir do marido pra comprar calcinha" (AF5, 2018).

"o direito adquirido e que precisa ser cumprido. Possibilita a autonomia, porque tem mulher que nem marido tem e precisa sustentar a família" (AF6, 2018).

"é uma prioridade pra mulher agricultora, ajuda na autonomia financeira das mulheres" (AF14, 2018).

Os relatos expressam, a possibilidade do programa como mecanismo de conquista de autonomia. Conforme proposto no trabalho e defendido por Garcia et al. (2013), a autonomia é concebida como “a capacidade de gerenciar o próprio destino, rompendo com a intrincada rede de relações na qual ocupa uma condição subalterna, sempre barganhando pelo reconhecimento dos direitos elementares, como de ter voz ativa nas decisões, integridade física e mobilidade de ir e vir” (p. 253).

Corroborando, Butto et al. (2014) afirmam que:

A conquista da autonomia influenciou em seu bem-estar, aqui entendido como mudanças que interferem positivamente nas condições individuais das pessoas e reposicionam seu poder de negociação no interior da família.

Já que as decisões familiares são balizadas por fatores externos, neste caso específico, houve reposicionamento das mulheres a partir da conquista da renda (p. 111).

O PAA se constitui instrumento importante de Estado na intervenção na realidade das mulheres rurais, tendo como mecanismo um canal de comercialização, que propicia de forma direta e indireta, a promoção da autonomia. Siliprandi e Cintrão (2011), afirmam que as políticas estatais de fortalecimento das organizações produtivas de mulheres rurais promovem a autonomia econômica das mulheres, “a participação das mulheres nesse tipo de atividade pode ajudar a melhorar a renda e promover a autonomia econômica, bem como aumentar a autoestima” (p.13).

Com acesso ao PAA, as entrevistadas sentiram-se valorizadas, principalmente por poderem contribuir com a melhoria da vida de sua família. Esse sentimento de valorização contribui na superação de valores e preconceitos, que possam impedir sua plena realização como agricultoras.

"é uma conquista importante que traz reconhecimento e ajuda a mulher ter vez no mercado" (AF11, 2018).

"uma ajuda pra nós agricultoras, pena que não atinge todas porque é muito importante pra melhorar nossa vida, representa uma conquista e valorização da mulher" (AF17, 2018).

"segurança pras mulheres, principalmente as que não tem um marido pra ajudar igual eu, melhoria na nossa vida" (AF10, 2018).

"é bom porque estamos lá na frente e tem que ser o esteio de tudo isso, é uma oportunidade" (AF19, 2018).

"pra me é um impulso pras mulheres se sentirem valorizadas, ter orgulho de fazer parte da agricultura, as mulheres tem medo de meter a cara muitas vezes e é tão bom quando a gente tem nosso próprio dinheiro" (AF20, 2018).

"eu acho que é a valorização da mulher agricultora é uma oportunidade na nossa vida" (AF13, 2018).

No contexto de valorização do trabalho das mulheres rurais, a percepção das mulheres entrevistadas, direciona-se à viabilidade na participação da produção e comercialização, assim como sua visibilidade nos espaços sociais e nas relações familiares. No contexto das relações familiares, geralmente envolvidos de conflitos originados da divisão sexual do trabalho, a valorização do trabalho das mulheres propicia seu reposicionamento no núcleo familiar (HIRATA, 2010). Assim, ter a comercialização dos produtos formalizada no seu nome no mercado institucional,

entendido como forma de valorização do seu trabalho, lhe traz a possibilidade de conquista de autonomia.

Por meio das organizações das mulheres, vários caminhos nas últimas décadas foram percorridos para a consolidação de Políticas Públicas que transformassem a realidade das mulheres rurais, no sentido de romper com a desvalorização do trabalho feminino, e principalmente as desigualdades de gênero no meio rural. Corroborando, Paulilo (2009), Farah (2004) e Soares (1994), reiteram que a partir da década de 1980, mudanças significativas ocorreram possibilitando a organização e mobilizações coletivas, com foco a demandar reconhecimento e a valorização do trabalho das mulheres rurais.

De acordo com Woortman (1991), a valorização das mulheres rurais, está diretamente ligada a realização de suas atividades produtivas, podendo estas serem minimizadas quando não apresentam resultados esperados pela sociedade tradicional, mas também podem elevar, quando se transformam em recursos que contribuem com a renda familiar.

Integrando à percepção das mulheres, no que concerne o PAA como conquista da autonomia, o empoderamento é percebido dentro do ponto de vista emancipatório. Para essas mulheres, se libertarem dos vínculos de dependências, principalmente dos seus cônjuges, é uma conquista que as tornam protagonistas de suas próprias histórias. Em síntese a conquista da autonomia econômica contribui para a emancipação individual dessas mulheres.

Os relatos apresentados, demonstram as possibilidades emancipatórias que os recursos percebidos pelo PAA propiciam a essas mulheres:

"é mais uma renda e mostra que as mulheres também pode produzir e vender sem depender só dos seus maridos" (AF24, 2018).

"acho que significa a conquista de muitas mulheres como vejo aqui na comunidade e elas podem investir em si mesmas" (AF25, 2018).

"um incentivo muito grande muitas mulheres passaram a participar mais da produção e até produzir por conta do PAA e também muitas delas deixaram de depender só do marido porque não tinha nenhuma renda antes" (AF26, 2018).

"é um incentivo pra nós agricultoras pra trabalhar mais e não depender dos nossos maridos" (AF18, 2018).

"ter vez e voz e se colocar diante do poder, falar o que acha e o que quer, ter autonomia e não precisar pedir do marido pra comprar calcinha" (AF5, 2018).

Nesse sentido, partindo do indicativo de melhoria da condição socioeconômica, Fernandes (2008, p.39), evidencia que “para as mulheres rurais, a autonomia econômica é o primeiro passo para emancipação e superação da sua condição de subordinação em relação aos pais e maridos”, destarte, a autonomia econômica contribui com o fortalecimento em diversos aspectos da vida dessas mulheres.

A partir do enfoque emancipatório, o empoderamento das mulheres agricultoras, se apresenta no momento em que estas auferem recursos que lhe propiciem ter voz, vez e capacidade de ação e decisão. Contudo, Horochovski e Meirelles (2007) destacam que a obtenção destes recursos, nem sempre ocorre de forma espontânea ou imediata, sendo necessária a interferência de ações externas executadas por indivíduos e/ou por organizações. Acrescentam que muitas vezes esses sujeitos propícios ao empoderamento se encontram em desvantagem e, materializado “em projetos de combate à exclusão, promoção de direitos e desenvolvimento, sobretudo em âmbito local e regional, mas com vistas à transformação das relações de poder de alcance nacional e global” (HOROCHOVSKI, MEIRELLES, 2007, p.486).

Nessa perspectiva, o empoderamento:

[...] passa pelo aprofundamento da democracia mediante ampliação da cultura política e da participação cidadã. Empoderar, aqui, significa conquista de vez e voz, por indivíduos, organizações e comunidades, de modo que esses tenham elevados níveis de informação, autonomia e capacidade de fazer suas próprias escolhas culturais, políticas e econômicas (HOROCHOVSKI, MEIRELLES, 2007, p.493-494).

Sinteticamente, Deeré e León (2002), Lisboa (2000) e Oliveira (2004), contribuem com as afirmativas das mulheres, ao destacarem que o empoderamento da mulher se inicia a partir da autopercepção sobre sua capacidade e seus direitos, manifestando-se no processo de tomada de decisão, no poder de ter vez e voz. Nesse sentido, afirmam ser o empoderamento, o ponta pé inicial para conquista da cidadania, possibilitado pelo acesso a projetos com foco a demandar Políticas Públicas, referindo-se também a obtenção de informação, conhecimento, técnicas e recursos financeiros.

O PAA se configura como possibilidade de ampliar as oportunidades de renda, trabalho e inclusão produtiva para as mulheres agricultoras da região metropolitana de Santarém, contribuindo para reconfiguração na divisão sexual do

trabalho dentro das unidades produtivas. Além disso, propicia a valorização dessas mulheres, repercutindo no fortalecimento de sua autoestima, em seu empoderamento e na conquista da autonomia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou, apresentar uma análise dos desdobramentos da inserção das mulheres rurais nos mercados institucionais, especificamente no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para construção da sua autonomia. Partiu da contextualização histórica sobre a execução do Programa e a participação das mulheres na luta por seus direitos e autonomia, assim como impactos dessa Política Pública na vida das mulheres cadastradas como beneficiárias fornecedoras.

A relevância desse estudo, se apresenta na análise do processo de inserção das mulheres rurais em Políticas Públicas implementadas pelo governo municipal de Santarém, mas que atinge diretamente os demais municípios da RMS. A operacionalização e os instrumentos estratégicos de implementação do PAA, serviram como ponto de partida para nossa análise. Contudo, o olhar para análise da inserção das mulheres, permitiu compreender as contribuições e as frustrações destas, entre as aspirações iniciais, a realidade vivenciada e as ações implementadas pelo programa.

Cabe ressaltar, que existem poucos trabalhos, principalmente na região norte, sobre a questão de gênero diretamente ligada a participação das mulheres do trabalho produtivo no campo, especialmente no que refere a Políticas Públicas que possuem cotas ou são destinadas exclusivamente as mulheres rurais. Os trabalhos em sua maioria concentram-se na região sul e sudeste, se fazendo necessário pesquisas da temática na região amazônica.

A análise da problemática apresentada, referente a promoção da autonomia das mulheres rurais por meio da inserção no PAA, considerou o contexto em que estão inseridas, as dinâmicas produtivas, assim como contexto mais amplo das Políticas com foco na questão de gênero, no entanto sem desconsiderar as responsabilidades da esfera municipal como principal agente de mobilização e implementação dessas políticas. A pesquisa veio no intuito de complementar as discussões que envolvem as mulheres rurais participantes do PAA, assim como contribuir no debate a respeito da execução do programa, buscando compreender a relação do PAA na consolidação da promoção da autonomia dessas mulheres.

O arranjo institucional para implementação e operacionalização do PAA na modalidade “Compra Direta com Doação Simultânea”, constituiu-se da estratégia de diversos atores sociais e o papel da gestão municipal no incentivo aos agricultores,

principalmente para contrapor os impactos sociais e ambientais causados pela expansão do agronegócio na região. Em sua implementação, esse arranjo propiciou inicialmente a incorporação dos agricultores do município de Belterra e Mojuí dos Campos, tendo como abrangência a RMS, mas posteriormente (2017), por questões legais da abrangência do programa, os agricultores desses municípios tiveram seus cadastros cancelados, confirmando a descontinuidade do programa, representando uma queda de forma significativa na renda das mulheres agricultores dos referidos municípios.

A operacionalização no município de Santarém se apresenta como única no Estado do Pará em 2018, assim como sua abrangência de atuação se limitou aos fornecedores de Santarém nesse mesmo ano, descredenciando os agricultores dos demais municípios da RMS, sendo concebido como importante canal de comercialização com possibilidades de agregar valor, mas, que possui limitações estruturais, técnicas e orçamentárias, que afetam diretamente a inclusão produtiva e/ou permanência das agricultoras no programa..

O estudo apontou longo período de exercício de atividade na agricultura pelas mulheres, com destaque para as agricultoras aposentadas que continuaram ativas em suas atividades mesmo após o benefício, motivadas pelas oportunidades de mercado que surgiram com acesso ao PAA e a possibilidade de aumentar a renda.

Sobre a participação das mulheres no processo produtivo, evidenciou-se jornada de trabalho dupla e/ou tripla, com a divisão do tempo entre a roça e os serviços domésticos, justificado pelo contexto histórico de desigualdades de gênero, enraizada nas estruturas “harmônicas” das famílias. Porém, o estudo aponta que as práticas produtivas das mulheres fornecedoras sofreram influência direta do PAA, possibilitando o investimento na ampliação da estrutura de produção, incremento de novas ferramentas e técnicas agrícolas como sistema de irrigação e aquisição de maquinários por meio de financiamento que se tornaram possíveis, em favor, do pagamento recebido com a comercialização no programa. Mas não foi possível perceber em que medida essas mulheres possuem capacidade de decisão sobre as questões que lhe dizem respeito, do ponto de vista emancipatório, necessitando de maior aprofundamento sobre a temática.

Outro aspecto observado é a gestão do recurso da renda monetária provinda da comercialização dos produtos para o programa, o estudo apontou número

significativo de mulheres, que mesmo sendo detentoras do cadastro e executoras das atividades agrícolas, não têm o poder de decisão dos gastos, demonstrando que o programa, propicia renda a essas mulheres, mas não o poder de decisão desses recursos. Mas, observou-se também, dentro do contexto das transformações econômicas ocorridas, a conquista da autonomia das mulheres por auferirem recursos e aumento da renda, com possibilidade de gerenciar seus próprios destinos, conquistando sua emancipação e superando a condição de subordinação em relação aos cônjuges.

As mudanças geradas pelo PAA se constituem com uma gama de vantagens, ao estabelecer novas relações sociais às mulheres, propiciando participação ativa nos processos de decisão e conseqüentemente contribuindo para autonomia das mulheres rurais, sendo notável seu caráter estruturante, no sentido de promover mudanças em diferentes níveis no processo de produção e nas capacidades organizativas das mulheres agricultoras. No entanto, apresenta desafios que precisam ser superados, a exemplo do cronograma de entrega de produção, o calendário de pagamentos a ser cumprido, sendo aspectos prejudiciais as fornecedoras, além da efetividade no cumprimento da cota estabelecida para as mulheres, constituindo-se como Política Pública eficiente, implementando ações por meio de estratégias com foco a visibilidade as mulheres rurais, contribuindo de fato e de direito para emancipação e autonomia das mulheres.

A participação no programa influencia na conquista da autonomia econômica das mulheres, mas, mostra que esse é um processo em construção e se encontra em vários estágios não se consolidando ainda de forma igualitária para todas, pois os efeitos do programa vem ocorrendo de forma diferenciada entre o grupo, e principalmente no que concerne a relação de gênero, ao analisar as relações plurais que levam a subordinação e manifestação de poder entre homens e mulheres.

Foi observado o aproveitamento de potenciais existentes como iniciativas de novos investimentos, entre eles o aumento da área cultivada, diversificação da produção, aproveitamento de produtos antes não utilizados, maior uso de insumos e equipamentos, maior controle de qualidade, entre outros. Essas significativas mudanças, podem ser dificultadas por alguns desafios operacionais a descontinuidade da participação no programa.

Não obstante, mesmo com as mudanças estruturais observadas que poderiam colaborar com a inserção dos produtos em outros mercados agrícolas que

não o institucional, a conquista desses espaços comerciais continuam sendo um obstáculo para as mulheres agricultoras, pois o programa não está propiciando o acesso a novos mercados, devido principalmente as limitadas possibilidades de comercialização na região e as vantagens oferecidas, tornando-se principal ou única opção de mercados para essas agricultoras. A venda da produção realizada em maioria ou exclusivamente para o PAA, é um fator preocupante, porque o programa pode estar causando dependência nas agricultoras.

O PAA é um importante canal de comercialização com possibilidades de agregar valor, mas, que possui limitações estruturais, técnicas e orçamentárias, que afetam diretamente a inclusão produtiva e/ou permanência das agricultoras no programa. Assim como também socializar com os setores interessados para que possa subsidiar na melhoria do desenvolvimento de Políticas Públicas que visam principalmente, a promoção de autonomia econômicas das mulheres agricultoras, por meio da inserção delas nas atividades de produção e comercialização.

A partir da concepção das mulheres, percebemos que as políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos, com cotas específicas para as mulheres, constituem-se como possibilidades de geração de renda, colaborando para a autonomia econômica e propiciando o empoderamento. Assim, a inserção no PAA, oportuniza acesso a ações com foco a minimizar as desigualdades de gênero que historicamente permeiam o meio rural, principalmente nos espaços produtivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.

AGAPTO, J. P. et al. Avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. 2012 Disponível em <<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/IE/2012/tec2-03-04-2012.pdf>>. Acesso em: 10 Jun. 2018.

ALVES, M. F. **Gênero e crédito no Oeste Potiguar**: uma experiência de inclusão e articulação. Discutindo a experiência do Pronaf Mulher no Oeste Potiguar. Brasília: MDA, 2007.

ALVES, M. F. P. **Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais**: discutindo a experiência do PRONAF mulher no oeste potiguar. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7, Quito. v. 1, p. 1-24. 2006.

ANDRADE, É. R.; GOMES JUNIOR, N. N. Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 2, p. 392, 2013. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/14327/10749>. Acesso em: 10 Jun. 2018.

BESSE, S. Modernizando a desigualdade. São Paulo: EDUSP, 1999.

BETTO, J. CHEGA DE FICAR DE FORA JÁ CHEGOU A HORA DE PARTICIPAR, TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MMC/SC E O ENGAJAMENTO MILITANTE DAS DIRIGENTES “JOVENS CAMPONESAS”. 2016. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS. Disponível <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8931/BETTO%2c%20JANAINA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 Jun. 2018.

BOJANIC, A. J. (Coord.). **Superação da fome e da pobreza rural**: iniciativas brasileiras. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2016. p. 252.

BONI, V. **Poder e igualdade**: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), Florianópolis - SC, v. 12, p. 289-302, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21703.pdf>>. Acesso em: 20 Jul. 2018.

BOTELHO, F. et al. Estudo do impacto do PAA sobre os arranjos econômicos nas regiões nordeste e sul do Brasil. In: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. Cadernos de estudo: desenvolvimento social em debate: síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS, n.5, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sistema de Informações Territoriais. 2017. Disponível em:<<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em: 10 de Jan. de 2018.

BRASIL. Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres. Caderno de Formação – Brasília: SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, MMIRDH, 2016.

BRASIL. Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais – DPMR/MDA. Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil. 2015, 30p. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_RURAIIS_NO_BRASIL.pdf>. Acesso em: 30 Jul. 2018.

BRASIL. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS. MANUAL OPERATIVO MODALIDADE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA OPERAÇÃO POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO, 2014. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf>. Acesso em: 30 Jan. 2018.

BRASIL. Resolução Nº 59 de 10 de julho de 2013. Estabelece as normas que regem a modalidade Compra com Doação Simultânea, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/co%01pia_de_Resoluc%27a%03o_ggpaa_59_DS_pg1_%281%29.pdf>. Acesso em 20 dez 2017>. Acesso em: 10 Jan. 2017.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: edição especial, Brasília, v.2, n.4, dez. 2012. Disponível em:<<http://www.observatoriodegenero.gov.br/revista-observatorio2-30-11-final1.pdf>>. Acesso em: 27 Abr. de 2018.

BRASIL. LEI Nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm>. Acesso em: 20 Jan. 2017.

BRASIL. Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011. Diário Oficial da União. Disponível em:<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=92&data=17/08/2011>>. Acesso em: 20 Jan. 2017.

BRASIL. Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011. Diário Oficial da União. Disponível em:<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=92&data=17/08/2011>>. Acesso em: 20 Jun. 2017

BRASIL. 2006. Lei nº 11 326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 20 Jan. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Relatório de Implementação – 2005, 2006, 116p. Disponível em <

<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/pnpm-relatorio.pdf>>. Acesso em: 20 Jan. 2017.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Cirandas do Pronaf para Mulheres. Brasília, 2005.

BRASIL. LEI Nº 10.696, DE 02 DE JULHO DE 2003. Diário Oficial da União. <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=03/07/2003>>. Acesso em: 02 Jan. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 13 de Jan. 2017.

BRUMER, A.; PAULILO, M. I.. As Agricultoras do Sul do Brasil. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12(1), p. 171-174, jan.-abr., 2004. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100009>>. Acesso em: 20 Mar. 2018.

BRUMER, A.; WEISHEIMER, N. Agricultura e políticas públicas para as mulheres rurais no âmbito de Mercosul. In: MDA-PPIGRE- Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. Brasília: MDA-NEAD, 2006, p. 189-256.

BUGNI, R. P. **Políticas Públicas para as mulheres no Brasil**: análise da implementação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito nacional. São Paulo, 2016. 215f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós Graduação em Gestão de Políticas Públicas, escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-29092016-192652/pt-br.php>>. Acesso em: 30 Jul. 2017.

BUTTO, A. Género y el presupuesto participativo en Recife. BOLETÍN DE BRIDGE, v. 12, p. 4-4, 2003.

BUTTO, A. **Políticas para as mulheres rurais**: Autonomia e cidadania. In BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (orgs). Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. P. 11-34. Disponível em<<http://repositorio.iica.int/bitstream/11324/6967/1/BVE18040146p.pdf>>. Acesso em: 20 Jan. 2017.

BUTTO, A.; DANTAS, I. (orgs). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural / – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p. Disponível em <<http://repositorio.iica.int/bitstream/11324/6967/1/BVE18040146p.pdf>>. Acesso em: 20 Mar. 2017.

BUTTO, A.; DANTAS, I.; HORA, K. **Políticas públicas para mulheres rurais**: uma história de 10 anos. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, Brasília: SPM, v. 5, p. 130-140, 2014. Disponível em<<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes>>. Acesso em: 15 Jan. 2017.

BUTTO, A.; FARIA, N., HORA, K.; DANTAS, C.; NOBRE, M., (orgs). **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania /Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 par. Revista de Ciências Sociais. n. 38, p. 251 – 269, abr. 2013. Disponível em < <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/07/MulheresRuraisEAutonomia.pdf>>. Acesso em: 20 Jul. de 2017.

CAMARGO, E. A. O. M.; GOMES, R. R. S.; MEIRA, B. C.; BORSATTO, R. S. **Programa de aquisição de alimentos (PAA) como instrumento de fortalecimento de assentamentos rurais**: o caso do assentamento 23 de maio, Itapetininga, Estado de São Paulo. Informações Econômicas, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 18-28, jan./fev. 2013. Disponível em< https://www.researchgate.net/publication/318913326_PROGRAMA_DE_AQUISICAO_DE_ALIMENTOS_PAA_COMO_INSTRUMENTO_DE_FORTALECIMENTO_DE_A_SSENTAMENTOS_RURAIIS_o_caso_do_assentamento_23_de_Maio_Itapetininga_Estado_de_Sao_Paulo>. Acesso em: 13 de Fev. 2017.

CARVALHO, R. R. **Segurança alimentar**: mais do que um conceito, um desafio a ser alcançado. Faculdade de Veterinária - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2008. (Slides). Disponível em:<Disponível em:<<http://jararaca.ufsm.br/websites/departamen/download/Simposio/raulpalestra.pdf>>. Acesso em: 15 Mar. 2017.

COCHRAN, W. G. Sampling Techniques. 3.ed. New York, John Willey & Sons, 1977.

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Resolução nº 80. Brasília: Imprensa Oficial, 2011. Disponível em< http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Resolu%C3%A7%C3%A3o_80_-_Comit%C3%AA_Mulheres_Rurais-2.pdf>. Acesso em: 30 Jan. 2018.

CORDEIRO, A. **Resultados do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**: a perspectiva dos beneficiários. Brasília: Conab, 2007. 76 f.

COSTA, A. A. A. “Trajetória e perspectivas do feminismo para o próximo milênio”. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACEDO, Márcia (orgs). **Metamorfoses**: gênero nas perspectivas interdisciplinares. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998. p. 25-35.

COSTA, J. P. A. C.; ALVES, J. P. A.; PINTO, B. C. M.. **Trabalho e Organização Social**: a Atuação de Mulheres Remanescentes de Quilombolas de São José de Icatu, no município de Mocajuba/Pará.. In: II Congresso Internacional de História UEPG- UNICENTRO ?Produção e Circulação do Conhecimento Histórico no Século XXI ? Universidade Estadual de Ponta Grossa - Paraná, 2015, Ponta Grossa. Anais Eletrônico do I. In: II Congresso Internacional de História UEPG- UNICENTRO.

CURRALERO, C. B.; SANTANA, J. A. Programa de Aquisição de Alimentos nas Regiões Sul e Nordeste. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF, MDS, SAGI, 2007. V. 1, cap. 2, p. 51-105.

DEERE, C. D.; LEÓN, M.. **O empoderamento da Mulher**: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina.1ª ed. Porto Alegre-RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

DELGADO, G.. Pesquisa de avaliação da concepção e implementação do Programa Aquisição de Alimentos – PAA. Relatório de Avaliação do PAA: Síntese. Projeto BRA 03/034 Conab/Pnud Brasil. Fevereiro de 2013

DORETTO, M.; MICHELLON, E. A avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. In: BOTELHO FILHO, F. B.; CARVALHO, A. D. (orgs.). Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Rurais. v.7. n. 27, 2007. p.107-138.

DURAN, M. A. **A dona de casa**: crítica política da economia doméstica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

ESMERALDO, G. G. S. L.. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1 p. 47–71. Jan/Abr. 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>>. Acesso: em 07 Fev. 2018

FARAH, M. F. S.. Administração Pública e Política Pública. Revista de Administração Pública (Impresso), v. 45, p. 813-836, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/11.pdf>>. Acesso em: 07 Fev. 2018.

FERNANDES, S.A. **Gênero e políticas de crédito**: o Pronaf-mulher em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

FERREIRA, A. E. de M.; VIEIRA, I. C. G.. Sustentabilidade urbana na região metropolitana de Santarém, Pará, Brasil nos anos 2000 e 2010. ECONOMÍA, SOCIEDAD Y TERRITORIO, p. 763-795, 2018. Disponível em <<https://est.cmq.edu.mx/index.php/est/article/view/1238/1379>>. Acesso em: 20 Jul. 2017.

FILIPAK, A. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003 - 2015)**: análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos–Marília,2017. 267 f.; 30 cm.Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017. Disponível em<https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/filipak_a_do.pdf>. Acesso em: 20 Jul. 2018.

FRANÇA, C.G.; DEL GROSSI, M.E.; MARQUES, V.P.M.A.. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. MDA, Brasília, DF, Brasil. 2009. p.96. Disponível em:<

<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuario.pdf>>. Acesso em: 20 Nov. 2017.

FREIRE, N. Ações governamentais para os direitos das mulheres. In: Direitos humanos como direitos de todos, sem exceção. Matilde Ribeiro(organizadora). São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

FREY, K.. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000. Disponível em< <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>>. Acesso em: 20 Jan. 2017.

GARCIA, L. et al. **Família como armadilha**: o outro lado da agricultura familiar. Revista de Ciências Sociais. n. 38, p. 251 – 269, abr. 2013. Disponível em< www.Periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/download/15077/9438>. Acesso em: 20 Jan. 2017.

GARSON, S. **Regiões metropolitanas**: por que não cooperam? Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte: PUC, 2009.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. **Novos mercados da agricultura familiar**: o caso das pequenas unidades agroindustriais produtoras de alimentos. In: SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. (orgs), Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais. Editora UFRGS. Porto Alegre-RS, p.117-132, 2011.

GIULANI, P. C.. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade Brasileira. In: História das Mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org). São Paulo: contexto, 1997.

GODINHO, T. Construir a igualdade combatendo a discriminação. In: Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8), p. 55- 64.

GOMES, A.; BASTOS, F. Limites e possibilidades da inserção da agricultura familiar no PAA em Pernambuco.Sociedade e desenvolvimento rural. v.1, n.1, 2007.

GOMES, T. V.; DUARTE, A. C. C., SANTOS, H. C.; OLIVEIRA, D. K. “**Santarém (PA)**: um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações”, Cadernos Metrôpole, 19 (40), Observatório das Metrôpoles, São Paulo, v. 19, n. 40, pp. 891-918, set/dez 2017.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). G&DR. v. 6, n. 2, p. 97-129, mai-ago/2010, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em : < <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/274/193>>. Acesso em: 10 Jan 2018.

GRISA, C. et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva**: apontamentos e questões para o debate. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA), 24, 2012, Juazeiro. Anais... Juazeiro-BA: Action Brasil, 2012. Disponível em: <Disponível em:

http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf >. Acesso em: 28 Fev. 2017.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em< <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2012%20Tese-Catia-Grisa.pdf>>. Acesso em: 28 Mai. 2017.

GRISA, C.; PORTO, S. I.. **Dez anos de PAA**: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: Catia Grisa e Sergio Schneider. (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, v. 1, p. 155-182.

GRISA, C.; SCHMITT, C.; MATTEI, L.; MALUF, R.; LEITE, S.. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva**: apontamentos e questões para o debate. Retratos de Assentamentos, v. 13, p. 137-170, 2011

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.. **“Plantar pro gasto”**: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. Revista de Economia e Sociologia Rural, 2008. p. 481-515. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/resr/v46n2/v46n2a08.pdf>>. Acesso em: 12 Dez. 2017.

GUIMARÃES, J. F.. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): influências sobre o trabalho das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra, Estado do Pará. 2014. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Embrapa Amazônia Oriental, Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Belém, 2014.

HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P.. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. Revista Nera. Presidente Prudente, ano 9, n. 8, Jan/Jun. 2006, p. 21. Disponível em: < <http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1443-4191-1-PB.PDF>>. Acesso em: 10 Out. 2017.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero**: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre

HERRERA, K.. **O papel das mulheres na agricultura familiar**: uma análise a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. In: 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015, Caxambu-MG. Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs, de 26 a 30 de outubro de 2015, em Caxambu - MG, 2015.

HESPANHOL, R.. **Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro**: o Programa de Aquisição de Alimentos(PAA). Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Soicales – Scripta Nova, vol. XII, nº: 270, 2008.

HESPANHOL, R. **Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro**: o Programa de Aquisição de Alimentos(PAA). Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Soicales – Scripta Nova, vol. XII, nº: 270, 2008.

HIRATA, H. **Teorias e Práticas do Care**: Estado Sucinto da Arte, Dados de Pesquisa e Pontos de Debate. In: FARIA, N.; MORENO, R. (Org.). Cuidado, Trabalho e Autonomia das Mulheres. São Paulo: Editora Sempreviva, 2010. p. 42-56.

HOCHMAN G., ARRETCHE M., MARQUES E., organizadores **POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. 398 pp.

HOCHMAN, G., ARRETCHE, M.; MARQUES, E., (orgs). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. 398 pp.

HOLANDA, D. R. et al. **Desenvolvimento rural sustentável**: o caso do programa de aquisição de alimentos (PAA) no território da cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu - CE. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., 2013, Belém. Anais... Belém: SOBER, 2013.

HORA, K. **Autonomia econômica das mulheres rurais nos territórios da cidadania In: Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania / Andréa Butto, Nalu Faria, Karla Hora, Conceição Dantas, Miriam Nobre, (orgs). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

HOROCHOVSKI, R.R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007, Florianópolis. Anais... Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf>. Acesso em: 15 Jul. 2018.

HURTIENNE, T.. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Novos Cadernos NAEA. v. 8, n. 1, p, 19-71, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, p.1-777, 2006. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf.. Acesso em: 4 Jul. 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) (2012), “IBGE Cidades: MUNIC ano 2012”, IBGE, Rio de Janeiro, Brasil, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/pesquisa/1/21682?ano=2012&localidade1=150145>. Acesso em: 6 Jan. 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) (2017a), “Panorama de Santarém”, IBGE, Rio de Janeiro, Brasil, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>. Acesso em: 6 Jan. 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) (2017b), “Panorama de Belterra”, IBGE, Rio de Janeiro, Brasil, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belterra/panorama>. Acesso em: 6 Jan. 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) (2017c), “Panorama de Mojuí dos Campos”, IBGE, Rio de Janeiro, Brasil, <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/mojui-dos-campos/panorama>>. Acesso em: 6 Jan. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da População Brasileira. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 6 Dez. 2018.

JARA, O. **A sistematização de experiências**: prática e teoria para outros mundos possíveis. Brasília, DF: CONTAG, 2012.

KIDDER, M. L. H. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: EPU, 1987, v. 2. p. 15-48.

LISBOA, T. K. **Heroínas em luta na conquista de suas glórias**: um estudo sobre o processo de “empoderamento” das mulheres nas comunidades de periferia de Florianópolis. 2000. Tese (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

MACIEL, L. R. **Mercado institucional de alimentos**: potencialidades e limites para a agricultura familiar. 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

MACIEL, L. R. **Mercado institucional de alimentos**: potencialidades e limites para a agricultura familiar. 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade de Brasília, Brasília, DF

MATTEI, L. **Políticas públicas de combate à fome**: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no estado de Santa Catarina. Sociedade e Desenvolvimento Rural. v. 1, n. 1, 2007.

MATTEI, L. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**: antecedentes, concepção e composição geral do programa. Cadernos do CEAM, v. 7, p. 33-44, 2007. Disponível em:<Disponível em:<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/download/20/22>>. Acesso em: 25 Mar. 2018.

MEDEIROS, L. S. **Agricultura familiar no Brasil**: aspectos da formação de uma categoria política. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN Guillermo (org.) Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos. Buenos Aires: CICCUS, 2010.

MODALIDADE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA OPERAÇÃO POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO, 2014. Disponível em:<

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf
>. Acesso em: 30 Jan. 2018.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C.. Análise textual discursiva 3. ed. rev. e ampl–Ijuí: Ed. Unijuí, 2016, 264p.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, v. 9, n. 2, p. 191-211, out/dez., 2003

MOREIRA, C. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e o Fome Zero. In ARANHA, Adriana V. *Fome Zero: uma história brasileira*. Brasília (DF): MDS, v.II, 2010, p. 206-218.

MÜLLER, A. L.; FIALHO, M. A. V.; SCHNEIDER, S. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. In: BOTELHO, F. B. F. *Avaliação de políticas de aquisição de alimentos*. Brasília: Universidade de Brasília, CEAM, NEAGRI. v. 7, n. 27, 2007.

NASCIMENTO, J. X.. **Políticas Públicas e Desigualdade de Gênero na Sociedade Brasileira**: Considerações Sobre os Campos do Trabalho, da Política e da Ciência. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 21, p. 317-337, 2016. Disponível

em <www.uel.br/revista/uel/index.php/mediacoes/article/download/20885/19369.

Acesso em: 20 Jan. 2018.

NERI, M. C. (Coord.). *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

NEVES, D. P.. Agricultura Familiar: quantos ancoradouros. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C.. (Orgs.). *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 211 – 270.

OLIVEIRA, J. M. G. C. de. Et al. **Espaços Híbridos e Espacialidades Rural-Urbanas na Amazônia**: o caso de uma periferia urbana em Santarém –PA. *Anais XVI. Encontro Nacional dos Geógrafos. Crises, praxes e autonomia: espaços de resistência e esperanças. Espaços de diálogos e práticas*. Porto Alegre – RS, 2010, p. 12.

OLIVEIRA, M. M. de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 2ª edição. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008. p. 184 .

ONU MULHERES. *Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social*. (Encarte Brasil). Brasília: ONU, 2016.

PASTORIO, I. T.; ROESLER, M. R. V. B.. O PAPEL DA MULHER NO PROCESSO PRODUTIVO FAMILIAR COM SUSTENTABILIDADE. In: *Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais*, (6.: 2014) : *Seminário de Direitos Humanos*, (2. : 2014), 2014, TOLEDO. *Anais do Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais*, (6.: 2014) : *Seminário de Direitos Humanos*, (2. : 2014), 2014. v. 1. p. 1-10.

PAULILO, M. I. S. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. S. (Orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 179 – 202

PAULILO, M. I. S. **Mulheres Rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2016.

PAULILO, M. I. S. **Trabalho Familiar**: Uma categoria esquecida de análise. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004.

PLOEG, J. D. V.; LONG, G. V. Beyond modernization. The impact of endogenous rural development. Assen, The Netherlands: Van Gorcum, 1995.

RIBAS, J. M. B. Trabalhar em la modernidade industrial. In: RIBAS, J. M. B.; TOMÁS, M. J. E.; DURÁN, C. G.; ARTILES, A. M. Teoría de las relaciones laborales: fundamentos. Barcelona: UOC, p. 165, 2003.

ROCHA, A.G.P.; et al. **Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no Estado da Bahia**: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. Sociedade e desenvolvimento rural. v.1, n.1, 2007.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de Extensão Rural no Brasil. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

RODRIGUEZ, G.. **A autonomia econômica das mulheres e a reprodução social**: o papel das políticas públicas, in Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, 2010, p. 31-40.

ROMANO, J. O., DELGADO, N. G.. Os planos municipais de desenvolvimento rural como processos sociais. In: AMÂNCIO, C. O. da G.; LIMA, J. B. de. (Orgs). Administração pública de desenvolvimento. Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2004, v. 1, p. 98-115.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAFFIOTI, H. I. B.. Violência de Gênero no Brasil Atual. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 2, 1994.

SALGADO, R. J. S. F. et al. Estimação da cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos para os municípios brasileiros. In.: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 53, João Pessoa, 2015. Anais... João Pessoa: SOBER, 2015. Disponível em <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.5/1/5075.pdf>>. Acesso em: 20 Mai. 2017.

SALGADO, R. J. S. F.; DIAS, M. M.; LEITE, C. A. M. Análise da influência do programa de aquisição de alimentos (PAA) sobre a qualidade de vida de agricultores familiares do Município de Viçosa-MG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE

ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51, 2013, Belém. Anais... Belém: SOBER, 2013

SANTOS, Á. O.. **Mulheres agricultoras familiares no programa de aquisição de Alimentos – PAA**: a experiência no município de Santarém-PA, 2016, 65f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará.

SANTOS, Á. O.; MONTE, L. F. O.; SOUSA, W. L.. A Importância do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) para as agricultoras familiares, dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, cooperadas da COOMAPLAS em Santarém\Pará. 2015. p. 17. Disponível em:< <http://200.201.88.178/conape/anais/1597.pdf>>. Acesso em: 20 Nov. 2017.

SANTOS, M. Técnica, espaço e tempo. São Paulo: Hucitec, 1998.

SARTI, C. **“Feminismo no Brasil: uma trajetória particular”**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 34, p. 38-47, 1988.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F.. Guia de gestão de dados de pesquisa para bibliotecários e pesquisadores. Rio de Janeiro: CNEM/IEN, 2015.

SCHMITT, C. J. **Aquisição de alimentos da agricultura familiar**: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. Revista de política agrícola, ano XIV, n.2, p. 78-88, 2005.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: Sergio Schneider; Marcelo Kunrath Silva; Paulo E. Moruzzi Marques. (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, v., p. 21-50.

SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul/dez. 1995. p. 297-325.

SILIPRANDI, E. CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural / Andrea Butto, Isolda Dantas, orgs. –Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

SILIPRANDI, E.. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: Neves, D.P.; Medeiros, L.S.. (Org.). Mulheres camponesas, trabalho produtivo e engajamentos políticos. 1ed.Niteroi: Alternativa, 2013, v. , p. 329-343.

SILIPRANDI, E.. **Mulheres Agricultoras no Brasil**: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. Pensamiento iberoamericano, v. 9, p. 169-184, 2011. Disponível em< <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3710909>. Acesso em: 20 Jan. 2018.

SILIPRANDI, E. O processo de organização das mulheres dentro da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) no Brasil. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 4, p. 3416, 2009.

SILIPRANDI, E.; CINTÃO, R. P.. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Cadernos de Debate (UNICAMP. (Cessou em 2004. Cont. ISSN 1808-8023 Segurança Alimentar e Nutricional), v. 18, p. 12-32, 2011.

SOARES, A. Avaliação qualitativa do PAA-leite. In: VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. (Orgs.). Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: segurança alimentar e nutricional. Brasília: MDS/SAGI, 2007. 412 p.

SOARES, V.. Movimento Feminista: paradigmas e desafios. Estudos Feministas. ano 2, 1994, p. 11 – 24.

SOMEKH, B.; LEWIN C. (orgs). Teoria e métodos de pesquisa social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUSA, C. **Políticas públicas**: uma revisão de literatura Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA-LOBO, E.. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TEDESCHI, L. A. **Meu nome é “ajuda”**: a vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na região noroeste do Rio Grande do Sul. Contexto e Educação. ano 19, n. 71/72, p. 45-64, 2004

THIOLLENT, M.. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Editora Polis, 1987.

VALERIANO, C. A. N.. **O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento mediador para o desenvolvimento local**: o caso da CRP-doação através do MMNEPA em Santa Maria do Pará. Belém, 2012. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação

VEIGA, J. E.. **O Desenvolvimento Agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

WOORTMANN, E.. **Da complementaridade à dependência**: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. Série Antropologia, Brasília: s.n, 1991. Disponível em: <https://mda.gov.br/portal/arquivos/view/presta-o-decontas/Relat_SE_MDA.pdf> Acesso em: 10 Jul. 2017.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA-COORDENAÇÃO DO PAA

I - Identificação do entrevistado

Nome completo: _____ Idade:

Cargo/Profissão: _____

II - Questões

1. Qual o motivo do município para a adesão ao PAA?
2. Como iniciou a implementação do PAA no município de Santarém?
3. Houve divulgação do Programa no âmbito institucional e para os agricultores? De que forma?
4. Quais as organizações estavam envolvidas na implementação e execução do PAA no município e de que forma? Poderia informar os atores (organizações produtoras, receptoras, entidades da sociedade civil, conselhos, etc.) que compõem a rede local do PAA atualmente?
5. Como funciona a articulação entre essas instituições para o desenvolvimento do PAA em Santarém?
6. Existe relação do PAA com outros programas da prefeitura visando a Segurança Alimentar e Nutricional?
7. Como se dá a seleção dos beneficiários?
8. Qual a rotina de execução e operacionalização do PAA?
9. O município de Santarém tem como garantir a demanda de produtos para o PAA?
10. Quantas entidades e/ou comunidades são beneficiadas atualmente pelo PAA em Santarém?
11. Como se deu a mobilização para participação das mulheres agricultoras no PAA?
12. A partir de quando o programa atingiu a cota mínima de 40% para participação das mulheres no programa?
13. Como se dá a participação das mulheres, no processo de entrega de produtos?
14. Como a coordenação do Programa avalia a participação das mulheres?
15. Existe algum acompanhamento para afirmar que estas mulheres estão inseridas no processo de produção?
16. Quais são os principais produtos disponibilizados pelos agricultores?
17. Quais os principais motivos para a aquisição desses produtos?
18. Como ocorre a armazenagem dos produtos? Do produtor para outros lugares de entrega.

19. Quais os critérios da definição para os preços de mercado
20. Qual a metodologia adotada para a definição dos preços.
21. Posição do preço em relação aos praticados pelo mercado.
22. Quais foram as principais mudanças e/ou permanências percebidas após a implementação do PAA?
23. Quais as dificuldades e limitações operacionais e institucionais?
24. Como se efetivam, na prática, as possíveis correções que foram/são identificadas quando da execução do PAA?
25. Você considera que o PAA trouxe alguma mudança na economia do local?
26. Quais os pontos positivos e pontos negativos do PAA?
27. Do ponto de vista da coordenação, quais têm sido os impedimentos para uma expansão ainda maior dos recursos e das contratações do PAA?
28. Há interesse da prefeitura em ampliar o PAA com recursos próprios?
29. Poderia fazer uma avaliação geral e uma projeção do futuro do PAA
30. Como está na atualidade- considerar a atual conjuntura de cortes. Verificar como isso afetou o PAA em Santarém?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA- AGRICULTORAS

I – Identificação da entrevistada

Nome: _____ DN _____
 Cidade: _____ UF: _____
 Estado Civil: _____ Grau de escolaridade _____
 Profissão: _____ Anos de Profissão: _____
 Comunidade e tempo de moradia na comunidade: _____
 Renda Familiar: _____
 Número de membros na família: _____ Número de filhos: _____

II - Condições de moradia

Moradia: () própria () alugada.
 Estrutura da moradia: () alvenaria () madeira () mista.
 Abastecimento de água encanada: () sim () não. Tipo: _____
 Energia elétrica: () sim () não.

III – Condições da propriedade familiar e produção

- Área (ha): _____. Mora no lote ou vila? _____
- Área produtiva: () própria () arrendada () própria + arrendada.
- Tipo de produção: () convencional () orgânica.
- Sistema de irrigação: () sim () não.
- Fatores que dificultam a produção: () Seca () Excesso de chuva () Solo () água para criação () Falta de Crédito () Pragas () Falta Informação () Outros. _____
- Característica mão de obra?
- Familiar, quantos? _____
- Contratada, quantos? _____ () permanente () Parcial () outros. _____
- Há distribuição de tarefas na produção agrícola? () sim () não
- Qual tarefa desenvolve com mais frequência?
- Intensidade do Trabalho: as tarefas realizadas por você são:
 () leve () moderada () pesada
- Como é sua rotina de trabalho?

IV- Organização Social

- Participa de Alguma Organização Social? () Sim () Não Qual?

V Quanto a benefícios.

- Recebe algum benefício da entidade a qual é filiada? () Sim () Não Quais ?
- Recebe algum benefício social? () sim () não Qual?
- Já buscou algum tipo de financiamento? () Sim () Não . Qual?
- Já teve acesso a alguma política de crédito ou programa de compra pública da produção? () Sim () Não . Qual?

VI - Estrutura Produtiva

- Quem decide a definição das culturas a serem plantadas e porquê?
- De que forma a decisão de gasto do recurso é tomada e por quê?

VII- Comercialização de Produtos

Principais Produtos cultivados

Produto	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção (kg, saca)	Rendimento	Destino principal

--	--	--	--	--	--

*Referência: () consumo () feiras () PAA () PNAE () supermercados () Atravessadores

- Os produtos fornecidos ao PAA são os mesmos que são entregues nos outros locais que você comercializa?

() Sim () não

- O preço dos produtos estabelecido pelo PAA é o mesmo dos outros locais que você comercia? () Sim () Não Maior ou menor?

VIII- Quais as principais dificuldades encontradas na produção?

() falta de mercado () Preços de comercialização () falta de assistência técnica () Falta de apoio governamental () Transporte () Custos de produção elevados () falta de sementes () falta de mão de obra () Falta de crédito () Outros.

IX- Sobre o PAA

Quando começou a fornecer produtos para o PAA?

Ano	Produto	Quantidade	Rendimento

- Como tomou conhecimento sobre o PAA? E porque decidiu participar?

- Você participou da implementação do programa? () sim () não. Por quê?

- Após a adesão no PAA o volume de produção:

() permaneceu igual () diminuiu () aumentou () não sabe informar

- Em relação a diversificação, aumentou? () sim () não. Quais produtos foram incluídos na produção?

- Caso tenha aumento ou diminuído em qual porcentagem isso ocorreu?

- De modo geral, onde é investido o dinheiro obtido pela venda de produtos ao PAA?

() Infraestrutura da propriedade rural () Na produção de alimentos () Despesas familiares (educação, saúde, alimentação, transporte, energia elétrica, impostos) () Despesas pessoais

() lazer, () Outros. Quais?

- Quanto tempo você precisa para entregar os produtos na sede do PAA após a colheita e/ou fabricação dos produtos?

- Quanto representa a renda do PAA na renda total da família?

() maior parte () parte significativa () Valor complementar () Valor irrisório () outros.

- Sua família tem mais de uma DAP? () sim () não. Em nome de quem?

- Você considera que a cota permitida é:

() muito satisfatória () satisfatória () pouco satisfatória () insatisfatória

- Você teria condições de produzir mais do que a cota permitida? () sim () não

- Quais as melhorias proporcionadas a sua produção através da sua participação no PAA?

- Houve melhorias na sua qualidade de vida? () sim () não

Se sim, quais?

- Como você avalia essa política criada pelo governo?

() Ótima () Boa () Regular () Desnecessária () não opinou

- quem faz a gestão do recurso recebido do PAA? Sim () não (). quem gerencia e por quê?

- Você permanece ativa no programa? () sim () não. Porque e quais vantagens o programa oferece a você?

- Se você não fornecesse ao PAA, teria outros lugares para comercializar sua produção ou teria que diminuí-la?
- Algum produto novo foi incluído na alimentação da própria família desde que iniciou a comercialização com o PAA? Qual?
- Considera que o PAA pode contribuir para que a Sra. e sua família permaneçam no meio rural?
- Que mudanças ou novas oportunidades surgiram ou podem surgir a partir da participação no PAA?
- Quais os pontos positivos e pontos negativos do PAA?

POSITIVOS	NEGATIVOS

- Qual sua opinião acerca da fiscalização do PAA nas propriedades dos agricultores fornecedores?
- Qual a sua avaliação da execução do PAA em Santarém?
- O que o PAA significa para as mulheres agricultoras?
- Quanto recebe via PAA? Quanto comercializa?
- Qual é a contribuição na renda?
- Em que utiliza o recurso vindo do PAA?
- Quais os planos para o futuro?

APENDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de entrevista e de imagem

Título da Pesquisa: O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e sua influência na autonomia econômica das mulheres agricultoras familiares de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento Regional

Ádria Oliveira dos Santos (mestranda do PPGICSQ/UFOPA)
Edilan de S'antana Quaresma (Orientador)
Danielle Wagner Silva (Co-orientadora)

A senhora _____ está sendo convidado (a) a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem a finalidade assegurar seus direitos e deveres como participante será elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com o pesquisado e outra com o pesquisador. Por gentileza, leia com atenção, tranquilidade, e aproveite para esclarecer suas dúvidas. Caso tenha perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se achar melhor, pode levar para sua residência para consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Caso a senhora não queira participar ou deseje retirar sua autorização, a qualquer momento, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo.

A pesquisa objetiva “Analisar o PAA e sua contribuição para a autonomia econômica das mulheres agricultoras na região metropolitana de Santarém”, tendo como participantes as mulheres que fornecem produtos para o PAA.

Aceitando participar do estudo a senhora está sendo convidada a responder a um questionário semiestruturado versando sobre assuntos pertinentes ao perfil social, econômico, produtivo e à sua participação no PAA. A entrevista será realizada de acordo com a sua disponibilidade. Como recurso de apoio durante a entrevista é possível a pesquisadora gravar em áudio. O material produzido e o questionário de entrevista, poderão ser disponibilizados para a participante da pesquisa. Ressalta-se que o áudio da entrevista e as repostas prestadas durante a aplicação do questionário farão parte do arquivo pessoal da pesquisadora, o qual terão seus conteúdos analisados para produzir uma sistematização das repostas dadas com o objetivo de promover a análise das ações desenvolvidas pela pesquisada.

A senhora tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Nesta pesquisa há riscos de constrangimento, uma vez que ocorrerá o contato direto da pesquisadora com os participantes do estudo. Para tanto, as entrevistas serão realizadas nas suas residências (se autorizado), o qual deixará o

pesquisado à vontade e onde serão esclarecidos os princípios éticos da pesquisa. Caso você se sinta prejudicado pela participação neste estudo seja física, psíquica ou emocionalmente você terá direito a indenização segundo as leis vigentes no país. A pesquisa será realizada durante o horário disponível da participante, em local por esta definido, portanto, não será necessário o ressarcimento de despesas com eventuais deslocamentos.

As informações coletadas serão utilizadas única e exclusivamente para a presente pesquisa e ninguém será identificado. O destino dos dados escritos e gravados em áudio – entrevista – será arquivado pela pesquisadora e após cinco anos da finalização da pesquisa serão incinerados e os gravados apagados.

Os riscos na participação da pesquisa podem ser a divulgação de dados distorcidos, afetando a sua imagem como membro da instituição em que você faz parte. Além disso, as perguntas do questionário podem conduzi-la a prover informações que não são de seu interesse divulgar havendo discordância com o conteúdo da pesquisa. A pesquisa também pode causar desconforto pelo desconhecimento da temática da pesquisa.

Os benefícios (vantagens) de participação na pesquisa são referentes à contribuição para a produção de conhecimento no que se refere a promoção de autonomia econômicas das mulheres agricultoras participantes do programa, por meio da inserção delas nas atividades de produção e comercialização; contribuir para a ampliação da participação das mulheres rurais nessa e em outras políticas de apoio a agricultura familiar; contribuir com o debate no âmbito das políticas públicas no que se refere a gênero. Além disso, os conhecimentos identificados podem contribuir para levar ao conhecimento dos atores sociais envolvidos na operacionalização do PAA, dados que os subsidiem na adequação da referida Política Pública conforme características regionais e locais.

Ao final, escreverei um trabalho dissertativo sobre as contribuições e apontamentos percebidos a partir desta pesquisa. Comprometo-me a voltar, e divulgar os resultados desse trabalho no lócus da investigação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

Consentimento Livre e Esclarecido

Estou ciente que estou assinando esse termo em duas vias e que uma delas ficará em minha posse. Desta forma, concordo voluntariamente em participar do presente estudo, podendo retirar meu consentimento em qualquer momento da pesquisa, sem que isso traga penalidade ou prejuízos algum para mim e autorizo que utilizem, divulguem e publiquem os resultados obtidos pela minha participação neste estudo para fins científicos.

Santarém, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do (a) participante da pesquisa

Eu, pesquisadora responsável, declaro que obtive de forma voluntária e ética o consentimento livre e esclarecido do participante.

Ádria Oliveira dos Santos - Pesquisadora